

**INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES**

**SECÇÃO DE ENSINO DA ESTRATÉGIA**

**TILD**

**CEM 98|2000**

**“Acção psicossocial no conflito ultramarino 1961/74.  
Lições e ensinamentos retirados, passíveis de utilização  
em operações de paz.”**

**Trabalho realizado por: MAJ ART Costa dos Reis**



Acção psicossocial no conflito ultramarino 1961/74. Lições e ensinamentos retirados, passíveis de utilização em operações de paz.

---

*Desejo agradecer aos Senhores Generais Pedro Cardoso, Almiro Canêlhas e Major General Lemos Pires, pela sua disponibilidade, orientação e documentos postos à disposição.*



## ÍNDICE

<i>I. INTRODUÇÃO.....</i>	<i>4</i>
<i>II. ASPECTOS DE DOCTRINA DE ACÇÃO PSICOLÓGICA EM PORTUGAL.....</i>	<i>6</i>
<i>III. ACÇÃO PSICOSSOCIAL CONFLITO ULTRAMARINO.....</i>	<i>12</i>
<i>IV. LIÇÕES E ENSINAMENTOS DO CONFLITO ULTRAMARINO.....</i>	<i>35</i>
<i>V. OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS NAS OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ.....</i>	<i>39</i>
<i>VI. CONCLUSÕES.....</i>	<i>42</i>
<i>BIBLIOGRAFIA.....</i>	<i>45</i>
<i>ANEXOS:</i>	
<i>A – ENTREVISTAS</i>	
<i>B – FACTORES QUE AFECTAM O MORAL DO MILITAR</i>	
<i>C – ACÇÃO PSICOSSOCIAL NO CONFLITO ULTRAMARINO</i>	
<i>D – REPARTIÇÃO DE ASSUNTOS CIVIS E ACÇÃO PSICOLÓGICA</i>	
<i>E – PANFLETOS DE ACÇÃO PSICOLÓGICA</i>	
<i>F – GLOSSÁRIO DE TERMINOLOGIA</i>	
<i>G – OTAN/NATO. ACTIVIDADES PSICOLÓGICAS DE APOIO À PAZ</i>	
<i>H – EXTRACTOS DO LIVRO “TARGET BOSNIA: INTEGRATION INFORMATION ACTIVITIES IN PEACE OPERATIONS. NATO-LED OPERATIONS IN BOSNIA-HERZEGOVINA.” E DO ARTIGO “INFORMATION OPERATIONS: THE IFOR EXPERIENCE.”</i>	
<i>I – EXEMPLOS ACÇÃO PSICOLÓGICA EM OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ</i>	
<i>J – EXTRACTO DAS CONCLUSÕES DO RELATÓRIO DA MISSÃO À ARGÉLIA</i>	



*L – DIRECTIVA N.º 38 DE ACÇÃO PSICOLÓGICA PARA O MÊS DE DEZEMBRO*

*M – EXTRACTOS DO PLANO DE ACÇÃO PSICOLÓGICA DA METRÓPOLE*

*N - EXTRACTOS DO PLANO DE ACÇÃO PSICOLÓGICA DESTINADO À PREPARAÇÃO  
DAS TROPAS PARA A DESMOBILIZAÇÃO*

*O – BOLETIM DE INFORMAÇÃO SEMANAL. DO COMANDANTE AO COMBATENTE*

*P – BOLETIM DE INFORMAÇÃO*

*Q – PLANEAMENTO DE ACÇÃO PSICOLÓGICA*

*R – “MISSÃO EM ANGOLA”*

*S – COLECÇÃO “SOLDADO! COISAS IMPORTANTES QUE DEVES SABER!”*

*T – COLECÇÃO “CADERNOS MILITARES*

*U – DIRECTIVA GERAL DE ACÇÃO PSICOLÓGICA N.º 1/71 (APENAS NO ORIGINAL)*

*V – DIRECTIVA PARTICULAR PARA A DEFESA PSICOLÓGICA DE TETE (APENAS NO  
ORIGINAL)*



## I. INTRODUÇÃO

*“A guerra moderna é uma guerra psicológica, devendo as Forças Armadas servir apenas para deter um ataque armado ou, eventualmente, para ocupar território conquistado por acção psicológica.”*

Bulganine

A experiência das Forças Armadas Portuguesas no conflito ultramarino, entre 1961 e 1974, é um manancial de ensinamentos e lições passíveis de aplicação na resolução de conflitos actuais.

O presente trabalho analisa a aplicação da acção psicossocial no conflito ultramarino, daí retirando lições e ensinamentos a utilizar em operações de paz.

A investigação teve por base entrevistas, leitura de obras e artigos sobre este tema que nos permitem reflectir sobre o assunto. Naquele período de 13 anos, debruçar-nos-emos sobre os três Teatros de Operações: Angola, Guiné e Moçambique.

“Entre 1961 e 1974, Portugal enfrentou a tarefa extremamente ambiciosa de dirigir três campanhas de contra-insurreição, simultaneamente na Guiné, em Angola e em Moçambique. Nessa altura, Portugal não era um país rico nem desenvolvido. (...) Deste modo, constituiu um feito notável que Portugal, em 1961, conseguisse mobilizar um Exército, o transportasse para as suas colónias em África, a muitos milhares de quilómetros, aí estabelecesse numerosas bases logísticas em locais-chave, de maneira a fornecer-lhe apoio, o preparasse com armas e equipamento especial e o treinasse para um tipo de guerra muito específico. O que se torna mais digno de nota pelo facto destas tarefas terem sido cumpridas sem qualquer experiência anterior, nem competência provada em campo em matéria de projecção de poder ou de guerra de contra-insurreição, e por conseguinte sem benefício de instrutores competentes nestas especialidades<sup>1</sup>”.

---

<sup>1</sup> John Cann, Contra-Insurreição em África, O Modo Português de fazer a Guerra, 1961-1974, pág. 19.



No cap. II, faz-se um percurso breve sobre a doutrina que serviu de base à aplicação da acção psicossocial no referido conflito, abordando essencialmente os aspectos teóricos fundamentais.

No capítulo seguinte, desenvolve-se, de forma sintética, **o que foi feito, como se actuou e a forma como o Exército se organizou** para esse conflito, o que nos permite extrair lições e ensinamentos no âmbito da acção psicossocial.

Aborda-se, de seguida, a aplicação da doutrina em outros países no âmbito das operações psicológicas em missões de apoio à paz, particularmente os casos da Suécia e dos Estados Unidos da América.

Finalmente, na conclusão propõe-se que os ensinamentos retirados da nossa experiência colonial possam constituir matéria para utilização nas actuais missões de paz.

Estamos cientes que o tema não se esgota neste trabalho. Todavia, a pesquisa bibliográfica e documental efectuada, a troca de opiniões e a análise que se lhe seguiu, constitui um contributo e um complemento à nossa formação.

Esperamos sinceramente que estes ensinamentos possam ser úteis às Forças Armadas de Portugal.



---

---

## II. ASPECTOS DE DOCTRINA DE ACCÃO PSICOLÓGICA EM PORTUGAL

*“Atacar com 70% de propaganda e 30% de esforço militar”*

Escola de Estado Maior da China

A guerra subversiva é entendida como uma luta conduzida no interior de um dado território, por uma parte dos seus habitantes, ajudados e reforçados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com a finalidade de lhes retirar o controle desse território ou de, pelo menos, paralisar a sua acção<sup>2</sup>.

A guerra psicológica está ligada aos meios e processos utilizados. “É uma luta levada a efeito por um conjunto de meios e processos que tem por fim influenciar as opiniões, os sentimentos e as crenças dos homens – população, autoridades e forças armadas – e, portanto, as suas atitudes e o seu comportamento. Tem, pois, um carácter restrito, idêntico ao da guerra de gases ou da guerra económica, por exemplo. Além disso, é comum a todos os tipos de guerra, convencional, nuclear ou subversiva<sup>3</sup>.”

A Guerra Psicológica encontra na Guerra Subversiva um campo de acção ideal. Não se pode executar uma Guerra Subversiva sem a acção psicológica, mas esta componente não é mais do que um processo utilizado para a levar a efeito.

Analizamos agora, de forma sintética, a doutrina que serviu de base à acção psicossocial no conflito ultramarino, de 1961 a 1974, inserida no Volume III do guia “O Exército na Guerra Subversiva”, de 1963.

Esse manual define **acção psicológica** como “a acção que consiste na aplicação de um conjunto de diversas medidas devidamente coordenadas, destinadas a influenciar as opiniões, os sentimentos, as crenças e, portanto, as atitudes e o comportamento dos meios amigos, neutros e adversos, com a finalidade de: fortificar a determinação e o espírito combativo dos meios amigos; atrair a simpatia

---

<sup>2</sup> Estado Maior do Exército, O Exército na Guerra Subversiva. Generalidades., cap. I, pág. 1.

<sup>3</sup> Estado Maior do Exército, op. cit., cap. I, pág. 3.



activa dos meios neutros; esclarecer a opinião de um e de outros, e contrariar a influência adversa sobre eles; modificar a actividade dos meios adversos num sentido favorável aos objectivos a alcançar. Podendo ser exercida, como se disse, sobre meios amigos, neutros e adversos, a acção psicológica pode ter como alvos: a população em geral, quer esta seja amiga, neutra ou simpatizante com o adversário; o inimigo; as nossas próprias tropas”.

Ao actuarmos sobre a população, é possível torná-la mais sensível à acção psicológica, através da acção social<sup>4</sup>.

A **acção social**<sup>5</sup> é entendida como “a acção que consiste na aplicação de um conjunto de medidas de carácter assistencial, devidamente coordenadas, que, melhorando as condições de vida da população e elevando o seu nível cultural, contribuem para ganhar confiança dessa população e conquistar-lhes os corações; tem por finalidade essencial sensibilizar a população, de forma a torná-la mais receptiva à acção psicológica”<sup>6</sup>.

O conjunto destas acções, psicológica e social, designa-se por **acção psicossocial**, sendo entendida como “a acção a exercer sobre a população de um território onde se pretende levar a efeito uma luta contra a subversão, conduzida sob duas formas – acção psicológica e acção social – a segunda com a finalidade de apoiar a primeira”<sup>7</sup>.

Os campos onde se desenvolverá a acção psicológica, são: a **população, o adversário, as próprias tropas**.

Nas acções sobre a população e sobre o adversário, o grau de responsabilidade do Exército depende das atribuições de que tiver sido superiormente incumbido, já que a acção sobre as próprias tropas é da sua exclusiva responsabilidade, embora esta acção não possa deixar de ser integrada na orientação geral estabelecida<sup>8</sup>.

---

<sup>4</sup> Estado Maior do Exército, O Exército na Guerra Subversiva. Acção Psicológica., cap. I, pág. 2.

<sup>5</sup> Ver Anexo C.

<sup>6</sup> Estado Maior do Exército, op. cit. (2), cap. I, pág. 2.

<sup>7</sup> Ibidem.

<sup>8</sup> Estado Maior do Exército, op. cit. (2), cap. II, pág. 1 e 2.



A **acção sobre a população**<sup>9</sup> visa conquistar ou conservar o seu apoio, ao mesmo tempo que priva o adversário desse mesmo apoio. Simultaneamente tem como objectivo a participação das populações na luta contra o adversário.

Nessa acção podem distinguir-se três aspectos diferentes, embora estreitamente relacionados: **acção psicológica; acção social; acção de presença**<sup>10</sup>.

A **acção psicológica** pode ser conduzida sob três formas: **propaganda, contra propaganda e informação**.

A **propaganda**<sup>11</sup> constitui o meio mais poderoso de influenciar a opinião pública, não tendo em vista o seu esclarecimento mas antes a imposição de certas ideias dominantes. Por **contrapropaganda** designa-se a propaganda feita com a finalidade de rebater e de neutralizar a propaganda adversa.

A **informação** é uma comunicação de notícias, factos, comentários e explicações<sup>12</sup> com a finalidade de esclarecer os indivíduos, dando-lhes as bases para alicerçarem objectivamente a sua opinião, opondo-se assim à imposição de ideias ou doutrinas<sup>13</sup>. Fornece-lhes, portanto, armas de defesa contra a propaganda do adversário, contribuindo assim para frustrar o objectivo final da subversão.

A informação pode assim influenciar, em termos culturais, a formação dos indivíduos a que se dirige<sup>14</sup>.

A **acção social**<sup>15</sup>, que tem como objectivo a elevação do nível de vida das populações e a satisfação das suas aspirações e necessidades mais prementes, contribui para cativar as populações, criando assim um ambiente mais receptivo à acção psicológica. As forças militares estão em condições de

<sup>9</sup> Ver Anexo E.

<sup>10</sup> Estado Maior do Exército, op. cit. (2), cap. II, pág. 2 e 3.

<sup>11</sup> Ver Anexo E.

<sup>12</sup> Não de apelos.

<sup>13</sup> Visa a "consciencialização" ou "mentalização" da população, fornecendo-lhe os elementos necessários à compreensão dos problemas em causa, e levando-a a sentir e a viver a situação com um misto de realismo e de entusiasmo.

<sup>14</sup> Estado Maior do Exército, op. cit. (2), cap. II, pág. 4 e 5.

<sup>15</sup> Ver Anexo C.



conduzir por si, ou em estreita colaboração com as autoridades civis, uma eficaz acção social, principalmente sobre as formas de assistência sanitária, religiosa, educativa e económica.<sup>16</sup>

Finalmente, entende-se por **acção de presença** a existência, numa determinada região, de forças militares que limitam a liberdade de acção do adversário e protegem a população do aliciamento, da coacção ou da represália por parte daquele.

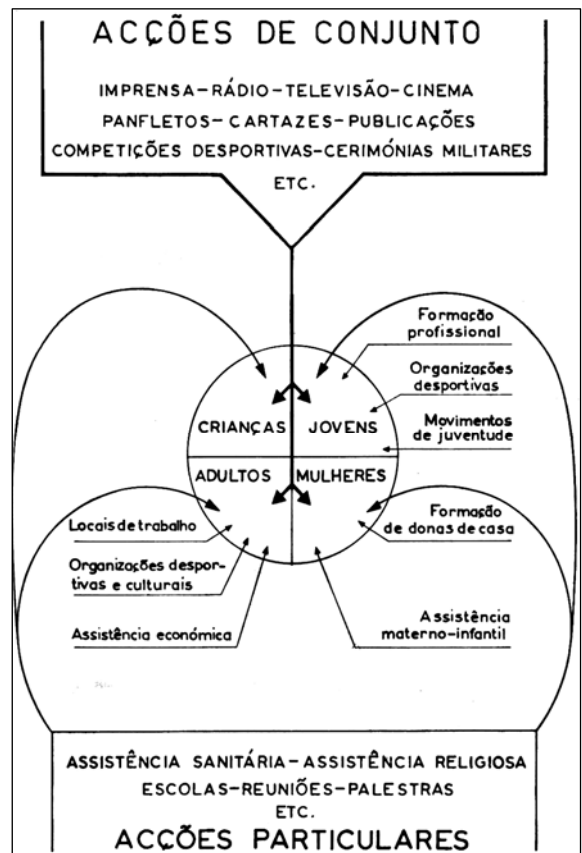
Esta acção de presença proporciona à população um ambiente de segurança e uma sensação de tranquilidade, tornando-a também mais receptiva à acção psicológica.

Por outro lado, o contacto íntimo das forças

militares com a população contribui para desenvolver um clima de confiança mútua e até de relações pessoais com essa população, facilitando uma valiosa obtenção de notícias<sup>17</sup>.

Através da acção psicológica, o adversário procura alcançar a conquista das populações, a desmoralização das autoridades, a negação da sua acção, bem como a desmoralização e a desagregação das forças militares.

A **acção psicológica sobre o adversário** tem como objectivo desmoralizá-lo, provocando-lhe uma sensação de insegurança, de impotência e de descrença no seu êxito, levando-o à rendição e, se possível, a uma posterior colaboração activa com as autoridades legalmente estabelecidas<sup>18</sup>.



**Acção Psicossocial.**

Fonte: Estado Maior do Exército, op. cit. (2), cap. II, pág. 6.

<sup>16</sup> Estado Maior do Exército, op. cit. (2), cap. II, pág. 5.

<sup>17</sup> Estado Maior do Exército, op. cit. (2), cap. II, pág. 7 e 8.

<sup>18</sup> Ver Anexo E.



Esta acção é conduzida, essencialmente, sob as formas de propaganda e de contrapropaganda<sup>19</sup>. De salientar, no entanto, que os êxitos obtidos na acção psicossocial sobre a população e na acção militar contra os bandos armados e guerrilhas exercem sobre os elementos da subversão um efeito moral fortemente depressivo.

A acção psicológica deve basear-se num estudo<sup>20</sup> concreto da subversão e dos seus objectivos, no carácter dos seus líderes e eventuais rivalidades entre eles, nas características étnicas dos povos participantes, nas suas necessidades, esperanças, frustrações, etc.

A acção psicológica pode ainda contribuir para a decepção das operações de combate a levar a efeito por essas forças<sup>21</sup>.

É assim fundamental a existência de um sistema eficaz de informações.

A propaganda e a contrapropaganda devem ser orientadas no sentido de conduzir ao descrédito da subversão e dos seus chefes, fazendo crer que estes apenas procuram satisfazer as suas ambições pessoais<sup>22</sup>, ao mesmo tempo que destroiem os mitos que apregoam.

Através de temas convenientemente seleccionados, procurar-se-á desencorajar o adversário e provocar a sua desagregação, apresentando como ilegítima a causa que defende, e convencendo os adeptos da subversão que a sua participação nela constitui um verdadeiro logro.

Uma estreita coordenação entre a acção psicológica e o planeamento das operações é indispensável ao êxito de ambas.

Encontrando-se os rebeldes, muitas vezes, disseminados entre a população, os meios empregues sobre esta atingirão simultaneamente aqueles. Podemos influenciá-los indirectamente através de propaganda difundida no seio da própria população ou, indirectamente, por panfletos e cartazes colocados nas zonas de acesso e através de emissões rádio ou notícias publicadas nos jornais.

Em conclusão, pode dizer-se que todas as acções psicológicas sobre o adversário têm por objectivo levá-lo a submeter-se voluntariamente à nossa vontade. É conveniente, por isso, colocá-lo perante

---

<sup>19</sup> Ver Anexo E.

<sup>20</sup> Ver Anexo Q.

<sup>21</sup> Anúncio de falsas operações ou para chamar a atenção para indícios relativos a operações de diversões.

<sup>22</sup> Ver Anexo E.



um dilema: ou condições, que possam ser aceites, ou uma ameaça real de destruição, que se apresente inevitável<sup>23</sup>.

Por último, **a acção psicológica sobre as nossas tropas** visa formar, manter e fortalecer o moral do pessoal e imunizá-lo contra os ataques psicológicos adversos, preparando-o para colaborar na acção psicológica a exercer junto das populações e sobre o adversário<sup>24</sup>.

A consecução destas finalidades exige dos comandos militares a realização das seguintes acções: formação moral e cívica; informação; instrução técnica<sup>25</sup>.

Para anexo remetemos um glossário de terminologia, no âmbito da acção psicológica, por considerarmos ser útil para se estabelecer um paralelo dos conceitos e definições em uso noutros países e organizações<sup>26</sup>.

---

<sup>23</sup> Estado Maior do Exército, op. cit. (2), cap. II, pág. 9 a 15.

<sup>24</sup> Ver anexos N, O, P, R, S e T.

<sup>25</sup> Estado Maior do Exército, op. cit. (2), cap. II, pág. 15 a 19.

<sup>26</sup> Departamento de Defesa dos Estados Unidos, do Conselho de Defesa Inter-Americano (Inter-American Defense Board), da Interpol e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO), in Anexo F.



---

---

### **III. ACCÃO PSICOSSOCIAL NO CONFLITO ULTRAMARINO**

*“A educação colonial é melhor que o canhão. O canhão obriga o corpo; a escola encanta a alma”.*

Hamidou Kane

(Senegal)

Após a II Guerra Mundial, outro tipo de conflito alastrou a todos os continentes. Uma luta entre dois blocos opostos, duas ideologias, período que ficou conhecido por Guerra Fria. O conflito directo entre as duas superpotências nucleares foi então evitado, por apresentar danos inaceitáveis para ambas. Esta luta indirecta, em detrimento da acção directa, é exposta por José Estaline em 1948, no programa geopolítico para a expansão do comunismo<sup>27</sup>.

Estaline retoma então o pensamento de Lenine, do início da década de 1920, segundo o qual “o caminho de Paris e de Londres passa por Pequim e pela África”. E o líder bolchevista acrescentava: “contornar, isolar e arruinar a Europa pela perda da África<sup>28</sup>”.

O domínio do mundo por fases surge no *memorandum* de Mao Tsé-Tung apresentado na reunião extraordinária do Partido Comunista Soviético de 1953.

Nesse *memorandum*, o objectivo número um é a Ásia das monções, seguida da Índia e do Japão. Conquistados esses territórios, o plano prosseguia rumo à Ásia Ocidental e, atravessando o Canal de Suez, à África branca ou muçulmana. Esta *invasão* abrandaria a resistência europeia, facilitando, assim, uma progressão dissimulada até à África Negra, que os Europeus, preocupados com a sua própria segurança, não poderiam defender. Seguir-se-iam então a Europa e a Austrália e, numa fase final, o hemisfério ocidental.

---

<sup>27</sup> “Despojando o mundo ocidental da posse dos países coloniais, reduzimos os lucros do capitalismo, diminuindo o nível de vida das massas trabalhadoras e criando assim a situação necessária para movimentos revolucionários. Em termos mais militares, não sendo possível o ataque directo contra a Europa, é preciso adoptar uma manobra envolvente através da Ásia e da África”, J. Estaline, in Hermes de Oliveira, *Guerra Revolucionária*, pág. 37.

<sup>28</sup> Hermes de Oliveira, op. cit., pág. 37.



Os Estados Unidos da América e o Canadá não resistiriam a viver na periferia e capitulariam. Nunca se obteve uma base verídica para este plano, mas os acontecimentos subsequentes levam a admitir a sua existência real.



**Plano de dominação mundial**

Fonte: Hermes de Oliveira, op. cit., pág. 39.

Após o final da II Guerra Mundial, o comunismo expandiu-se por toda a Ásia<sup>29</sup>, a que se seguiu o continente africano<sup>30</sup>. Segundo o “memorandum” de Mao Tsé-Tung, uma vaga revolucionária varreria então o continente africano e os imperialistas e os colonialistas seriam lançados ao mar (...). Uma vez separadas Ásia e África dos países capitalistas da Europa, o continente europeu desmoronar-se-ia por completo do ponto de vista económico. “A sua capitulação surgirá naturalmente, como consequência dos acontecimentos mencionados. A crise europeia será seguida duma quebra económica total e duma catástrofe industrial<sup>31</sup>”.

<sup>29</sup> Coreia, Vietname, China.

<sup>30</sup> A revolta na Argélia, as independências da Líbia, Tunísia e Marrocos. A conquista de posições no Ghana, na Guiné, nos Camarões e no Congo Belga são exemplos da expansão do comunismo.

<sup>31</sup> Hermes de Oliveira, op. cit., pág. 40.



Para atingir esse objectivo, a doutrina utilizada pela União Soviética e pela China foi a da **Guerra Revolucionária**, definida como **total**<sup>32</sup> por Mao Tsé-Tung, **permanente**<sup>33</sup> por Lenine e **universal**<sup>34</sup> por Estaline.

Nesta luta indirecta, uma nova arma foi utilizada - **a guerra psicológica**.

O terreno de manobra são as populações e a conquista da sua opinião o principal objectivo. Dá-se assim mais valor à conquista das almas do que à conquista do espaço<sup>35</sup>. Esta guerra psicológica visa a destruição do espírito de defesa dos países ocidentais, para o que contribuiu a incompreensão destes por este novo tipo de guerra<sup>36</sup> e declínio de vontade<sup>37</sup>.

Este estado de espírito é bem visível nas afirmações do General francês Nemo. Afirmava ele que “as guerras no Ultramar, após 1945, evidenciaram o revés do forte perante o fraco, do carro perante a mina, do obús diante a espingarda, da inteligência abstracta perante a inteligência concreta, da força em relação à paciência, da riqueza frente à da pobreza, do material complexo perante o homem de mão vazias (...) As civilizações que pareciam em atraso levaram-nos a descobrir novas formas de guerra e impuseram-nos essas forças quando ainda estávamos mal preparados para as aceitar...”<sup>38</sup>

E o Capitão Morier, na obra de Larteguy, *A cidade estrangulada*, afirma: “(...)os vietnamitas puseram de pé um tipo de exercito notável, o Exército Total, em que cada soldado,

<sup>32</sup> Mao Tsé-Tung, entre 1935 a 1937, escreve: “A vossa guerra será perdida. Tal qual a concebeis, será perdida porque não tendes em conta um factor essencial, porque lhe falta um carácter fundamental: esta guerra é uma guerra total! Esta guerra é total porque cada indivíduo é um objectivo da guerra revolucionária, porque todas as actividades dum estado, dum sociedade, contribuem para criar neste indivíduo, objectivo da guerra revolucionária.”, in Hermes de Oliveira, op. cit., pág. 55.

<sup>33</sup> Lenine acrescenta à afirmação de Clausewitz, de que “a guerra não é mais do que a continuação da política por outros meios”, o seguinte, “a paz também, a paz também não é outra coisa que não a continuação da luta por outros meios. A paz e a guerra não são senão dois aspectos de mesma luta, permanente e necessária.” in Hermes de Oliveira, op. cit., pág. 50.

<sup>34</sup> Estaline acrescenta ao pensamento de Boukharine, de que tudo o que for hostil ao capitalismo, deve ser colocado ao serviço do bolchevismo, a frase “se queremos acelerar o fim do capitalismo, se queremos fazer aproximar no tempo esta última síntese, a vitória nesta luta final, notemos que a máquina, instrumento do capitalismo, não se alimenta apenas do proletariado operário, apenas de homens, mas também de matérias-primas. Ora, as matérias-primas encontram-se espalhadas pelo mundo inteiro. Um levantamento geral dos povos colonizados privará o colonialismo ocidental de matérias-primas e de mercados, e conduzirá, nos países “burgueses”, a crise económica, levando os operários para a «revolução social».”, in Hermes de Oliveira, op. cit., pág. 53 e 54.

<sup>35</sup> Como afirmou Mao Tsé-Tung, “a população é para o insurrecto o mesmo que a água é para o peixe.”

<sup>36</sup> Falta de doutrina a nível político e militar para a combater.

<sup>37</sup> Existência de uma sociedade de abundância, com crise de valores morais, levando à abdicação e conduzindo à lassidão. São exemplos os slogans “antes vermelhos do que mortos” e “mais vale um cobarde vivo do que um herói morto”.

<sup>38</sup> Entrevista com o General Almiro Canêlhas.



simultaneamente, um propagandista, um professor primário, um polícia, e cada oficial um administrador, um padre e um engenheiro agrónomo. Para lutar contra um tal Exército seria necessário um Exército do mesmo tipo, uma espécie de ordem militar. De contrário a derrota está assegurada. Desagrada-me, naturalmente, ser vencido. Desagrada-me ser comandado por chefes incapazes. Mas desagrada-me ainda mais transformar-me num monge-soldado, ou tornar-me um irmão pregador de não sei que nova doutrina. Assim, eu, capitão Morier, abandono este exército francês porque ele não pode vencer tal como é e eu não posso admiti-lo de outra forma (...)”<sup>39</sup>.

Na Indochina, os franceses defrontam-se com um novo tipo de guerra protagonizada pelos vietnamitas – a guerra de libertação nacional. Combateram com forças convencionais e doutrina convencional um novo tipo de guerra, a guerra revolucionária, presente durante todo o período da guerra fria.

A vertente fundamental desta guerra de tipo novo é *a guerra psicológica*, que invadiu a Europa e respectivos territórios ultramarinos<sup>40</sup>.

O grande mestre deste tipo de guerra - Mao Tse Tung - conquistou a China graças à conquista de populações<sup>41</sup>. Nas Escolas de guerra revolucionária da China, a frase chave era: “Atacar com 70% de propaganda e 30% de esforço militar”.

O soldado no exército revolucionário era simultaneamente soldado, monge, professor. Daqui decorre a componente da acção social junto das populações, a acção psicossocial<sup>42</sup>.

Em 1959, não se vislumbrava ainda o início da guerra colonial, mas existiam indícios de que algo germinava nos territórios ultramarinos. Resultado da eclosão de movimentos independentistas em outras colónias<sup>43</sup>, era de prever que em territórios e circunstâncias semelhantes, caso dos territórios ultramarinos portugueses, essas situações se pudessem repetir.

---

<sup>39</sup> Entrevista com o General Almiro Canêlhas.

<sup>40</sup> Como exemplo “antes vermelhos que mortos”, propaganda pacifista procurando quebrar a vontade de defesa e dividir a OTAN/NATO.

<sup>41</sup> “O terreno de manobra é a população e a conquista da sua opinião o objectivo principal”.

<sup>42</sup> Atrair as populações através de benefícios de ordem social e simultaneamente inculcar-lhes determinadas ideias, que condicionam o seu comportamento.

<sup>43</sup> Guerra da Indochina e Argélia.



É neste contexto que devem ser entendidas as deslocações de grupos de oficiais portugueses ao Reino Unido, em 1958, e Argélia, no ano seguinte, para frequentarem cursos com uma forte componente de guerra subversiva<sup>44</sup>.

Já em finais da década de 1950, o Coronel Hermes de Oliveira, que participara num curso na Argélia, proferia palestras sobre o tema da guerra subversiva no Instituto de Altos estudos Militares (IAEM).

A escolha da Argélia e Reino Unido explica-se pela guerra de guerrilha que na altura eclodira na colónia francesa e pelos êxitos que os militares britânicos conseguiam na Malásia<sup>45</sup>.

A missão à Argélia<sup>46</sup> originou um vasto relatório<sup>47</sup> que, pela sua importância, justifica uma análise detalhada, já que grande parte das recomendações nele incluídas foram postas em prática nas antigas províncias ultramarinas<sup>48</sup>.

O relatório sustenta que a acção psicológica sobre as populações é um meio eficaz de contrariar a guerra psicológica, pois esta “trabalha” física e moralmente as populações, predispondo-as à subversão e, conseqüentemente, à luta na guerra revolucionária.

Para desenvolver esta acção é necessária a presença, o contacto com as populações, o seu conhecimento e auscultação. Face a isto, acrescenta o relatório, torna-se necessário dispersar as forças pelo maior número possível de aquartelamentos.

A acção psicológica sobre as populações deve ser iniciada em tempo de paz, o que pressupõe a existência de órgãos especializados.

O relatório propunha a criação em cada comando militar de uma Repartição ou, no mínimo, uma Secção para acção psicológica, que deveria trabalhar em estreita colaboração com o Governo da província. Tal permitia que a acção psicológica desenvolvida pelas autoridades civis e pelas

---

<sup>44</sup> Entrevista com o General Almiro Canêlhas.

<sup>45</sup> Entrevista com General Pedro Cardoso.

<sup>46</sup> Frequência de um Curso de Pacificação e Contra guerrilha.

<sup>47</sup> Ver Anexo J.

<sup>48</sup> Ministério do Exército, Relatório da Missão à Argélia, págs. 169 a 181.



autoridades militares fosse coordenada, facilitando, fundamentalmente, a centralização das informações.

Em cada circunscrição militar ou sector deveria ser criada uma secção de acção psicológica, funcionando como antena da Repartição do Comando Militar, procurando o contacto com a autoridade civil mais representativa.

Propõe o relatório citado que, a nível de Batalhão, exista um oficial de acção psicológica, com as funções acima referidas.

Quanto à responsabilidade territorial, o relatório sustentava que a componente operacional deve estar subordinada à componente territorial. “(...) O Comando a quem foi confiada uma dada parcela de terreno deveria desenvolver aí a sua acção, isto é, tudo deveria ser resolvido por ele”. Sugeria igualmente que o sector ou circunscrição militar fosse comandado por um Coronel, correspondendo à área de um ou mais distritos<sup>49</sup>. O subsector era comandado por um Tenente Coronel ou Major, que seria o comandante do Batalhão de Infantaria e das tropas das restantes armas que o sector colocava à sua disposição para guarnecer a quadrícula. Abrangeria a área de uma ou mais subscrições administrativas. A área da Companhia, Bateria ou Esquadrão, comandada por um Capitão, abrangeria a área de um ou mais postos administrativos, com a responsabilidade pela eficiência da quadrícula na sua área, cuja ocupação seria efectuada por postos de efectivo de companhia a secção<sup>50</sup>.

Não tendo existido, até essa data, acções subversivas perpetradas por bandos rebeldes a solução passaria por destinar à quadrícula a quase totalidade dos efectivos (Infantaria, Artilharia e



Fonte: Diário de Notícias, Guerra Colonial, pág. 57.

<sup>49</sup> Disporia órgãos de comando, que accionavam, na sua área, os Batalhões de Infantaria e as restantes armas, aí posicionadas, guarnecendo a quadrícula ou estacionando para intervenção.

<sup>50</sup> O normal seriam postos de companhia, destacando um ou dois postos de pelotão, e estes poderiam eventualmente destacar postos de secção.



Cavalaria), dando grande mobilidade a essas forças, para que rapidamente pudessem acorrer em socorro dos postos vizinhos, ou agruparem-se para constituir unidades de intervenção. Para atingir esse objectivo, tanto infantaria como cavalaria deveriam dominar as técnicas de intervenção<sup>51</sup>.

Assim, quedariam imobilizadas apenas as forças destinadas à intervenção ou cuja actuação não aconselhasse a sua utilização como tropa de quadrícula<sup>52</sup>.

No aspecto da mobilidade, deveria contactar-se a Força Aérea para a criação de um dispositivo adequado à contraguerrilha e para apoio às missões requeridas pelas forças terrestres<sup>53</sup>.

A substituição ou prolongamento da acção das autoridades civis por parte do Exército deveria ser prevista em tempo de paz.

O relatório propõe que a problemática da guerra subversiva conste dos *curricula* de todos os cursos militares<sup>54</sup>, visando desenvolver o gosto e a curiosidade pelas *coisas* do Ultramar, incluindo o interesse pelas questões de fomento e administração.

Seria ainda facilitada a frequência de cadeiras no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos a oficiais a que, em caso de necessidade, se recorreria para montar serviços de «negócios de indígenas<sup>55</sup>».

A nível da contraguerrilha, a adaptação orgânica residia no aligeiramento das unidades<sup>56</sup>, dando-lhes uma maior mobilidade, através do reforço de meios auto (pelo menos as forças de intervenção seriam inteiramente motorizadas) e poderosos meios de transmissões (TSF) para uma perfeita ligação. Para além disso, disporm de armas com grande potencial de fogo a pequenas distâncias, sem prejuízo da mobilidade (ex:uma pistola metralhadora por três combatentes) e equipamentos apropriados (sacos cama individuais, tendas...).

Na instrução dos quadros, todos os officias nomeados para o Ultramar deveriam frequentar, no mínimo, um Estágio de Pacificação e Contraguerrilha.

---

<sup>51</sup> Destruição de bandos armados.

<sup>52</sup> Exemplo dos Pára-quedistas.

<sup>53</sup> Helicópteros para transporte das forças de intervenção.

<sup>54</sup> Desde a Academia Militar ao Instituto de Altos Estudos Militares.

<sup>55</sup> Designação dada aos assuntos relacionados com os nativos africanos.

<sup>56</sup> Finalidade era a economia de efectivos e a sua mobilidade.



O relatório propunha a criação de um centro de ensino de guerra psicológica e acção psicológica, com a finalidade de preparar os oficiais para este tipo de conflitos. Quanto às tropas, todos os sargentos e praças, em serviço ou nomeados para o Ultramar, receberiam instrução especializada em contraguerrilha.

No entanto, deveriam ser extensivas a todas as unidades as matérias que não colidissem com a instrução para a guerra convencional. Deveria exercer-se uma acção psicológica forte sobre a tropa, com base na formação cívica e nacional indispensável para o tipo de conflito que se antevia, propondo-se uma mística relativamente à defesa do Ultramar, semelhante à fórmula francesa<sup>57</sup>, e que fosse compreensível para o soldado<sup>58</sup>.

Só quatro anos após a missão à Argélia foi elaborada doutrina, designadamente o guia “O Exército na Guerra Subversiva”.

Começam então as Forças Armadas a sentir-se que o factor determinante na guerra subversiva são as populações, surgindo assim a necessidade de as conhecer em pormenor<sup>59</sup>. A obra “Conquista das Populações” é um exemplo de um trabalho de investigação e de análise, difundido em Moçambique pelo Serviço de Centralização e Coordenação das Informações.

Sendo o vector população decisivo, a acção psicológica tem um papel importante a desempenhar na sua conquista.

A acção psicológica esteve “adormecida” até à criação das Repartições<sup>60</sup> e Secções de Acção Psicológica, em África, e até à difusão, a 14 de Maio de 1964, da Directiva Inicial de Acção Psicológica, na Metrópole<sup>61</sup>.

As Repartições de Acção Psicológica tinham como missão estudar e conhecer a situação moral e psicológica não só das tropas como também das populações, detectando o seu estado de espírito, as

---

<sup>57</sup> “O Mediterrâneo atravessa a França, como o Sena atravessa Paris”.

<sup>58</sup> Relatório obtido na entrevista com o General Almiro Canêlhas.

<sup>59</sup> Valor demográfico, composição étnica, implantação territorial, estrutura tribal e familiar, valores culturais e atitudes históricas de cada etnia em relação à soberania portuguesa.

<sup>60</sup> Organigrama, exemplo da Guiné, in Anexo D.

<sup>61</sup> Atribuída a responsabilidade de dirigir impulsionar e coordenar a Acção Psicológica relativa ao Exército, à 2<sup>as</sup> Repartição do EME. No entanto todo o comandante era responsável pelo cumprimento das directivas de acção psicológica recebidas do escalão superior e pela adopção de outras medidas localmente aconselháveis.



suas motivações e as ideias a que eram mais sensíveis<sup>62</sup>. O que se fez até aí era circunscrito à acção psicossocial. As 2<sup>as</sup> Repartições dispunham de verba destinadas à acção psicológica, que era dividida pelos sectores operacionais.

Os Comandos das Regiões Militares distribuíam, sobretudo, panfletos<sup>63</sup> destinados às populações refugiadas na mata<sup>64</sup>.

Com a criação da Secção de Acção Psicológica assiste-se a um maior interesse por esta actividade. Estudos de situação psicológica, doutrina e acções de natureza psicológica são então desenvolvidos<sup>65</sup>. Os primeiros eram elaborados apenas pela Secção de Acção Psicológica, devendo ser recordado que não existam órgãos nos escalões inferiores.

No Ultramar, aqueles estudos eram realizados nos Quartéis-Generais das Regiões Militares ou dos Comandos Territoriais Independentes (CTI), onde, a partir de 1967, a existência de órgãos próprios passou a permitir a sua elaboração.

A doutrina da acção psicológica está contida no “Manual de Acção Psicológica para as Forças Armadas” e no Volume III do guia “O Exército na Guerra Subversiva”, com o título a “Acção Psicológica”, publicados em 1963.

A partir de 1965, regulamentos e instruções diversos são elaborados com regularidade, ao mesmo tempo que se criam estágios e cursos de formação de especialistas

Também os planos de instrução dos quadros e praças passam a conter estas matérias.

As acções de natureza psicológicas sobre as nossas tropas na Metrópole revestiram-se de diversas formas<sup>66</sup>, designadamente material impresso, merecendo relevo o “Boletim de Informações”<sup>67</sup>, do Estado Maior do Exército e a colecção de folhetos intitulado “Soldado! Coisas importantes que deves saber”<sup>68</sup>, assim como a elaboração de cartazes. Estas acções foram irrelevantes sobre a

---

<sup>62</sup> José Freire Antunes, A Guerra de África 1961-1974., Vol. I, pág. 199.

<sup>63</sup> Ver Anexo E.

<sup>64</sup> Estado Maior do Exército, Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (61-74). Enquadramento Geral., págs. 385 e 386.

<sup>65</sup> Ver Anexo Q.

<sup>66</sup> Jornais de Unidade, palestras, Boletins de Informação, filmes, etc. Exemplos in Anexo O, P, R, S e T.

<sup>67</sup> Ver Anexo P.

<sup>68</sup> Ver Anexo S.



população da Metrópole, devido especialmente à escassez de meios. No entanto, a participação do Exército nas cerimónias nacionais é uma exemplo de que algo foi feito.

No meio civil, a Secção Feminina da Cruz Vermelha Portuguesa e o Movimento Nacional Feminino (MNF) desempenharam um papel importante no campo psicológico, em apoio das famílias dos militares destacados no Ultramar e dos próprios militares.

No entanto, a estreita ligação das dirigentes do MNF ao regime – na sua maioria, eram mulheres ou familiares de altos dignitários – retirava à organização credibilidade junto da opinião pública.

Também a responsabilidade de transportar os restos mortais dos militares para a sua terra, bem como a realização dos funerais, a cargo das Forças Armadas, pode ser associada à acção psicológica.

As operações específicas de acção psicológica junto das populações da Metrópole foram praticamente nulas, quando particularmente a juventude deveria ter merecido cuidados especiais.

A transmissão pela televisão das Boas Festas dos militares às famílias, bem como as saudações de militares em operações, são exemplos esporádicos de acção psicológica sobre a população e junto dos soldados.

De referir ainda a atribuição generalizada às unidades, de guiões, símbolos heráldicos e legendas (lemas ou motos), com efeito no reforço do espírito de corpo e no moral das tropas.

No Ultramar e no caso das tropas africanas, a abolição da diferenciação na vida diária entre autóctones e europeus e a miscigenação dos contingentes das unidades tiveram também um efeito psicológico forte.

A política de africanização provocou o envolvimento físico das populações negras na guerra, de modo a criar assim clivagens e antagonismos que demarcassem campos de actuação e dificultassem o alargamento das bases de apoio dos movimentos de libertação.

Exerceu-se uma intensa acção psicológica, melhorando as condições de vida das populações e apresentando-os como exemplos.



Em troca, as autoridades portuguesas socorreram-se deles para aumentar os efectivos. Ao mesmo tempo que constituíam unidades mais baratas e mais eficazes (devido ao melhor conhecimento do terreno e adaptação ao meio, fonte de informação e simultaneamente funcionando para os portugueses como agentes de contra-informação. Compensavam a escassez de efectivos, face aos nossos escassos recursos em homens.

São exemplos desta política os *comandos africanos*, na Guiné, os *flechas*, em Angola, e os *grupos especiais*, em Moçambique.

Embora insuficiente e de efeito diminuto<sup>69</sup>, as Repartições de Acção Psicológica procederam a operações não sistemáticas de acção psicológica. No seio das populações africanas, essas acções foram quase exclusivamente de acção psicossocial.

Exceptuando o caso da Guiné, elas foram insuficientes, debatendo-se quase sempre com falta de meios. No entanto, deve-se realçar o esforço para uma acção conjugada entre as chefias militares e as chefias político-administrativas, cuja acção prática nem sempre foi visível.

A política de reordenamento das populações vinha ao encontro dos seus desejos, proporcionando, por um lado, a melhoria das suas condições de vida, e, por outro, subtraindo-as à influência da guerrilha.

Não existiam regras fixas para o estabelecimento de aldeamentos. Em geral, situavam-se perto de unidades militares, delimitados por arame farpado, ou mais comum rodeados por uma estrada ou campo desmatado<sup>70</sup>. As habitações eram implantadas em quadriculado, permitindo a construção de ruas largas e direitas. Os aldeamentos dispunham normalmente de escola, posto de primeiros socorros e poço comum. O controlo era muitas vezes exercido por milícias, que asseguravam a autodefesa<sup>71</sup>.

Também as autoridades tradicionais, os régulos, eram incentivados a participar no controlo das populações sob a sua jurisdição.

---

<sup>69</sup> Como exemplo, a crítica aos militares, atribuindo-lhes pouco empenho e fraca eficácia na obtenção de resultados.

<sup>70</sup> Ver Anexo C.

<sup>71</sup> Nos grandes aldeamentos em Angola e Moçambique existiam polícias europeus, guardas rurais ou membros da Organização de Voluntários que enquadravam as milícias.



Inicialmente, a política de aldeamentos enfrentou a resistência dos nativos, tendo sido necessário recorrer a fortes campanhas de acção psicológica. Por vezes, as populações eram obrigadas à força a constituírem esses aldeamentos.

Do lado português surgiram também pontos de vista não coincidentes sobre esse política. De um lado, os militantes pretendendo poucos aldeamentos para facilitar o controlo e a segurança. Do lado civil, propunha-se a dispersão em pequenos aglomerados.

No caso da Guiné, a realização dos Congressos do Povo, onde as populações eram chamadas a discutir e a interessar-se pelos próprios problemas, constituiu uma das soluções mais interessantes e com melhores resultados práticos.

Por último, forçoso é salientar que a acção psicológica em apoio das operações militares, até ao aparecimento, em 1967, dos órgãos de acção psicológica se resumia ao lançamento de panfletos nas matas, visando sobretudo as populações<sup>72</sup>.

Após 1967, a acção psicológica em apoio das operações militares teve uma elaboração mais cuidada. Estas acções visavam atingir as forças inimigas combatentes, os seus quadros políticos e as populações sob a sua influência. Passaram então a desenvolver-se em três fases: **antes, durante e após as operações.**

Os meios utilizados eram as emissões rádio, altifalantes, panfletos, contactos directos e pessoais com os combatentes inimigos (após a captura). De referir também a elaboração e difusão de relatórios de acção psicológica em quase todos os escalões, que permitiram detectar e dar solução a situações e factos de incidência psicológica<sup>73</sup>.

No que respeita à Organização, no início do conflito faltavam as estruturas e a responsabilidade da acção psicológica era habitualmente atribuída às 2<sup>as</sup> Repartições dos Quartéis-Generais das Regiões Militares.

O primeiro passo foi dado em 1963, com a realização, na Metrópole, de um estágio para oficiais. No ano seguinte foi criada a Subsecção de Acção Psicológica, integrada na Secção de Contra-

---

<sup>72</sup> Ver Anexo E.

<sup>73</sup> Estado Maior do Exército, op. cit. (3), págs. 388 a 392.



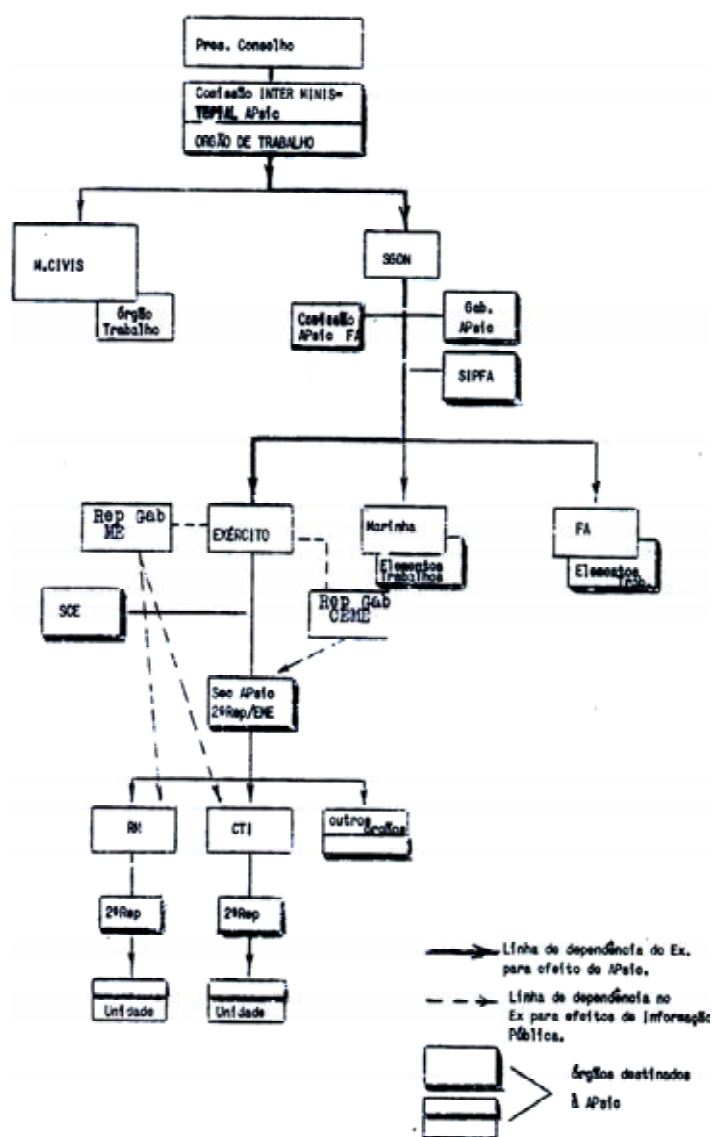
Informação da 2ª Repartição do Estado Maior do Exército. Mais tarde foi criada uma Secção de Acção Psicológica no seio da 2ª Repartição do Estado Maior do Exército. Nos territórios ultramarinos foram criados os Departamentos de Acção Psicológica, primeiro nos Quartéis-Generais das Regiões Militares, posteriormente, nos Comandos-Chefes.

No topo da hierarquia - o Secretariado-Geral da Defesa Nacional (SGDN) - foi criado um órgão de Serviço de Informação Pública das Forças Armadas (SIPFA), com atribuições de natureza psicológica.

No entanto, os Quartéis-Generais das Regiões Militares da Metrópole mantiveram-se à margem do processo, não tendo sido criadas estruturas com essa finalidade, mantendo-se as 2ªs Repartições com essas responsabilidades até ao final do conflito.

No entanto, numa luta que envolvia cada vez mais a população, era necessária a existência de um Serviço de Acção Psicológica a nível nacional, que, no entanto, nunca chegou a ser criado.

A inexistência de um órgão com essas atribuições, associado à tardia e insuficiente organização da estrutura militar neste campo, impediu que, com oportunidade e eficiência, se tivesse exercido a necessária contrapropaganda e se tivesse combatido o efeito da lassidão.



**Organograma da Acção Psicológica nas Forças Armadas**  
Fonte: IAEM, Notas complementares da 5ª repartição – Acção Psicológica, pág. 5/AP/B/II/6.



Existiram no entanto actividades dispersas de entidades militares e civis, com impacto no campo da acção psicológica.

Em 1970, é nomeado um grupo de trabalho, para apoiar uma Comissão Interministerial<sup>74</sup> que, através de directivas, orientava os diversos departamentos ministeriais.

A Comissão considerava como missões nacionais, a informação pública, a propaganda, as informações psicológicas e a formação técnica. Conforme os grupos-alvo, a responsabilidade principal era atribuída a um dado Ministério. Com base nessa directiva, o Estado Maior do Exército planeava e orientava a acção psicológica a desenvolver pelo Exército na Metrópole, e o Secretariado-Geral da Defesa Nacional e o Ministério do Ultramar, através de directivas conjuntas, orientava a acção a desenvolver no Ultramar.

Com base na orientação desta directiva conjunta era difundida em cada uma das Províncias, por um Gabinete Conjunto, Civil e do Comando-Chefe, uma directiva anual que abrangia as autoridades militares e civis.

Esta directiva dava origem, no campo militar, a directivas anuais em cada um dos escalões subordinados: Comandos de Região Militar e Comandos de Sector, que por sua vez as desdobravam em planos de acção trimestrais, a que se seguia um procedimento análogo no campo das autoridades civis.

Estes planos de acção representavam a “acção psicológica pré-planeada”, podendo no entanto, conforme as circunstâncias e o desenrolar dos acontecimentos, ser preparadas e executadas acções denominadas “acção psicológica de oportunidade”<sup>75</sup>.

Passemos agora à descrição de algumas actividades relevantes para este estudo, executadas nos diferentes Teatros de Operações:

---

<sup>74</sup> Estado Maior do Exército, op. cit. (3), págs. 386 e 387.

<sup>75</sup> Estado Maior do Exército, op. cit. (3), págs. 392 a 397.



Na Guiné, de início, nada de muito significativo foi efectuado no âmbito da acção psicológica. Em 1963 começaram a ser elaborados relatórios periódicos de acção psicológica, bem como instruções para a acção psicológica<sup>76</sup>.

A partir de 30 de Setembro de 1968<sup>77</sup> foi decidida a criação de *tabancas*<sup>78</sup>, isto é, aldeamentos em auto defesa, e o conseqüente reordenamento das populações, em estreita ligação com o Governo da província. Esta decisão teve como objectivo a delimitação de áreas favoráveis ao desenvolvimento socio-económico das populações e de irradiação do progresso, atendendo simultaneamente à compartimentação étnica que deveria ser respeitada e até fomentada.

O General António de Spínola, governador da Guiné, integrou a política de aldeamentos na manobra militar, subordinando por vezes essa manobra à política, desde que não pusesse em causa a capacidade de combate das tropas.

Estas medidas mostraram-se eficazes no tocante à segurança das populações e dos meios de subsistência.

Como o planeamento destas acções implicava uma acção conjunta<sup>79</sup>, passaram a ser coordenadas ao nível do Comando-Chefe – no caso guineense o Comandante-Chefe era também o Governador da Província da Guiné - através da Divisão de Organização e Defesa das Populações.

A zona de esforço de Chão de Manjaco, área fulcral da luta contra a subversão, constituiu um bom exemplo de como pode ser organizada a acção psicossocial<sup>80</sup>:

- Em relação às populações, os objectivos eram a preservação das que estavam sob o nosso controlo e a captação das populações sob duplo controlo, dissociando o binário grupos armados/população para que progressivamente conseguíssemos captar esta última;

---

<sup>76</sup> Estado Maior do Exército, op. cit. (3), pág. 380.

<sup>77</sup> Directiva n.º 43, de 30 de setembro de 1968, do Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné.

<sup>78</sup> Pequena povoação.

<sup>79</sup> Serviços da Província, autoridades militares, administrativas e policiais.

<sup>80</sup> Entrevista com o General Pedro Cardoso.



- Em relação ao adversário, preconizava-se a punição de todos os que prejudicassem a nossa manobra, com a sua expulsão do território através de acções de retaliação, punitivas e de aliciamento para passarem para o nosso controlo.

Na directiva 65/69, de 13 de Agosto, do Comando Territorial Independente da Guiné, está expresso que o esforço militar desenvolvido no âmbito da manobra no Chão Manjaco devia ser complementada pela conquista de toda a população.

Essa conquista, para se tornar efectiva, deveria apoiar-se em realizações que concretizassem as promessas de “Uma Guiné Melhor”.

Afirmava-se igualmente que os povos tinham de reconhecer, na prática, ser capazes de solucionar os seus problemas e que Portugal estava disposto a ajudar com a implantação de estruturas que proporcionassem uma nova forma de vida.

Só assim, conquistando física e espiritualmente as populações, se entendia possível separá-las do inimigo, levando-as a empenharem-se activamente na luta contra a subversão.

Para dar corpo a estes desígnios foi determinada a construção, restauração ou adaptação das seguintes estruturas: um Hospital, com uma maternidade anexa, e postos de primeiros socorros em diversas localidades.

No campo da educação, para além das escolas existentes, onde deveriam ser efectuadas beneficiações, preconizava-se a criação de uma escola primária em Regulado<sup>81</sup>. Além das escolas primárias, previa-se a criação de escolas de artes e ofícios, cursos de animação cultural e de iniciação agrícola.

A directiva preconizava igualmente o asfaltamento e beneficiação das estradas principais, a revalorização agrícola e pecuária do Chão Manjaco, com a instalação de uma delegação com brigadas itinerantes, visando o aparecimento de uma agricultura polivalente que substituiria a paralizante economia de subsistência.

---

<sup>81</sup> Área de jurisdição do régulo, autoridade tradicional local.



A nível policial, devia ainda ser revisto o enquadramento tradicional, com a criação pelo Comando da Polícia de Segurança Pública de um posto em Teixeira Pinto, preenchido com pessoal de etnia manjaca.

A directiva preconizava a atribuição de prioridade ao Chão Manjaco pelas entidades responsáveis pelo reordenamento e urbanização de aglomerados.

A Guiné é um exemplo de sucesso no campo da acção psicossocial, para o que muito terá contribuído o facto de autoridade militar e autoridade político-administrativa estarem incarnadas na mesma pessoa, o General António de Spínola.

A acção psicológica em Angola teve início antes do eclodir do conflito, com a elaboração, pelo Comando da Região Militar, do “Plano de Acção Psicológica n.º 1”, de 16 de Novembro de 1960.

Nele é afirmado que a propaganda inimiga visa fazer vingar as aspirações de independência por parte das populações nativas.

O Comando Militar de Angola propunha-se atacar a propaganda hostil, sempre que se tratasse de mentiras, ao mesmo tempo que difundia a nossa propaganda. Não existindo na altura inimigo declarado, o plano visava influenciar tanto a população civil como os militares das duas raças.

A sua existência denota já um clima internacional hostil a Portugal, ou uma fase preparatória da subversão.

As operações de acção psicológica foram atribuídas a oficiais e alguns sargentos das unidades existentes na província.

As hostilidades iniciaram-se no ano de 1961<sup>82</sup>. Na altura, não existiam estruturas adequadas para a preparação e planeamento da acção psicológica global, apesar do esforço de mentalização efectuado pelo Comando da Região Militar. Desta forma, esta acção quedou-se pela iniciativa de alguns oficiais e de algumas unidades.

---

<sup>82</sup> Estado Maior do Exército, Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (61-74). Aspectos da Actividade Operacional. Angola, págs. 505 a 521.



Exceptuando o lançamento, por meios aéreos, de panfletos dirigidos á população, cujo efeito foi limitado pelas elevadas taxas de analfabetismo, a acção psicológica limitou-se à área psicossocial, com os escassos meios das unidades militares.

O apoio às populações nos campos sanitário, escolar e alimentar teve resultados bastante positivos, superando mesmo em alguns casos as expectativas. No entanto verificaram-se, por parte de alguns menos aptos para este tipo de actividades, acções inconvenientes e de efeitos negativos.

Outras, no entanto, tiveram efeitos psicológicos positivos. Uma delas foi a atitude firme tomada pelos militares junto de grupos armados de civis que atacavam populações dos musseques de Luanda como retaliação pelas atrocidades cometidas pela União dos Povos de Angola (UPA), no Norte de Angola em 1961.

Outra foi a manutenção de soldados africanos no corpo de guarda do Quartel General de Luanda, o que acalmou a população europeia aí residente, pela confiança demonstrada nessas tropas<sup>83</sup>, ao mesmo tempo que aumentava a auto-estima dos militares e população negra.

Em relação aos nativos deve igualmente ser realçada a extinção do Estatuto do Indigenato, da autoria do Professor, Adriano Moreira, de efeitos psicológicos notáveis sobre as populações<sup>84</sup>.

No caso angolano, as autoridades militares portuguesas aproveitaram as rivalidades tribais entre o Movimento para a Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), para sustar as investidas do movimento de Agostinho Neto no Leste. O acordo com Jonas Savimbi assegurava ao líder da UNITA uma extensa região ao sul do Caminho de ferro de Benguela (rios Lungué- Bungo), onde o exército português não entraria, a troco de combate ao MPLA e fornecimento de informações sobre o MPLA<sup>85</sup>.

A política de aldeamentos em Angola, visando melhorar a auto-defesa e a eficácia do apoio a prestar às populações, ficou praticamente circunscrito à Região Leste, subordinando-se essa

---

<sup>83</sup> Estado Maior do Exército, op. cit. (3), págs. 379 e 380.

<sup>84</sup> Estado Maior do Exército, op. cit. (3), págs. 380 e 381.

<sup>85</sup> Diário de Notícias, *Guerra Colonial*, pág., 69.



política à manobra militar, embora as autoridades administrativas tenham contribuído em maior grau do que em Moçambique e na Guiné.

Daí ter-se verificado um maior progresso económico das populações comparativamente à política posta em prática nos outros dois territórios.

Em Moçambique, as hostilidades iniciaram-se mais tarde, em 1964, o que permitiu estudar, planear e montar uma campanha de acção psicológica. Apesar disso, aquando da eclosão da luta armada na província pouco restava dessa campanha<sup>86</sup>.

No Comando-Chefe moçambicano, o ciclo de trabalho de acção psicológica iniciava-se pelo estudo da situação (procurando saber o que se passava), passando-se de seguida à análise da propaganda inimiga. Finalmente, eram apresentadas, geralmente em briefings aos diversos departamentos, as medidas apropriadas (tanto no âmbito da acção psicológica como noutras áreas)<sup>87</sup>.

Mensalmente era enviado um relatório ao Governador Geral, para que se efectuasse a coordenação com as autoridades civis. Coordenação por vezes difícil, devido à ausência de comando unificado, como no caso da Guiné.

A 5ª Repartição (Acção Psicológica) procedia igualmente a operações de contrapropaganda, com vista a baixar o moral do inimigo adversário e desacreditar a sua causa.

O fundamental era conseguir a colaboração das populações e a forma de as contactar era através da acção social, sobretudo através da assistência sanitária. Era necessário conquistar os corações e as almas, através da saúde do corpo.

Na opinião do Senhor General Almiro Canêlhas, responsável pela acção psicológica ao tempo do Comandante Chefe General Kaulza de Arriaga, a etnia Maconde constituía o núcleo central da subversão em Moçambique.

---

<sup>86</sup> Estado Maior do Exército, op. cit. (3), pág. 380.

<sup>87</sup> Se concluíssemos que existia um mal estar no seio de determinada etnia, por medidas de carácter administrativo, essas medidas tinham que ser corrigidas.



A Frente Revolucionária para a Libertação de Moçambique (FRELIMO) movimentava-se com a vontade em território Maconde, no Norte da província, pelo que era necessário destruir os seus apoios, contribuindo assim para a sua desmoralização.

Era importante separar a população do inimigo. O momento em que a FRELIMO esteve à beira do colapso surge após a operação “NÓ GÓRDIO”.

No entanto, as autoridades portuguesas cometeram o erro de pensar que uma única acção militar poderia acabar com a FRELIMO.

Os objectivos não foram conseguidos porque os militares portugueses descuraram a vertente acção psicológica. O inimigo foi atemorizado, desarticulado, desmoralizado e desprestigiado perante as populações. Estas, em consequência da luta prolongada, apresentavam um acentuado desequilíbrio psicológico, tendo chegado a interrogar-se sobre a vontade da continuação do apoio à luta de libertação.

Os militares subestimaram e, simultaneamente, não exploraram características intrínsecas à etnia Maconde, a saber, independência relativamente a qualquer poder, ausência de respeito pela autoridade e estrutura familiar forte.

Apesar de tudo, a operação elevou os níveis de moral da tropa, mostrando-se confiantes na sua força, enquanto ao inverso baixou o moral do inimigo<sup>88</sup>.

No entanto, o objectivo de conquistar populações ficou longe de ser alcançado. A área era demasiado extensa para as capacidades da força, o que permitiu às populações aguardar o resultado dos acontecimentos em relativa segurança. Não admira por isso que não se tenha verificado o êxodo, e consequente captura, das populações<sup>89</sup>.

Existem, contudo, opiniões não coincidentes sobre os resultados e o desfecho final da operação “NÓ GÓRDIO”.

---

<sup>88</sup> Diário de Notícias, op. cit., pág., 465.

<sup>89</sup> Diário de Notícias, op. cit., pág., 467.



Exceptuando a etnia Maconde, particularmente hostil à presença portuguesa, a população nativa moçambicana era favorável ao recrutamento para as Forças Armadas. No final do conflito, em 1974, metade do efectivo total na província era constituído por soldados negros (cerca de 10 mil)<sup>90</sup>. Os soldados nativos foram essencialmente utilizados como grupos especiais, participando em missões operacionais de intervenção, como complemento das forças regulares (caçadores, comandos e pára-quedistas).

Os aldeamentos constituíam a melhor forma de defesa das populações defendidas, pois a população dispersa era coagida a acompanhar o inimigo. Tornava-se assim mais fácil satisfazer as suas necessidades, tendo as tropas portuguesas liberdade de acção para se deslocarem em todo o território, havendo a sensação de que não existiam zonas sob domínio da FRELIMO<sup>91</sup>.

Segundo um relatório militar português, as principais dificuldades no desenvolvimento da política de aldeamentos foram:

- Grande número de aldeamentos planeados;
- Falta de mentalização das autoridades administrativas para o dinamismo necessário para pôr em prática essa política;
- Inexistência de pessoal administrativo qualificado;
- Inexistência de estruturas de apoio à construção dos aldeamentos;
- Desprestígio das autoridades tradicionais, o que dificultava o enquadramento das populações;
- Impossibilidade de criação de novos destacamentos militares para apoio aos aldeamentos<sup>92</sup>.

Exemplo concreto de acção psicológica é a Directiva Geral de Acção Psicológica n.º 1/71, de 29 de Maio<sup>93</sup>. Nela, o Comandante Chefe, General Kaulza de Arriaga, define a missão de estudar, planear e realizar um conjunto de actividades psicológicas sobre as populações presentes na província, as

---

<sup>90</sup> Entrevista com o General Canêlhas.

<sup>91</sup> José Freire Antunes, op. Cit, pág. 200.

<sup>92</sup> Diário de Notícias, op. cit., pág. 237.

<sup>93</sup> Ver Anexo U.



forças nacionais (militares e militarizadas) o inimigo e as populações por ele controladas e as populações no exterior da província<sup>94</sup>.

O conceito de operação compreende os princípios gerais orientadores da acção psicológica em Moçambique, a definição de responsabilidades e as zonas de esforço<sup>95</sup>.

A Directiva Particular para a Defesa Psicológica em Tete, de 22 de Maio de 1971, identifica o tipo de actuação do inimigo, através do aliciamento da população (clandestina), a violência sobre populações sob autoridade tradicional que resistissem a esse aliciamento, acção armada contra as nossas forças apoiada em populações já dominadas.

Para recuperar as populações, a directiva determina a realização do reordenamento daquelas, para possibilitar o seu controlo.

Considerou-se que o melhor reordenamento era o aldeamento, pois para além da segurança, permitia a promoção social das populações e uma acção social eficaz que correspondia aos seus anseios e uma acção psicológica baseada em conceitos de lógica, de vantagem e de razão.

Ao longo de dois anos, o Comando do Agrupamento n.º 1979, posicionado no Norte de Moçambique, conseguiu repelir a subversão violenta que alastrava no distrito do Niassa.

A actividade operacional provocou a apresentação e/ou captura de cerca de 14 mil elementos da população fugida e desertores, devolvidas ao controlo das autoridades administrativas.

Foram repovoados aldeamentos e criados outros, operações em que a tropa teve parte activa. Além disso foram desenvolvidos esforços para a recuperação da população em aldeamentos e povoações dispersas, de que se destaca a prestação de tratamentos sanitários, fornecimento de refeições a deslocados e vestuário a capturados, frequência pelas crianças das escolas primárias militares e oficinas das unidades, abertura de poços comunitários, etc.

Os reveses sofridos pelo inimigo no Niassa em 1967 e 68 podem ter estado na origem do assassinio do líder da FRELIMO, Eduardo Mondale, em Dar es Salam, que coincidiu com o termo da missão do Agrupamento n.º 1979.

---

<sup>94</sup> Directiva Geral de Acção Psicológica N.º 1/71, do Quartel General da Região Militar de Moçambique.

<sup>95</sup> Ver Directiva Geral de Acção Psicológica n.º 1/71.



Marcelino dos Santos, Samora Machel e Uria Simango assumiram a chefia da FRELIMO, após a morte do líder assassinado. No entanto, em breve surgiram desentendimentos entre eles. Simango criticou publicamente os outros dois líderes, acusando-os de responsabilidade pelas deserções na FRELIMO<sup>96</sup>

Simango viria em Outubro de 1969 a ser suspenso da direcção da FRELIMO. Posteriormente, abandonou o movimento, vindo a inspirar a criação da FUMO (Frente Unida de Moçambique), em Nairobi. No seu manifesto, a FUMO responsabiliza o movimento de Samora Machel, entretanto empossado como presidente, pelo fracasso da luta em Moçambique.

Segundo o Brigadeiro Abel Barroso Hipólito, os revezes infligidos à FRELIMO deveram-se a factores que influenciaram favoravelmente a capacidade de Comando e operacional das forças, designadamente o valor atribuído à informação<sup>97</sup>; o planeamento da manobra integrada<sup>98</sup>; a unidade de acção<sup>99</sup>; o apoio dos escalões superiores; o valor das tropas<sup>100</sup> e a fidelidade da população<sup>101</sup>.

---

<sup>96</sup> Abel Barroso Hipólito, *A Pacificação do Niassa. Um caso concreto de contra-guerrilha*, págs. 195 a 202.

<sup>97</sup> Máxima importância à informação sobre o inimigo, população e terreno, baseada na pesquisa junto das unidades subordinadas, comandos superiores, autoridades administrativas, policiais e tradicionais, reconhecimentos terrestres e aéreos e através do estudo de campanhas anteriores na região. Estas informações foram integradas em estudos detalhados do inimigo, população e terreno.

<sup>98</sup> Tática, comunicações e de populações.

<sup>99</sup> Integração das directivas superiores, difusão de planos, directivas, ordens e normas de execução permanente aos comandos subordinados.

<sup>100</sup> Qualidades do soldado português: disciplina; sobriedade; estoicismo; generosidade, abnegação e coragem.

<sup>101</sup> As populações foram protegidas e assistidas, o que contribuiu para a pacificação da região, através das informações sobre os movimentos dos guerrilheiros, resistência ao aliciamento e à intimidação pelo inimigo e colaboração activa nas batidas das nossas forças.



#### **IV. LICÕES E ENSINAMENTOS DO CONFLITO ULTRAMARINO**

**Humanismo.** O soldado português é tendencialmente humanista, realizando continuamente uma acção social, sem para tal necessitar de ordens superiores, como atestam os êxitos nas relações com as populações quer em África quer na Bósnia, e até em Timor (recorde-se o constante apelo timorense para o regresso de tropas portuguesas).

No caso de Goa, a União Indiana desencadeou uma guerra subversiva, de carácter revolucionário. Essa acção provocou a morte de largas dezenas de europeus. Os indianos levaram a cabo atentados, atacaram postos militares, sabotaram caminhos de ferro, a despeito da apregoada política pacifista de Nehru. No entanto, viram-se obrigados a desencadear uma invasão armada, com 40 mil homens, apoiados por carros de combate, aviação e marinha de guerra. A invasão deve-se ao facto de as operações de guerra subversiva não terem permitido atingir os objectivos

A experiência de Goa mostra que a União Indiana não conseguiu aliciar para a sua causa as populações, a despeito da hostilidade internacional face à presença portuguesa no território

Nos campos de prisioneiros, os goeses faziam fila, sob um sol escaldante, para visitar prisioneiros portugueses, revela o Coronel Alexandre Morais, no livro “A Queda da Índia Portuguesa”.

Relevam daqui as características do homem português, onde se salientam a sua superior capacidade de adaptação ao meio, espírito de sacrifício, coragem e humanismo.

**Organização.** A Secção de Acção Psicológica do Estado Maior do Exército, quando foi criada na primeira metade da década de 60, era composta por apenas dois elementos, um major do Estado Maior e um oficial miliciano.

A 5ª Repartição, em Moçambique, dispunha apenas de quatro oficiais do Quadro Permanente e três oficiais milicianos com a especialidade de Acção Psicológica.



Imagina-se então a surpresa do general francês de visita ao Comando-Chefe moçambicano quando perguntou se a Repartição de Acção Psicológica dispunha de 150 elementos. A resposta deixou-o boquiaberto!!!<sup>102</sup>

Os meios foram sempre escassos, tanto no aspecto operacional como no aspecto da acção psicológica. A acção psicológica, embora complexa e especializada, não exige largos recursos. No entanto, nem sempre foi bem compreendida pelos próprios quadros das Forças Armadas. Porque a acção psicológica era confundida com a propaganda, no sentido de manipulação das mentes.

Embora confrontados com sinais da eclosão de conflitos, as autoridades portuguesas continuaram desatentas e só muito tarde, em 1970, foram criados órgãos especializados e doutrina específica.

Perante o envolvimento de grande número de famílias portuguesas nos conflitos africanos teria sido necessária a criação de um Serviço de Acção Psicológica, a nível nacional. Infelizmente, ele nunca chegou a existir.

No entanto, não se pode deixar de fazer notar que as condições socio-económicas e políticas vividas pela população portuguesa (baixos salários, ausências de liberdades políticas e cívicas, etc.) não facilitarão, de modo algum, a tarefa dos especialistas da acção psicológica.

Nos conflitos africanos, o empenhamento da quase totalidade dos efectivos nas missões de quadrícula permitiu uma acção de presença eficaz, facilitando um contacto efectivo com as populações, o seu conhecimento e auscultação.

A missão das Repartições de Acção Psicológica era estudar e conhecer a situação moral e psicológica não só das tropas como também das populações, detectando qual o estado de espírito, as suas motivações e as ideias a que eram mais sensíveis.

**Conquistar as populações.** A acção social nos vários Teatros de Operações provocou grandes dificuldades aos movimentos subversivos. O aliciamento das populações para as nossas teses fragilizou o binómio subversão/população.

---

<sup>102</sup> Entrevista com o General Almiro Canêlhas.



A política de reordenamento da população respeitava o desejo das populações, proporcionando-lhes a melhoria das condições de vida, subtraindo-as da influência inimiga. Com ela obteve-se um efeito psicológico positivo.

Também a realização na Guiné dos Congressos do Povo, onde as populações eram chamadas a discutir e a interessar-se pelos próprios problemas, foi uma das soluções mais interessantes em África.

A africanização dos contingentes foi outra medida eficaz que permitiu mostrar à comunidade internacional a legitimidade da posição portuguesa, ao mesmo tempo que criava clivagens e antagonismos no inimigo.

Como exemplos de acção social aponta-se a construção de estradas e picadas, pontes, viadutos e pistas de aviação, captação e distribuição de água, construção de centrais, redes eléctricas e edifícios, que funcionou como apoio dos governos provinciais na melhoria das condições de vida dos militares e populações<sup>103</sup>.

A subversão ganha-se indo de encontro à satisfação das necessidades básicas da população, eliminando-lhes a fome, a sede e a doença. A população é um elemento fundamental nesta guerra.

#### **Ganha quem tiver consigo as populações.**

**Unidade de Comando.** Nos casos em que os comandos militar e político-administrativo não estavam unificados, existiram conflitos<sup>104</sup> muitas vezes decorrentes de conflitos inter-pessoais. A experiência do Guiné que a unidade de comando favorece as operações de acção psicossocial.

**Análise do meio humano e do inimigo.** A experiência, designadamente em Moçambique e na Guiné, mostrou a importância da elaboração antecipada dos estudos de situação do inimigo e população.

**Moral das nossas tropas.** Manter o moral elevado moral é fundamental numa guerra que procurava conduzir o adversário ao desânimo.

Tanto na Metrópole como nas Províncias Ultramarinas diversas publicações foram elaboradas<sup>105</sup> que procuravam retratar com fiabilidade a situação completa, nos aspectos político, psicológico e militar.

---

<sup>103</sup> Ministério do Exército, Actividades do Exército, Separata do Boletim de informação n° 52, SPEME, 1969.

<sup>104</sup> As autoridades militares pretendiam atrair populações através de aldeamentos, por exemplo. Como fazer isto se elas estavam sujeitas a uma autoridade administrativa e não à militar. Existia conflito de autoridade.

<sup>105</sup> Ver Anexos N, O, P, R, S e T.



Acção psicossocial no conflito ultramarino 1961/74. Lições e ensinamentos retirados, passíveis de utilização em operações de paz.

---

Nos Cursos de Estado Maior faziam-se constantes publicações de esclarecimento, mentalização e doutrinação.

**A falta de informação pública origina o boato e o rumor, minando o moral das instituições e das populações.**



---

---

## **V. OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS NAS OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ**

“O nosso trabalho é sobretudo dialogar, informar e influenciar as pessoas”

Tenente J.H. Landé, OC MIST, Relatório de Lições apreendidas da UNSMIH, Setembro de 1996.

A doutrina das Operações Psicológicas utilizadas por diversos exércitos no âmbito das operações de paz permitem-nos tirar importantes lições para a nossa própria.

No exército da **Suécia**<sup>106</sup>, as Operações Psicológicas são definidas como actividades psicológicas planeadas, em guerra ou paz, contra o inimigo e outras audiências, quer amigas, quer neutras, por forma a influenciar atitudes e comportamentos que possam afectar a prossecução de objectivos políticos e/ou militares.

Os atributos das Operações de Informação poderão também orientar a aplicação das Operações Psicológicas. Mas, enquanto as Operações de Informação são preferencialmente um recurso nas tarefas de informação diária, as Operações Psicológicas podem constituir uma técnica a aplicar em situações críticas, devendo ser coordenadas aos mais altos escalões.

As Operações Psicológicas podem constituir um recurso em todas as actividades das Operações de Apoio à Paz. Em caso de falha numa operação de informação, originando, por isso, o efeito oposto ao desejado, as Operações Psicológicas podem servir para gerir a situação de crise entretanto criada. Na prática, as Operações de Informação e as Psicológicas podem aparecer sobrepostas, da mesma forma que as operações de apoio à paz representarão a relação contínua entre o uso da força e a necessidade de promover, preservar e manter o consentimento.

As Operações Psicológicas realçam os objectivos políticos e militares, que mais facilmente serão atingidos se a população local estiver em sintonia com a força de apoio à paz e com os objectivos dessa operação na área.

---

<sup>106</sup> Joint Military Doctrine, Peace Support Operations, Outubro de 1997, pág. 5-6.



Variadas e diferentes populações alvo poderão ser atingidas, desde autoridades civis e militares da área, aos comandantes das unidades das facções presentes, a sectores localizados da população e até à própria opinião pública internacional.

Nas Operações de Apoio à Paz, as operações psicológicas têm cinco funções básicas: preparar a missão; informar e instruir; consolidar para promover o consentimento; prevenir a acção psicológica de outrém potencialmente prejudicial à consecução dos objectivos; contra propaganda, rumores e desinformação.

A análise das Operações Psicológicas ou informação veiculada pelas autoridades locais, representantes militares das partes, meios locais de comunicação social, entre outros, poderá fornecer avisos prévios de atitudes e comportamentos, ou no mínimo constituírem indicadores de acções futuras.

A utilização correcta das Operações Psicológicas pode reduzir a eficiência da guerra psicológica executada pelas partes beligerantes. Através da identificação da propaganda e da desinformação, contrapondo uma informação objectiva ou mesmo contrapropaganda em situações de força, as Operações Psicológicas podem ser um recurso fundamental na estabilização do conflito.

No Exército dos **Estados Unidos da América**<sup>107</sup>, as operações psicológicas são operações planeadas para encaminhar informação seleccionada e indicadores para as audiências estrangeiras, para influenciar as suas emoções, motivos, razões e, em última instância, o comportamento dos governos, organizações, grupos, e indivíduos.

As Operações Psicológicas visam influenciar ou reforçar as atitudes e comportamentos dos não nacionais, de forma a torná-los favoráveis aos objectivos do promotor. As operações referidas anteriormente são parte vital de todo um largo espectro de actividades, políticas, militares, económicas, e de informações.

As Operações Psicológicas são utilizadas para fazer chegar a mensagem aos grupos alvo e às audiências locais.

---

<sup>107</sup> JOINT CHIEF OF STAFF, Joint Task Force Commander's Handbook for Peace Operations, pág III-22.



Alguns objectivos das Operações Psicológicas podem incluir: aumento da protecção e segurança da força (através da explicação da missão e antecipação do desenvolvimento de falsas expectativas e providenciando meios não persuasivos para comunicar com a população local); facilitar a condução das operações providenciando um sistema capaz de fornecer instruções à população local.

Devido ao envolvimento de Portugal na OTAN/NATO, julga-se pertinente a consulta do Anexo G sobre a doutrina das Operações Psicológicas e o documento sobre as lições a retirar do envolvimento da organização na Bósnia<sup>108</sup>.

---

<sup>108</sup> Ver Anexo H.



## VI. CONCLUSÕES

*“Não basta, para ser justo, fazer o Bem; é preciso também que os outros estejam convencidos disso.”*

Napoleão

As operações de paz são conduzidas em ambientes caracterizados por recursos escassos, desordenados, perigosos, próximo das populações e com fortes conotações políticas.

As unidades podem estar distantes entre si e isoladas do escalão superior, mas não da população. A compreensão da situação política e social no local torna-se importante, até ao mais baixo nível hierárquico. Deste modo, as unidades não podem depender apenas do escalão superior para a obtenção de informações.

Nas Operações de Apoio à Paz pode haver a necessidade de lidar com grupos não organizados de irregulares com formas de actuação idênticos ao da guerrilha (terroristas, “mafias”, outros segmentos da população de carácter conflituoso e marginal, etc.).

Estes elementos tentarão capitalizar a seu favor os sentimentos de privação dos direitos civis ou de descontentamento no seio das populações.

Esses elementos estarão estreitamente ligados à população, podendo mesmo fazer parte dela. Para lidar com esta situação, a Cooperação Civil-Militar (CIMIC) e as Operações Psicológicas (PSYOP) podem ser as “armas” mais adequadas a utilizar.

Nas Operações de Apoio à Paz o consentimento também se ganha, indo de encontro à satisfação das necessidades básicas das populações. O contacto com as populações, o seu conhecimento e auscultação, são necessários para a satisfação dessas necessidades.

Este desiderato pode ser alcançado com forças em missão de quadrícula, ou criando um órgão similar aos “Congressos do Povo”<sup>109</sup>.

---

<sup>109</sup> Na Guiné.



A exemplo da guerra colonial, os militares portugueses desenvolvem acção psicossocial nas operações em que têm estado envolvidos, pois o soldado português tem uma tendência humanista inata, realizando a acção social, frequentemente por iniciativa própria. A esta característica se devem muitos dos êxitos obtidos durante a guerra colonial, recentemente na Bósnia, de novo em África no âmbito da Cooperação Técnico-Militar e certamente num futuro próximo em Timor.

Em futuras forças destacadas para missões de apoio à paz, as Forças Armadas devem incluir uma Secção de Acção Psicológica ao nível de Batalhão ou Brigada, constituída por dois oficiais (um oficial superior e um capitão) e por um sargento.

Deve ser prevista a criação de uma Repartição de Acção Psicológica na Divisão de Informações Militares (DIMIL) do Estado Maior General das Forças Armadas (EMGFA), responsável pelo planeamento da acção psicológica e pelo estudo da situação moral e psicológica não só das tropas como também das populações.

Essa Repartição deverá promover o levantamento e estudo das populações onde for previsível a utilização de forças em Operações de Apoio à Paz, recolher ensinamentos e lições, elaborar doutrina conjunta nesta área e publicar manuais de apoio aos militares destacados para essas missões<sup>110</sup>.

A Repartição teria igualmente a responsabilidade de facilitar a ligação das actividades militares ao meio civil, promovendo assim a melhoria da imagem pública institucional das Forças Armadas.

A constituição dessa Repartição pode tomar como ponto de partida o organigrama da Repartição de Assuntos Cívicos e Acção Psicológica do Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné<sup>111</sup>, já que nos dias de hoje mais se justifica a estreita coordenação entre os assuntos cívicos, as relações públicas e a acção psicológica.

Não se compreende como passados tantos anos, as escolas militares continuam a ignorar áreas como a psicologia, a propaganda e a contra propaganda, de forma a elevar o nível de conhecimento dos militares, nessas matérias.

---

<sup>110</sup> São disso exemplo os Anexos R e S.

<sup>111</sup> Ver Anexo D.



A exemplo de outros exércitos e beneficiando da nossa larga experiência, é altura das Forças Armadas portuguesas elaborarem e introduzirem doutrina conjunta de Acção Psicológica nas Operações de Apoio à Paz.



---

---

## **BIBLIOGRAFIA**

### **Livros**

- 📖 AAVV, Boletim n.º 49, Lisboa, IAEM, 31 Julho 1999.
- 📖 AAVV, Campanhas de África e a estratégia Nacional, Lisboa, IAEM, 1996.
- 📖 AAVV, Operações de Paz, Fort Leavenworth, Military Review, 4º Trim 1997.
- 📖 ANTUNES, José Freire, A Guerra de África 1961-1974, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, 2 vols.
- 📖 CANN, John P., Contra-Insurreição em África. O Modo Português de fazer a Guerra, 1961-1974, S. Pedro do Estoril, Edições Atena Lda., 1998.
- 📖 DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Guerra Colonial. Angola. Guiné. Moçambique., Lisboa, Naveprinter, 1998.
- 📖 ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, O Exército na Guerra Subversiva, Lisboa, EME, 1963, 5 vols.
- 📖 ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (61-74). Enquadramento Geral., Lisboa, Beira Douro Lda., 1998.
- 📖 ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (61-74). Aspectos da Actividade Operacional. Angola., Lisboa, EUROPRESS, 1998.
- 📖 HIPÓLITO, Abel Barroso, A Pacificação do Niassa. Um caso concreto de contra-guerrilha, Lisboa, Liga dos Combatentes, 1970.
- 📖 IAEM, Notas Complementares da 5ª Repartição. Acção Psicológica., Lisboa, IAEM, s.d.
- 📖 JOINT CHIEF OF STAFF, Joint Task Force Commander's Handbook for Peace Operations, USA, Joint Warfighting Center, 16 Junho 1997.
- 📖 JOINT MILITARY DOCTRINE, Peace Support Operations, Suécia, Internet, Outubro 1997.
- 📖 MORAIS, Carlos A. de Moraes, A Queda da Índia Portuguesa. Crónica da Invasão e do Cativoiro., Editorial Intervenção, Braga-Lisboa, 1980.
- 📖 NATO, AJP-1(A) – Allied Joint Operations Doctrine. 3 RD Study Draft., s.l., s.d.



- 📖 NUNES, Luís Filipe Tavares Nunes, NC 73-00-33 – Apontamentos Sobre a Evolução Mundial Após a Segunda Grande Guerra com Incidências no Problema Colonial., Lisboa, IAEM, 1999.
- 📖 OLIVEIRA, Hermes de Araújo, Guerra Revolucionária, Lisboa, Tipografia das Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1961.
- 📖 ROYAL NETHERLANDS ARMY, Military Doctrine, Holanda, LANDMATCH, Abril 1996.
- 📖 SIPFA, Acção Psicológica nas Forças Armadas - Manual, Lisboa, SGDN, 22 Agosto 1963.
- 📖 SIEGEL, Pascale Combelles, Target Bosnia: Integration Information Activities in Peace Operations. NATO-Led Operations in Bosnia-Herzegovina., s.l., Internet, Dezembro 1995-1997.
- 📖 WENTZ, Larry, Lessons Bosnia: The Ifor Experience., Internet, s.l., s.d.

### Artigos

- 📁 AAVV, “Operaciones Psicológicas”, Ejército, n.º 678, Dezembro 1996, pp 46-79.
- 📁 AAVV, “Preparação para as Operações de Manutenção de Paz”, Military Review, 1º Trim., 1995, pp 29-41.
- 📁 AAVV, “Winning the Information War in Haiti.”, Military Review, November-December 1995, pp 3-9.
- 📁 AAVV, Relatório da Missão à Argélia., Lisboa, Ministério Maior do Exército Agosto 20 Maio 1959.
- 📁 ALVES, José Lopes, “Os Fenómenos Subversivo e Contra-Subversivo”, Revista Militar, pp 1073-1121.
- 📁 ARRIAGA, Kaúlza de Arriaga, “A Guerra em Moçambique no Período de 1969/1973.”, Revista Militar, nº 10, Outubro 1997, pp 851-857.
- 📁 BESSA, Carlos Gomes, “Angola. A Luta Contra a Subversão e a Colaboração Civil-Militar.”, Revista Militar, nº 8-9, Agosto-Setembro 1972, pp 407-443.
- 📁 BISPO, António de Jesus Bispo, “Operações de Paz.”, Revista Militar, vol 48, 1996, pp 21-37.
- 📁 BOURQUE, J. D. R., “Information Operations for Canada”, Internet, s.d.



- ✉ BOWDISH, Randall G., “Information-Age. Psychological Operations.”, Internet, s.d.
- ✉ BOYD, Morris J., “Operações de Paz”, Military Review, 3º Trim., 1995, pp 25-34.
- ✉ CANÊLHAS, José Luís Almiro, “Estratégia Psicológica”, Nação e Defesa, nº 27, 1983, pp 59.
- ✉ CARDOSO, Pedro, A Manobra Psicológica no Teatro de Operações da Guiné de 1968 a 1973, Apontamentos, s.d.
- ✉ CARDOSO, Pedro, Atlas da Lusofonia, Apontamentos, s.d.
- ✉ CARVALHO, L. P. Macedo, “Operações de Paz.”, Revista Militar, nº 11-12, Nov-Dez 1995, pp 1045-1062.
- ✉ COELHO, Adelino de Matos Coelho, “Legitimidade e Limites do uso da Força nas Operações de Paz”, Revista Militar, nº 11, Novembro 1997, pp 1001-1042.
- ✉ COMANDO-CHEFE DAS FORÇAS ARMADAS NA GUINÉ, Directiva nº 11/72 – Conduta da Manobra na Época das Chuvas de 1972., Bissau, 1972.
- ✉ COMANDO-CHEFE DAS FORÇAS ARMADAS NA GUINÉ, Directiva nº 12/72 – Conduta da Acção para o Período de Agosto/Setembro., Bissau, 4 Agosto 1972.
- ✉ COMANDO-CHEFE DAS FORÇAS ARMADAS NA GUINÉ, Directiva nº 65/69 – Manobra Sócio-Económica. Esforço no “Chão Manjaco”., Bissau, 13 Agosto 1969.
- ✉ COMANDO-CHEFE DE MOÇAMBIQUE, Directiva Geral de Acção Psicológica n.º 1/71 – 5ª Repartição., Nampula, 29 Maio 71.
- ✉ COMANDO-CHEFE DE MOÇAMBIQUE, Directiva n.º 33/70 de Acção Psicológica para o Mês de Outubro – 5ª Repartição., Nampula, 10 Janeiro 1967.
- ✉ COMANDO-CHEFE DE MOÇAMBIQUE, Directiva n.º 36/70 de Acção Psicológica para o Mês de Novembro – 5ª Repartição., Nampula, 1 Outubro 1970.
- ✉ COMANDO-CHEFE DE MOÇAMBIQUE, Directiva n.º 38/70 de Acção Psicológica para o Mês de Dezembro – 5ª Repartição., Nampula, 1 Novembro 1970.
- ✉ COMANDO-CHEFE DE MOÇAMBIQUE, NEP - Acção Psicológica - 5ª Repartição, Nampula, Abril 1971.



- ☞ COMANDO-CHEFE DE MOÇAMBIQUE, Relatório Especial de Acção Psicológica n.º 1/70 - 5ª Repartição., Nampula, Agosto 1970.
- ☞ COSTA, José Martins Barra da, “População em Guerra Subversiva”, Jornal do Exército, Lisboa, 1962.
- ☞ ESCUELA DE ESTADO MAYOR, “capítulo 6 Operaciones Psicológicas en Misiones de Paz, Monografía PSYOP, Espanha, Escola Superior del Ejercito, 1999.
- ☞ FINABEL, Etude A.15.R, Perouse, 1999.
- ☞ GALRIÇA, Fernando, “Acção Psicológica”, Revista de Artilharia, n.º 579-580, 1993, pp 185-193.
- ☞ GARCIA, Francisco Proença, “Os Doutrinadores da Subversão e a sua Aplicabilidade nas Campanhas de África (1961-1974).”, Revista Militar, n.º 2363, Dezembro 1998, pp 1073-1121.
- ☞ LEMOS, Renato Índio da Costa, “As Operações de Paz da ONU”, A Defesa Nacional, n.º 770, OutNov-Dez 1995, pp 65-79.
- ☞ LORENZ, F. M., “Forging Rules of Engagement: Lessons Learned in Operation United Shield”, Military Review, November-December 1995, pp 17-25.
- ☞ MCCAFFREY, Barry, “As Operações de Manutenção da Paz”, Military Review, 1º Trim., 1995, pp 3-11.
- ☞ MENDEL, Willian W., “As Forças Armadas dos EUA: Diversidade de Missões no Século XXI.”, Military Review, 3º Trim., 1995, pp 62-69.
- ☞ REGIÃO MILITAR DE MOÇAMBIQUE, SUPINTREP n.º 22 – Populações de Moçambique., Nampula, Outubro 1967.
- ☞ REGIÃO MILITAR DE MOÇAMBIQUE, SUPINTREP n.º 23 – Panorama Religioso de Moçambique., Nampula, Outubro 1967.
- ☞ SIEGEL, Pascale Combelles, “Information Activities in the Command and Control of Peace Operations: IFOR, Bosnia-Herzegovina. December 1995 – December 1996.”, Internet, s.d.
- ☞ SIEGEL, Pascale Combelles, “Information Activities Support to the International Organizations, NATO, Bosnia-Herzegovina. December 1995 – July 1997.”, Internet, s.d.



- ☞ SIEGEL, Pascale Combelles, “Target Bosnia: Integration Information Activities in Peace Operations. NATO-Led Operations in Bosnia-Herzegovina”, Internet, Dezembro 1995-1997.
- ☞ SILVA, Lélío Gonçalves R., “Operação de Paz em Moçambique”, Military Review, 1º Trim., 1995, pp 13-27.
- ☞ TAVARES, José Fernandes Marques, “Operações de Apoio à Paz.”, Boletim do IAEM, nº 31, 21 Maio 1994, pp 37-55.
- ☞ TULAK, Arthur N., “Information Operations in support of demonstrations and Shows of Force.”, Internet, s.d.
- ☞ VAZ, Mira, “A ONU e o Futuro das Operações de Paz”, Nação e Defesa, nº 68, Outubro-Dezembro 1993, pp 103-119.
- ☞ WENTZ, Larry, “C4ISR. Experiences.”, Internet, s.d.
- ☞ WENTZ, Larry, “Information Operations: The IFOR Experience.”, Internet, s.d.
- ☞ WENTZ, Larry, “Lessons Bosnia: The Ifor Experience”, Internet, s.d.
- ☞ WHEELER, J. R., “Is the Operational Art Applicable to Operations Other Than War.”, Internet, s.d.

### **Outras Referências**

- ☑ ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, Cadernos Militares, Lisboa, SPEME, s.d.
- ☑ ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, Colecção - Soldado! Coisas Importantes que Deves Saber!, Lisboa, SPEME, s.d.
- ☑ ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, Missão em Angola, Lisboa, SPEME, 1971.
- ☑ ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, Missão em Moçambique, Lisboa, SPEME, 1970.



## Internet

- ☑ <http://call.army.mil/>
- ☑ <http://www.adfwc.org.au/>
- ☑ <http://www.afsc.edu/>
- ☑ <http://www.allc.com/>
- ☑ <http://www.cfsc.dnd.ca/>
- ☑ <http://www.cs.amedd.army.mil/>
- ☑ <http://www.defence.gov.au/>
- ☑ <http://www.influenceatwork.com/>
- ☑ <http://www.mil.se/>
- ☑ <http://www.nato.int/>
- ☑ <http://www-tradoc.monroe.army.mil/>



---

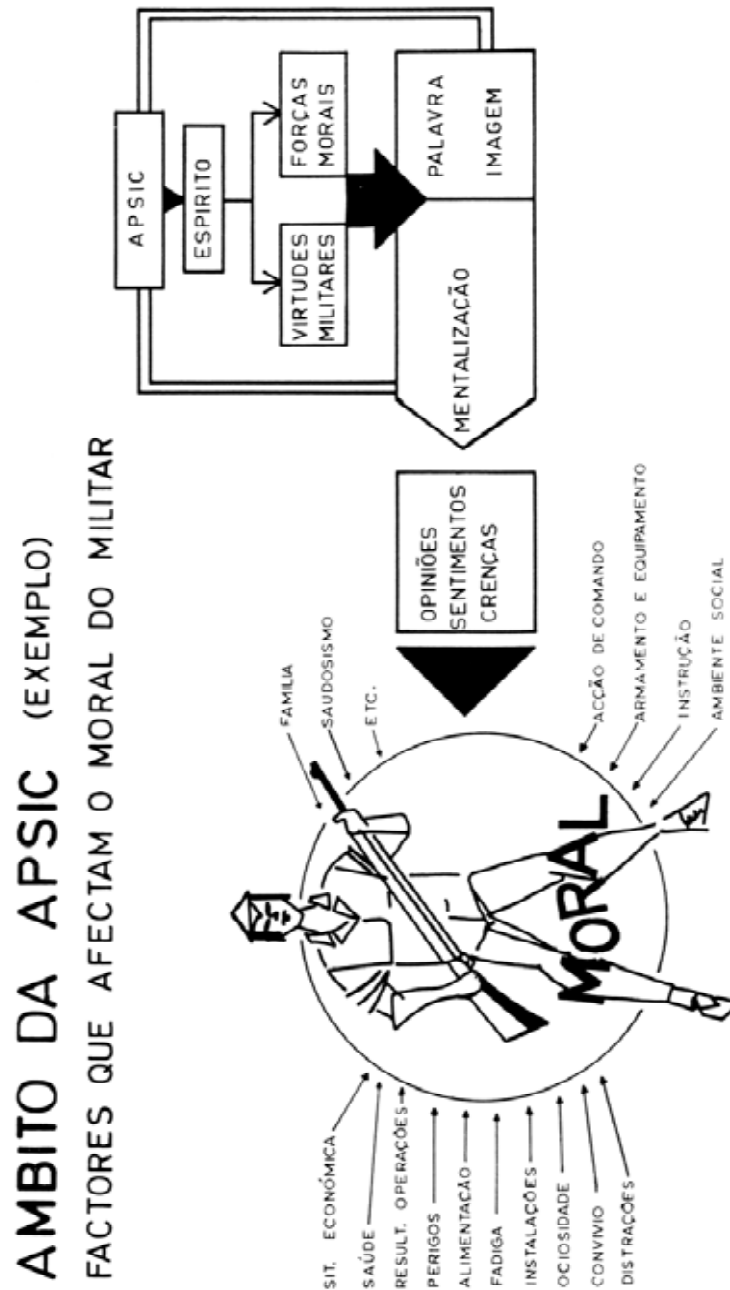
---

**Anexo A – ENTREVISTAS**

<b>Entidade</b>	<b>Data e Local</b>	<b>Assunto</b>
Entrevista cedida pelo Senhor General Pedro Cardoso	Presidência do conselho de Ministros, em 9 de Setembro de 1999	Acção Psicossocial na Guiné.
Entrevista cedida pelo Senhor General Almiro Canelhas.	Residência, em 4 e 26 de Novembro de 1999.	Acção Psicossocial na Metrópole e em Moçambique .
Entrevista cedida pelo Senhor Major General Lemos Pires.	EURODEFENSE/ FIL, em 14 de Outubro de 1999.	Acção Psicossocial na Guiné.
Entrevista cedida pelo Tenente Coronel INF Vitor Ferreira.	IAEM, em 24 de Novembro de 1999.	Operações Psicológicas na NATO.



## Anexo B – FACTORES QUE AFECTAM O MORAL DO MILITAR





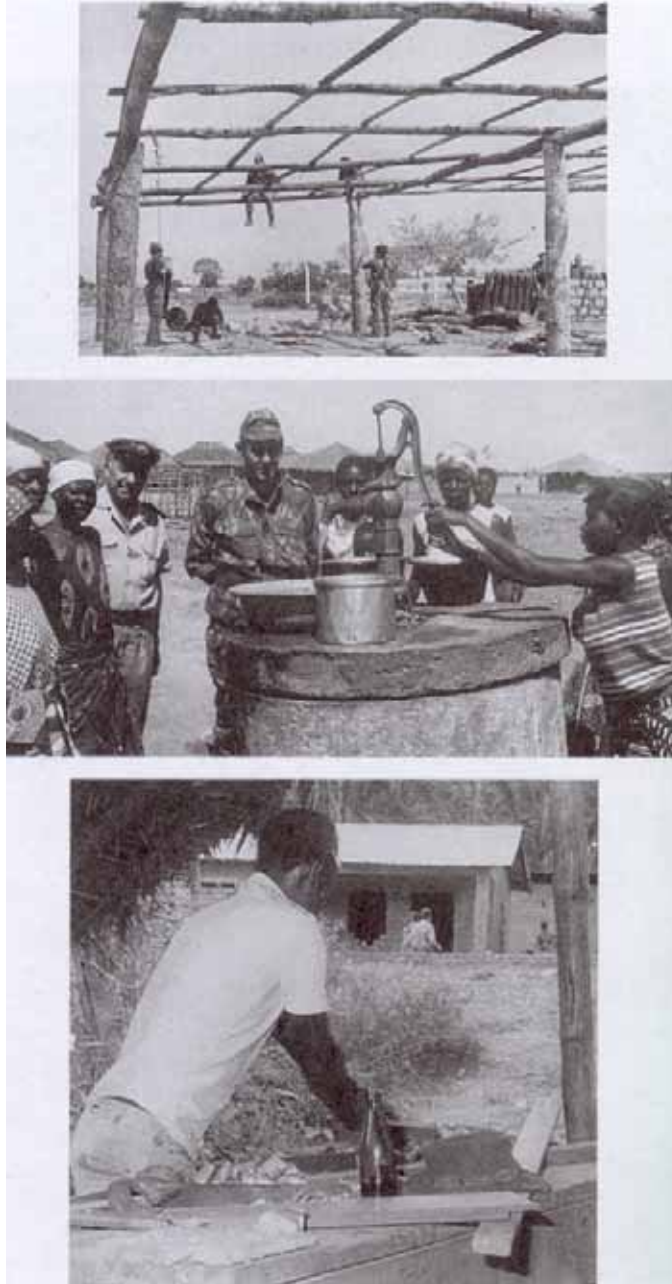
---

---

**Anexo C – ACCÃO PSICOSSOCIAL NO CONFLITO ULTRAMARINO**









Aldeamento na Guiné, com trincheira para autodefesa



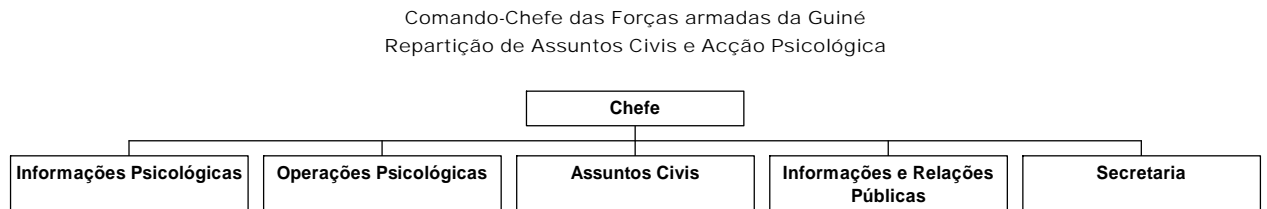
Populações em autodefesa



---

---

## Anexo D – REPARTIÇÃO DE ASSUNTOS CIVIS E ACCÃO PSICOLÓGICA



**Fonte:** Major General Lemos Pires



Anexo E – **PANFLETOS DE ACCÇÃO PSICOLÓGICA**

**OS HOMENS DA FRELIMO  
COMEM DE GRAÇA**

**ENQUANTO O MACHAMBEIRO  
TRABALHA E PASSA FOME**

**MACONDE  
PARA SE LIBERTAR**

**TEM QUE DESTRUIR  
FRELIMO**

**A GUERRA**

**DESTROI  
A FAMILIA MACONDE**

**A FRELIMO É O DEMÓNIO  
ANDA A TENTAR OS MACONDES**

**TERÃO UM GRANDE CASTIGO E SOFRIMENTO  
SE OBEDECEREM AO DEMÓNIO EM VEZ DE  
RESPEITAREM A VONTADE DE **DEUS****

**FRELIMO NÃO TEM  
DEUS!**

**MATARAM  
O PADRE DE NANGOLOLO**

**PAZ**

**APRESENTA-TE  
E TERÁS UMA VI-  
DA FELIZ JUNTA-  
MENTE COM TUA  
FAMILIA.**

**OU  
GUERRA?**

**O GOVERNO JÁ NÃO TEM  
MAIS PACIENCIA  
SE NÃO TE APRESENTARES  
SOFRERÁS MUITO!**

**ESCOLHE**

**3 MACONDES  
NÃO PODEM VIVER  
GUARDADOS  
PELA FRELIMO**

**4 QUANDO ESTAS A AJUDAR  
A FRELIMO...**

**ESTÁS A ABRIR A COVA  
PARA A FRELIMO  
TE ENTERRAR**

**A FRELIMO PROMETEU AO POVO  
GANHAR A GUERRA DEPRESSA  
JÁ PASSARAM 5 ANOS  
E NADA FEZ!**

**AGORA JÁ DIZ QUE A GUERRA  
VAI DURAR 30 ANOS!**

**O POVO  
NÃO PODE AGUENTAR  
UMA COISA ASSIM**

**DIGAMOS BASTA! ESTAMOS FAR-  
TOS DA GUERRA; DEIXEMOS A  
FRELIMO E REGRESSEMOS AS  
NOSSAS TERRAS:**

**QUEREMOS PAZ**



## Miguel Artur Murupa



Mais um importante dirigente da Frelimo apresentou-se às Autoridades Portuguesas

*Declarou o seguinte:*

- Regressei porque a Frelimo obedece aos estrangeiros russos e chineses que só querem roubar a nossa terra;
- Regressei porque os terroristas tratam mal a população que vive com eles;
- Regressei porque acredito que Portugal está no caminho certo e quer a felicidade das populações;
- Regressei porque sou católico e a Frelimo é contra Deus e não se interessa pelas direitos do Homem;
- Regressei porque a guerra vai acabar e depois disso o povo vai precisar de viver bem. Por isso vim ajudar o Governo Português no trabalho de melhorar as condições de vida das populações; de se arranjar melhores machambas, de se construírem mais Escolas e melhores casas e de serem tratadas as doenças, assim acabando os sofrimentos de quem vive no mato.

Miguel Artur Murupa

A TROPA TINHA AVISADO QUE VOLTAVA COM FORÇA E QUE O VOSSO SOFRIMENTO IA AUMENTAR



MUITAS MACHAMBAS FORAM DESTRUIDAS, A FOME VAI AUMENTAR.



SE CONTINHAS A VIVER JUNTO DA FRELIMO, O TUO SOFRIMENTO VAI CONTINUAR. APRESENTA-TE NOS QUARTIS E AGORA TUO SOFRIMENTO.

6 APRESENTA-IE



A TROPA

2 OS CHEFES DA FRELIMO VIVEM BEM



O GUERRILHEIRO NÃO TEM NADA

3 OS COMBATENTES DA FRELIMO SÃO INIMIGOS DO POVO



QUANDO O POVO TRABALHA NA MACHAMBA FRELIMO ATACA, MATA E LEVA GENTE À FORÇA



## Aos Cristãos que estão na UPA

A UPA MENTIU ao prometer a felicidade na terra e a independência no NATAL  
Que conseguiram vocês depois de tantos sacrifícios e tantas mortes ?

**NADA**

Continuam fugidos nas matas, sofrendo fome e frio

**A UPA MENTIU**

A UPA quis o vosso dinheiro para o HOLDEN ROBERT passear e gozar

**O que vos deu a UPA ?**

**NADA** : contínuos FUGIDOS e ESCORRAÇADOS

Tu és CRISTÃO e não podes continuar nessa vida

Lembra-te de que estamos no NATAL

**NATAL CRISTÃO ! ..... FESTA DE ALEGRIA E DE PAZ !**

**Conheces o EVANGELHO ?**

É o EVANGELHO que te ordena que festejes o NATAL

**NASCEU-NOS HOJE UM SALVADOR** (S. Lucas, II, 11)

Assim se anuncia a vinda do PRINCIPE DA PAZ (Isaías, IX, 6)

Veio ELE ao Mundo para nos dar a PAZ :

**DEIXO-VOS A PAZ, DOU-VOS A MINHA PAZ !** (S. João, XIV, 27)

Cantaram os anjos no Natal :

**GLÓRIA A DEUS NAS ALTURAS E PAZ NA TERRA AOS HOMENS DE BOA VONTADE**

(S. Lucas, II, 14)

Tens tu BOA VONTADE ?

É pelas obras que se mostra a BOA VONTADE

Só será feliz, só terá PAZ quem pratique boas obras

Pelas obras se conhecem os HOMENS

**BEM-AVENTURADOS OS PACÍFICOS, PORQUE ELES SERÃO CHAMADOS FILHOS DO BEM**

(S. Mateus, V, 9)

Como terás tu a PAZ dos filhos de DEUS, se não fores justo nas tuas obras e

continuares a acreditar nos falsos profetas da UPA

**ATENÇÃO !** Escuta o que te diz S. PAULO (coríntios, VI, 9)

**NÃO SABEIS QUE OS INJUSTOS NÃO POSSUÍRÃO O REINO DE DEUS ?**

**NÃO VOS ENGANEIS...**

Somos cristãos

Pretos e brancos todos somos IRMÃOS porque somos filhos do mesmo DEUS

**O DEUS DA PAZ !**

**QUE MANDOU PERDOAR E NÃO ODIAR**

Que todo o nosso cuidado seja

**UNIRMO-NOS COMO IRMÃOS**

**CONSERVANDO A UNIDADE DO ESPÍRITO POR MEIO DOS LAÇOS DE PAZ**

(S. Paulo, Ef, IV, 3)

Não acredites em más mentiras !

**HOLDEN ROBERT é FALSO CRISTÃO... Quer a luta para o NATAL !**

**HOLDEN ROBERT RENEGA ASSIM O FILHO DE DEUS ?**

Abandona os falsos catequistas da UPA

**APROVEITA O NATAL**

Regressa à tua sanzala e às tuas terras com a tua mulher e os filhos. Regressa como regres-

saram já os povos de BANZA SOBSO, SACAMO, BRU, NOVA ESPERANÇA, QUIBAXE,

QUITIEXE, CARMONA, NEGAGE, CAMABATELA, CAIONGO, CUANGO, SANTA CRUZ,

MACOCOLA, BUENGA SUL, 31 DE JANEIRO e tantos outros



Acção psicossocial no conflito ultramarino 1961/74. Lições e ensinamentos retirados, passíveis de utilização em operações de paz.

---





## SOLDADO!

Tens cumprido dignamente o teu DEVER ao serviço do País. A TUA MISSÃO CONTINUA DEPOIS DE DESMOBILIZADO. Quando chegares à tua terra, os teus parentes, os teus amigos, os teus conhecidos, gostam que lhes contes o que passaste em África.

### É TEU DEVER ESCLARECÊ-LOS.

Conta-lhes tudo o que viste no ULTRAMAR e faz que compreendam a IMPORTÂNCIA DA MISSÃO em que participaste.

Mas...

- NÃO EXAGERES!
- NÃO SEJAS MA-LINGUA!
- NÃO ARMES EM FANFARRÃO!
- NÃO INVENTES!

### SE NÃO FORES VERDADEIRO...

- Semearás o BOATO!
- Espalharás o PÂNICO!
- Colaborarás com o inimigo!
- Serás mal visto e criticado!

### SE FORES VERDADEIRO E SENSATO...

- Tornarás compreendida a grandeza da tua missão!
- Prestarás um BOM SERVIÇO ao TEU PAÍS, ao TEU EXÉRCITO, aos TEUS AMIGOS e a ti PRÓPRIO!
- Serás RESPEITADO E ADMIRADO!

TENS A TUA FRENTE DOIS CAMINHOS. SEGUIRÁS AQUELE QUE A TUA INTELIGÊNCIA HONESTAMENTE TE INDICAR.



1  
MAL CHEGADO DO ULTRAMAR, SO DE GARGANTA UM VALENTE, LOGO CORREU A CONSTAR QUE MATARA MUITA GENTE!



1  
TRAZ NO PEITO ESPERANÇA A BOCOS COMO BRAVO HERÓI DE RAÇA. LÁ NA TERRA DIZ A TODOS O QUE EM VERDADE SE PASSA.



2  
AS PAREDES TEM OUVIDOS. E HÁ SEMPRE QUEM VÁ ESPALHAR. QUE OS QUE LUTAM ESTÃO PERDIDOS, NUNCA MAIS HÃO DE VOLTAR!



2  
CORRE MUNDO A SUA VOZ NA TV, RADIO E JORNAL. CORRE A VERDADE VELOZ. PORTUGAL CRESCE AINDA MAIS.





*Panfleto divulgado pela FRELIMO com o qual se pretende evitar que a população seja reagrupada pelas nossas autoridades.*



---

---

## **Anexo F - GLOSSÁRIO DE TERMINOLOGIA**

**Nota:** As iniciais de cada item identificam a fonte da definição. DOD é o Departamento de Defesa dos Estados Unidos (Department of Defense), IADB é o Conselho de Defesa Inter-Americano (Inter-American Defense Board), I é da Interpol e NATO é a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO).

- **Operações Cobertas<sup>1</sup>** (DOD, I, IADB)

Operações planeadas e executadas para esconder a identidade ou permitir a negação da entidade ou força.

Diferem das operações clandestinas já que o ênfase é colocado na negação da entidade ou força, em vez de na negação da operação.

- **Actividades de Consolidação Psicológica** (DOD, NATO)

Actividades psicológicas planeadas, em tempo de paz ou guerra, dirigidas à população civil localizada em áreas sob controlo de forças amigas, com o fim de se obterem os comportamentos desejados, que apoiem os objectivos militares e a liberdade de acção operacional dos comandantes apoiados.

- **Média Psicológica** (Meios de Comunicação Social Psicológica) (NATO)

Meios de Comunicação social, técnicas ou não, que estabelecem qualquer tipo de comunicação com as audiências alvo.

- **Operações Psicológicas** (DOD)

Operações planeadas para dirigir informações e indícios seleccionados, para audiências estrangeiras, com o fim de influenciar as suas emoções, motivos, objectivos e comportamentos dos seus governos, organizações, grupos e indivíduos. A finalidade das operações psicológicas é a de

---

<sup>1</sup> Covert Operations.



induzir ou reforçar atitudes ou comportamentos de populações e forças estrangeiras, que seja favoráveis aos nossos objectivos. São também dominadas PSYOP. Ver também **gestão de percepções**.

- **Operações Psicológicas (NATO)**

Actividades psicológicas planeadas em tempo de paz ou guerra, dirigidas para audiências inimigas, amigas ou neutras para influenciar as suas atitudes e comportamentos, por forma a serem atingidas os objectivos políticos e militares. Incluem actividades psicológicas estratégicas, operações de consolidação psicológica, e actividades psicológicas no campo de batalha.

- **Operações Psicológicas (IADB)**

Estas operações incluem a guerra psicológica, levada a cabo paralelamente com acções políticas, militares, económicas e ideológicas e conduzidas para criar em forças ou grupos neutros ou amigos, emoções, atitudes e comportamentos, com a finalidade de apoiar o alcançar dos objectivos nacionais.

- **Conceito de Operações Psicológicas (NATO)**

Técnica adoptada para induzir uma reacção desejada na audiência alvo.

- **Situação Psicológica (NATO)**

Estado emocional actual, disposição mental, ou outro tipo de motivação comportamental da audiência alvo, basicamente fundamentada nas particularidades da política nacional, social, económica e peculiaridades psicológicas, mas também que sejam sujeitas à influência das circunstâncias e acontecimentos.

- **Tema Psicológico (NATO)**

Ideia ou tópico na qual é baseada uma operação psicológica.

- **Guerra Psicológica (DOD, IADB)**

Uso de propaganda ou acções de lógica psíquica, planeadas para influenciar a opinião, emoções atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros hostis de maneira a serem alcançados os objectivos nacionais. Ver também **Consolidação de Guerra Psicológica**.



- **PSYOP**

Ver **Operações Psicológicas**.

- **Gestão de Percepções (DOD)**

Acções para facilitar ou negar o acesso a informação e indícios seleccionados a uma audiência estrangeira, afim de influenciar as suas emoções, motivos e objectivos, e a sistema de informação e líderes a todos os níveis, com vista a influenciar estimativas oficiais, resultando em comportamentos e acções oficiais por parte das forças e população estrangeira, favoráveis aos nossos objectivos (objectivos das forças que as levam a cabo).

Em vários aspectos, a gestão das percepções combina a difusão de matérias verdadeiras, operações de segurança, cobertura e decepção e operações psicológicas. Ver também **Operações Psicológicas**.



---

---

## **Anexo G – OTAN/NATO ACTIVIDADES PSICOLÓGICAS DE APOIO À PAZ (PSPA)**

Na **OTAN (NATO)**<sup>1</sup>, existe uma categoria de Operações Psicológicas (PSYOPS) para operações de paz<sup>2</sup>, designada por Actividades Psicológicas de Apoio à Paz (PSPA). As autoridades militares da OTAN são primariamente responsáveis apenas pela condução das Actividades Psicológicas de Apoio à Paz<sup>3</sup>. Estas actividades têm também aplicação ao nível operacional e tático, no apoio e acompanhamento da missão de apoio à paz duma força conjunta aliada e são:

- a. Da responsabilidade do Comandante da Força Conjunta Aliada (COMAJF), planeadas e conduzidas como parte integral das operações de apoio à paz;
- b. Dirigidas aos adversários e população civil na área de operações;
- c. Concebidas para criar uma "atmosfera" de apoio e uma vontade para cooperar entre os adversários e a população civil, com a finalidade de proteger a força e auxiliar na prossecução dos objectivos da missão;
- d. Conduzidas seguindo os princípios da Verdade, Credibilidade e Unidade de esforço;
- e. Planeadas no contexto e âmbito da directiva de operação/missão do COMAJF e em consonância com os objectivos psicológicos estratégicos da Aliança.

Os factores que podem afectar a campanha de PSYOPS do COMAJF, são:

- a. **A Selecção de audiências alvo adequadas.** Os alvos potenciais das PSYOPS são, por exemplo, grupos políticos, sociais, culturais, étnicos, religiosos ou militares. A escassez dos recursos das PSYOPS leva a que, normalmente, se necessite duma cuidada selecção das audiências alvos a que se deverão dirigir. Deve ter-se em conta o seguinte:

- (1) vulnerabilidade duma audiência a determinada aproximação psicológica, isto é, poderá a audiência ser persuadida ou influenciada?

---

<sup>1</sup> NATO, AJP-1(A) – Allied Joint Operations Doctrine, 3 RD Study Draft.

<sup>2</sup> Encontra-se proposta.



(2) a aptidão dessa audiência para reagir de acordo com o efeito desejado, nela directamente manifestado ou, indirectamente, em outros grupos;

(3) a acessibilidade dessa audiência aos vários tipos de média disponíveis.

**b. Selecção e desenvolvimento de temas credíveis.** Quando tiverem sido seleccionadas audiências alvo vulneráveis, efectivas e acessíveis, deverão ser tidos cuidados semelhantes na selecção de temas. Existem três aspectos fundamentais:

(1) Os temas têm de ser fiáveis. Para alcançar a credibilidade, devem basear-se em informação detalhada sobre os antecedentes e num apurado conhecimento da situação actual. No longo prazo, a melhor garantia para a credibilidade é o respeito pela verdade. A verdade é um requisito essencial em Actividades Psicológicas de Apoio à Paz.

(2) Os temas escolhidos devem apoiar a missão do COMAJF, os objectivos das PSYOPS e a causa das forças conjuntas aliadas.

(3) Os temas deverão fazer sentir à audiência alvo a premência em adoptar uma determinada atitude, passível de aceitação por parte dessa audiência e em conformidade com a acção previsível. Por outras palavras, os temas deverão levar a uma modalidade de acção que pareça razoável e realista à audiência alvo.

**c. Coordenação de operações.** Os temas das PSYOPS deverão ser entendidos pelas audiências alvo como expressões da política nacional e da Aliança. Qualquer inconsistência entre temas usados por diferentes agências ou a diferentes níveis, pode desacreditar a operação e prejudicar irremediavelmente a causa da força conjunta aliada. Para evitar isto, a chave é uma cuidada coordenação das PSYOPS.

**d. Oportunidade.** As actividades psicológicas levadas a cabo no momento oportuno, contribuirão de modo significativo ou, se necessário, minimizarão o impacto das operações. Contrariamente, se inoportunas, podem revelar-se ineficazes ou até reforçar a causa do adversário. O Estado-Maior das PSYOPS deverá ser capaz de analisar a situação psicológica do adversário, identificar audiências alvo adequadas, seleccionar temas e então, preparar,



coordenar e executar operações à medida que a situação se desenrola. Deverá fazê-lo com a necessária rapidez por forma a tirar partido das vantagens que se vão apresentando. As PSYOPS, ao contrário de outros tipos de operação, raramente produzem resultados imediatos. É necessário tempo para as ideias amadurecerem, para provocar erosão no moral do adversário ou para promover a cooperação entre partes anteriormente em conflito, aumentando assim a eficácia de combate das forças conjuntas aliadas. As PSYOPS deverão pois ser desencadeadas o mais cedo possível, desde que praticável. Na medida em que os MNCs (*Major NATO Command*) têm limitações na condução de Actividades Psicológicas do Campo de Batalha e de Actividades Psicológicas de Apoio à Paz, poderá não ser passível desencadear PSYOPS antes do início das operações. Contudo, na medida em que as PSYOPS se podem constituir numa prevenção de combate salvando vidas humanas, é sempre vantajoso desencadear-las tão cedo quanto possível. Preferencialmente as actividades de PSYOPS devem ser iniciadas antes da inserção de forças na área de responsabilidade/operações.

A atitude e comportamento dos membros da Força Conjunta Aliada têm um impacto psicológico na população local da Área de Responsabilidade, factor crítico para que se possa ganhar qualquer campanha. É função do Comando elucidar os membros da Força Conjunta Aliada acerca da perspectiva cultural da área de responsabilidade, por forma a evitar qualquer mal entendido ou antagonismo que possa afectar a população local. As equipas de PSYOPS têm capacidade para efectuar “briefings” de campanha baseados na sua pesquisa a nível regional.

Para a condução de Actividades Psicológicas de Apoio à Paz, o relacionamento entre PSYOPS e a Informação Pública revela-se crucial face ao elevado grau de sobreposição de audiências e informação. Poder-se-á estabelecer uma Comissão de Coordenação da Informação, liderada por um Oficial de Informação Pública, de modo a coordenar todos os aspectos da política e actividades de informação. As Informações mantêm o seu papel chave na reunião de notícias e informação e na eficácia da sua avaliação. As PSYOPS e a Informação Pública destinam-se a diferentes audiências ou à mesma audiência através de diferentes procedimentos mas as



respectivas mensagens deverão ser compatíveis entre si, na medida em que as audiências não se podem isolar e as comunicações não se podem compartimentar. Contudo, apesar da necessidade duma comissão de coordenação, os respectivos estados-maiores deverão ser mantidos em separado para salvaguardar o relacionamento da Informação Pública com os média. As suas áreas de responsabilidade são:

- a. Informação Pública.** Informa o público da audiência OTAN, através dos média, acerca das actividades das Forças Conjuntas Aliadas, quer no país, quer fora dele. Fá-lo, através do fornecimento aos média de informação precisa, objectiva e oportuna. Relaciona-se também com os média locais na área de responsabilidade.
- b. PSYOPS.** Destinam-se a audiências militares/armadas e civis, lidando directamente com a audiência. Utilizam informação variada para influenciar as atitudes e comportamentos em apoio da missão do COMAJF. As PSYOPS têm capacidades e meios média próprios, no que diz respeito a impressão e difusão áudio/vídeo por forma a alcançar a sua audiência; os média públicos são usados apenas como veículo de comunicação e difusão daquela informação estritamente factual e que se possa considerar como fazendo parte da campanha de PSYOPS.

Muita da Informação necessária às PSYOPS estará disponível a partir de Informações de Origem Aberta ou Conhecida (OSINT) e pode ser processada em tempo de paz através de “trabalhos de campo”. Contudo, as avaliações psicológicas são diferentes das avaliações de Informações, na medida em que usam notícias/informações para explorar o contexto e o ambiente duma situação de previsão de reacções humanas a determinadas influências.

Informações Humanas (HUMINT) são uma origem vital para a informação-chave e requisitos de Informações para as PSYOPS, incluindo:

- a.** informação detalhada sobre peculiaridades relativas a aspectos culturais, religiosos, sociais, económicos e políticos do país e região;
- b.** informações relativas às clivagens internas no seio do adversário, nomeadamente as relativas a minorias étnicas e religiosas;



- c. detalhes relativos ao governo do adversário e à arquitectura militar do seu sistema C2;
- d. informação relativa a antecedentes em termos de programas e personalidades, de programas populares de rádio e TV, periódicas e cartoons, bem como feriados e eventos históricos principais;
- e. que audiência alvo pode manifestar o comportamento exigido para que se atinjam os objectivos das PSYOPS;
- f. a estrutura de liderança no seio do grupo alvo e quais os indivíduos que detêm posições chave;
- g. perfis psicológicos ou estudos para identificar o que influencia o grupo alvo, em particular os seus líderes, e os melhores meios para manipular perspectivas por forma a alcançar os objectivos das PSYOPS. Muita desta informação pode ser obtida em tempo de paz através dos representantes nacionais no teatro;
- h. agências adequadas para a transmissão de mensagens destinadas a seleccionar audiências e a trazer o máximo de pressão psicológica que possam suportar. O impacto das PSYOPS planeadas em indivíduos não pertencentes ao grupo alvo, tais como populações em países vizinhos.

Avaliação da doutrina de PSYOPS do próprio adversário e da sua capacidade em propaganda e actividades de Informação Pública.

Os Estados-Maiores das PSYOPS e de Cooperação Civil-Militar (CIMIC) apoiam-se mutuamente. As PSYOPS podem ser utilizadas para influenciar atitudes e comportamentos na Área de Responsabilidade; os Estados-Maiores da Cooperação Civil-Militar trabalham com vista a melhorar as condições que, por sua vez, podem afectar as atitudes. As tarefas da Cooperação Civil-Militar incluem a ligação, na Área de Responsabilidade, com o governo local/estrangeiro, Nações Unidas e Organizações Não Governamentais, por forma a:

- a. coordenar a utilização de mão-de-obra e recursos locais;
- b. criar uma infra-estrutura de apoio;



- c. conduzir projectos cívicos (visando a conquista de “corações/mentalidades”) envolvendo equipas logísticas, de construção e médicas.

As PSYOPS, ou os seus instrumentos podem ser utilizadas directamente para obter o apoio de civis a missões do foro da Cooperação Civil-Militar. Adicionalmente ou em alternativa, as PSYOPS perspectivadas no apoio às operações podem aumentar a confiança da população local e assim facilitar as operações de Coordenação Civil-Militar. Muitas destas operações são elas próprias verdadeiras PSYOPS, sendo pois essencial que a Cooperação Civil-Militar e as PSYOPS estejam interligadas.



---

---

**Anexo H – EXTRACTOS DO LIVRO “TARGET BOSNIA: INTEGRATION INFORMATION ACTIVITIES IN PEACE OPERATIONS. NATO-LED OPERATIONS IN BOSNIA-HERZEGOVINA.” E DO ARTIGO “INFORMATION OPERATIONS: THE IFOR EXPERIENCE.”**

---

**About the Author**

Pascale Combelles Siegel is an independent researcher based in Arlington, Virginia, where she works on media and defense issues. She has worked with Evidence Based Research, Inc. since fall 1996, focusing on the subject matter of this monograph. In support of NDU, Mrs. Siegel directed the NATO Joint Analysis Team's lessons learned analysis of public information and information campaign during IFOR operations and participated in analysis of Civil-Military Cooperation during the first four months of SFOR operations. Mrs. Siegel's work on military-media issues has appeared in books and journals on both sides of the Atlantic. She is currently completing her dissertation, which is entitled "Ideological Conflict and Practical Reliance: The U.S. military-media relationship in times of conflict since Grenada."

---

**Chapter 3:  
Psychological Operations**

NATO planners established the need for a campaign targeted at the local population of B-H and designed to shape attitudes and behavior in favor of IFOR (later SFOR) troops and operations. To carry out this task, IFOR's primary tool was its psychological operations campaign, called the IFOR Information Campaign (IIC).<sup>64</sup> Although an official NATO term, the term "psychological operations" was not used. Some NAC members did not want to be associated with a "psychological operations campaign." "IFOR Information Campaign" seemed to ease these fears.<sup>65</sup> However, there is little doubt that the "information campaign" was a psychological operations campaign. It was conducted by PSYOP forces and according to NATO's draft peace support psychological activities doctrine.<sup>66</sup>

**Organization**

A Combined Joint Task Force under CJ3 supervision was responsible for implementing the NATO psychological operations campaign. Under IFOR, the task force was called the Combined Joint IFOR

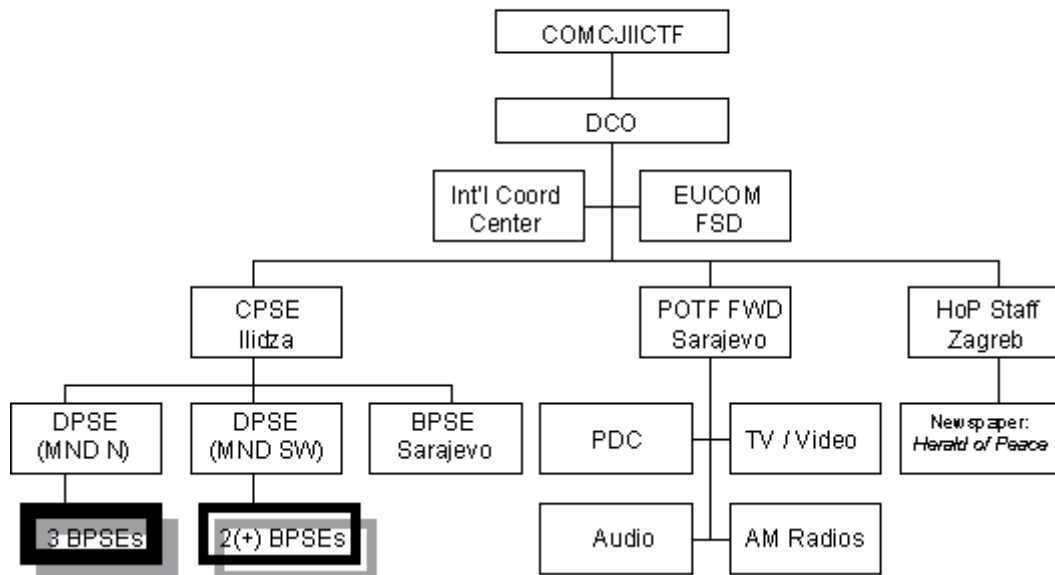


Information Campaign Task Force (CJIICTF). With SFOR operations (20 December 1996), the name changed to Combined Joint Information Campaign Task Force (CJICTF).<sup>67</sup> Both task forces were directed by a U.S. Army Reserve Colonel, and were mainly composed of U.S. personnel and assets with supporting elements from France, Germany, and the United Kingdom.<sup>68</sup>

### The IFOR Structure

The Task Force featured centralized planning and management at headquarters level, and decentralized execution by subordinate elements from divisions down to battalions. Figure 6 provides an organizational chart of the IFOR PSYOP campaign.

**Figure 6: IFOR Information Campaign Organization**



At the operational level, the CJIICTF had three elements:

- The headquarters was in charge of planning and managing the campaign.
- A PSYOP Task Force (POTF FWD) located in Sarajevo conceived and developed the products to be disseminated throughout theater and operated five IFOR radio stations.
- The HOP staff located in Zagreb produced the weekly newspaper called The Herald of Peace. After a few months of operations, the HOP staff joined the rest of the Headquarters in Sarajevo.

At the tactical level, support elements in charge of product dissemination were attached at corps, division, brigade, and battalion levels. PSYOP Support Elements (PSE) at division and brigade levels

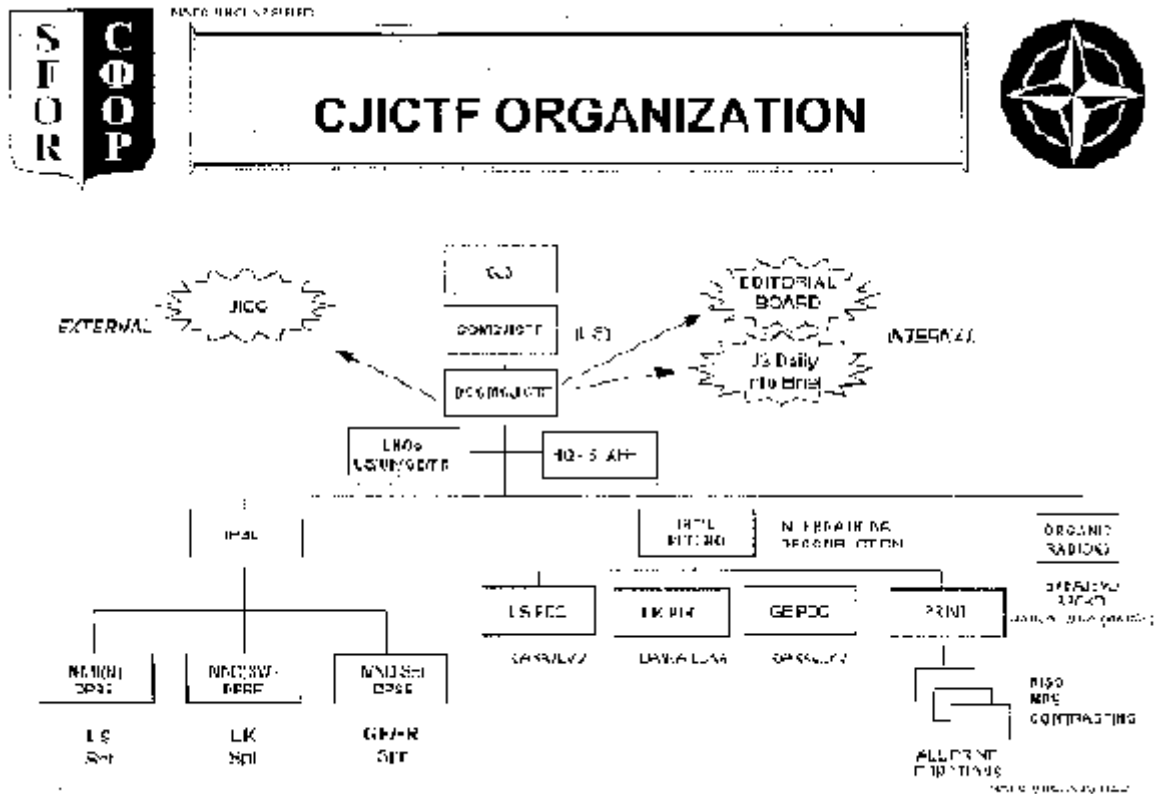


provided planning and execution expertise, while Tactical PSYOP Teams (TPTs) disseminated products and gathered feedback on the IIC effort.

### **The SFOR Structure**

With the transition from IFOR to SFOR in December 1996, the PSYOP task force organization somewhat changed. Although the new CJICTF was still structured around a core U.S. element, the presence of foreign supporting elements increased notably. The significant changes to the IFOR organization included the following: (see figure 7 for an organizational chart):

- The headquarters and Product Development Cell (PDC) became multinational instead of all-U.S. France and the United Kingdom assigned liaison officers (LNOs) to the CJICTF headquarters. Both LNOs fully participated in the headquarters activities and provided liaison with the UK-led MND (SW) and French-led MND (SE). Finally, the CJICTF J3 supervised a Brigade PSYOP Support Element (BPSE) with three TPTs. The BPSE transported material to be disseminated to the divisions, carried out dissemination missions, and gathered feedback on the campaign's impact.
- U.S. PSYOP Support Elements (PSE) from division down to battalion levels only remained in MND (N). In the two other multinational divisions, U.S. PSE were replaced with troops from the contributing nations. In MND (SW), UK troops ran a tactical level campaign, creating and producing material relevant to the AOR. UK troops also disseminated the CJICTF products. In MND (SE), German and French troops operated in the GE and FR sectors (sometimes with the support of the BPSE based in Sarajevo).



### Concept of Operations

The PSYOP campaign was designed to influence the local populations and FWF to cooperate with NATO activities. To achieve these goals, the task force ran a multimedia campaign, albeit a limited one, and sought to use step-by-step psychological processes to entice attitudinal changes.

### A Multimedia Campaign

The PSYOP campaign sought to reach the local population through a multimedia campaign relying mostly on NATO-owned assets. In the Bosnia context, where the factions tightly controlled the local media and used them to propagate their self-serving propaganda, IFOR/SFOR needed to circumvent the local media to effectively reach the local audiences. Also, in a country where people are accustomed to modern media and have relatively sophisticated expectations, the PSYOP campaign sought to take advantage of several venues to disseminate its message. To achieve these goals, NATO resorted to a variety of self-owned media:

- A newspaper. IFOR printed a weekly newspaper, The Herald Of Peace. This publication became a monthly paper, The Herald Of Progress, with SFOR. In fall 1997, the CJICTF decided to only print special editions of The Herald Of Progress. The CJICTF/CJICTF printed 100,000 copies of most of the first 65 issues published by fall 1997.



- A monthly youth magazine. The German OPINFO battalion developed Mircko, a monthly magazine designed to appeal to the teenage audience. Publication began in June 1996 and production has increased to reach 100,000 copies per edition in fall 1997.
- Radio stations. The number and location of the IFOR/SFOR radio stations varied throughout the operations. Originally, IFOR set up five radio stations located in the five most populated cities across the country: Sarajevo, Tuzla, Banja-Luka, Mrkonjic Grad, and Mostar (struck down by a lightning on 14 September 1996). During the first six months of SFOR operations, the CJICTF operated three radio stations in Sarajevo (Radio Mir), Brcko, and Coralici. In the fall of 1997, the French-led MND (SE) agreed to man and operate a new station in Mostar. These radio operated at least 18 hours a day with music, news bulletins, and messages.
- Television spots. As of March 1997, IFOR/SFOR had produced 51 television spots to be given to local stations throughout theater.
- Posters and handbills. More than 3 million posters and handbills were disseminated throughout theater between December 1995 and November 1997.

#### A Limited Campaign

The PSYOP task force was to abide by a number of limitations. First, the PSYOP task force was only allowed to run a limited campaign that relied on true and factual information. Second, the task force was under an obligation to always identify itself as the source of the information. It was forbidden to use disinformation or deception. Disinformation (also called grey propaganda) consists of disseminating information without specifically identifying any source, thus letting the target audience draw his or her own conclusions as to who put out the information. Deception (also called black propaganda) consists of disseminating information while letting the target audience believe it emanates from a source other than the true one.<sup>69</sup>

Third, the nature of this peace support operation also limited the nature of the message. Unlike in wartime, there were no declared enemies in B-H. Therefore, messages undermining the factions (legitimately elected in September 1996) were deemed inappropriate, even though the factions regularly stalled or prevented full implementation of the agreement they had signed. For example, the CJICTF could remind people that all parties supported the right of refugees to return. It could also praise multi-ethnicity or give examples of reconciliation processes. However, it could not tell the people of Bosnia that their leaders did not live up to their promises.



### **A Step-by-Step Psychological Process**

Within these constraints, the PSYOP task force sought to use psychological processes to achieve attitudinal changes. According to Colonel Schoenhaus, commander of the (SFOR) CJICTF, the campaign "chose to expose the local populations to deliberate sequences of ideas selected for their potential psychological impact in a step-by-step process to create in the mind of the target audience an acceptable alternative course of action."<sup>70</sup>

This process involved carefully selecting the messages. The CJICTF had the latitude to select the facts it chose to release as it was not compelled to "tell the truth, the whole truth, and nothing but the truth." It therefore chose which and how much information to put forward, and how to argue its case. For example, an explanatory pamphlet on the Brcko arbitration decision released in March 1997 throughout Republika Srpska did not mention that the RS leadership had rejected the decision. In another example, the SFOR chief information officer insisted that a Herald Of Peace article on education should not quote a Bosnian Croat Minister explaining that children in territory under Croatian military control would be taught the Croatian version of Bosnia's history. The Chief Information Officer later explained that the PSYOP campaign was not in the business of informing, but in the business of convincing. Thus, because the Bosnian Croat Minister's declaration contradicted the DPA objectives of rebuilding a democratic and multi-ethnic Bosnia, it should not be reported in The Herald Of Peace.

In addition, the PSYOP task force presented messages in a specific sequence to obtain a cumulative effect leading to a change in attitude. For example, in support of voter registration for the national elections, the PSYOP task force first released products showing the benefits of democracy and voting. After the awareness phase, the task force moved to encouraging the voters to register for the particular election.

### **Alteration to the Original Concept**

The original concept of operation, described above, did not change much over the course of both IFOR and SFOR operations. Throughout, the campaign remained under the same limitations and sought to use step-by-step psychological processes to entice attitudinal change. The only major change resulted from the perceived lack of readership.<sup>71</sup> Although IFOR products were widely available throughout Bosnia-Herzegovina, the CJICTF felt it did not reach the desired level of readership. Early in the IFOR operation, the CJICTF only resorted to IFOR-owned media to disseminate its products. Tactical teams roamed Bosnia-Herzegovina to distribute The Herald Of Peace and Mircko, and to disseminate



posters, handbills, and pamphlets. Meanwhile, the headquarters set up five radio stations in the most populated cities of the country and progressively increased the programming to 18 hours a day.

Throughout the operations, IFOR and SFOR PSYOP campaigns were not adapted to the local populations' media consumption habits.<sup>72</sup> The PSYOP campaigns relied primarily on printed material (newspaper, news magazines, and posters), while the Bosnians' preferred medium was television. In addition, few Bosnians read papers regularly because they are expensive, and tactical teams found that posters did not appeal much to this audience. Meanwhile, newspapers, posters and leaflets constituted the core of the PSYOP effort. Likewise, in the radio field, IFOR/SFOR radios transmitted on AM while most Bosnians listened to FM radios. These difficulties were compounded by the competition from local news outlets. Indeed, from the start of the operation, the CJIICTF found itself competing with the local media for visibility. According to a USIA survey released in April 1996, most Bosnians got their news from their local/ethnic media. In addition, they trusted these outlets most to get accurate news.<sup>73</sup> The competition only increased as normalcy returned to Bosnia-Herzegovina and local news outlets flourished. According to Media Plan, a non-profit media watchdog based in Sarajevo, more than 300 media organizations existed in Bosnia by fall 1996. Increased competition made it more difficult for the PSYOP campaign to reach its target audiences.

In response to that challenge, the CJIICTF altered its original concept. In fall 1996, the CJIICTF began to rely on the domestic media to carry IFOR's messages to the public. To avoid tampering with products by local journalists/editors, the CJIICTF provided the local media with finished products. The CJIICTF developed TV programs for local television stations to broadcast and provided local radio stations with music tapes accompanied by short messages. By the end of the IFOR mission, the CJIICTF also printed posters (ads) to be inserted in local newspapers. Resorting to local media allowed the CJIICTF to expand its coverage, and to insert its message into media which had a high level of credibility within the local populations. The SFOR CJIICTF retained and expanded all these new means of disseminating the PSYOP message.<sup>74</sup>

### **Psychological Operations Activities**

The primary mission of IFOR and SFOR Psychological Operations was to deter armed resistance and hostile behavior against IFOR/SFOR troops and operations. The PSYOP campaign was primarily conceived as a force protection tool. First, by making NATO's mandate and intentions clear to the local population and FWF, the IIC sought to prevent misunderstanding leading to unnecessary violence. Second, the IIC objective was to ensure broad compliance with the Dayton Peace Agreement and discourage the factions from interfering with IFOR/SFOR operations. The NAC themes and



objectives, approved in December 1995, reflected the overwhelming importance attached to the force protection aspect of the mission. Indeed, a majority of themes emphasized that IFOR/SFOR had robust rules of engagement and the capability to enforce the peace agreement, and would respond in an even-handed manner to all violations of the peace agreement. Further themes sought to discourage the factions and local populations from hindering IFOR/SFOR operations and to encourage cooperation with NATO. Initially, COMIFOR used these themes to encourage the factions and local populations to comply with annex 1A of the DPA.

As operations unfolded, the FWF complied, for the most part, with annex 1A of the DPA and the local population did not interfere or become openly hostile to the NATO troops. As a result, the CJIICTF began to promote themes designed to facilitate broader DPA implementation (not only annex 1A) and to get the local population to support international community activities for a successful return to peace and reconciliation. The PSYOP campaign actively supported civilian agencies operating in Bosnia-Herzegovina (mostly the OHR, the UNHCR, the UNMIBH, and the OSCE before and during the elections). Upon requests from the international organizations or upon its own initiative, the IFOR CJIICTF developed products emphasizing the importance of peace, reconstruction, and democracy. The CJIICTF developed products to explain the content of international decisions relating to peace in B-H, such as the DPA and the Brcko arbitration decision. The CJIICTF also developed a campaign in support of international organizations' work. For example, in spring 1996, the CJIICTF initiated a campaign to promote freedom of movement and encourage local populations to cross the IEBL. The IFOR CJIICTF also worked with the UN Mine Action Center (MAC) to develop mine awareness products. They were mostly designed to warn local populations (as well as IFOR troops) of the dangers caused by mines. In summer 1996, the CJIICTF actively supported the OSCE-run national elections. To that effect, the CJIICTF developed products explaining voting procedures and encouraging the local population to register and vote, and printed the material necessary for the elections to take place (such as ballots and maps of routes to polling stations).

### **SFOR Activities**

With SFOR operations, the civilian themes component of the PSYOP campaign grew in importance. As General Crouch, USA, COMSFOR, determined that progress in the DPA civilian implementation was vital for successful mission accomplishment, the CJICTF was tasked with promoting democratic action, adherence to the rule of law, acceptance of returnees, and the ability of SFOR to enforce a secure environment in an even-handed manner. The CJICTF chose to underline themes with a slightly more aggressive approach than IFOR. The CJICTF viewed the people of Bosnia as the major



proponents of change. By showing them how elected leaders should behave in a democratic country, the CJICTF hoped to raise the people's expectations toward their leaders, and ultimately, trigger major changes in the political landscape. For example, the CJICTF developed a series of products designed to explain how certain institutions (such as the military, the media, and the police) should behave in a democratic society. These products were designed to raise the population's expectations of their respective police and military forces. Likewise, the CJICTF developed a campaign in support of the elections motivating locals to vote for leaders "who will bring a brighter future." Without ever mentioning who or what parties best fit that description, the CJICTF encouraged the people to think in their long-term interests.<sup>75</sup> These products were designed to motivate the local populations to assert their own rights to choose and to present them with a credible alternative course of action (rather than re-electing the same leaders who would stall the peace process).

### **Limiting Factors**

In addition to the political constraints linked to the nature of the operation (peace support operation) and discussed above, several factors limited the effectiveness of the PSYOP campaign. These factors were numerous and evolved throughout the period analyzed (December 1995 to Fall 1997). Among the most important sets of limiting factors were the nations' political sensitivities toward PSYOP and the difficulties to tailor a message adapted to the local population. This section details these factors and examines their impact on the campaign.

### **Reluctance Toward PSYOP**

Resorting to psychological operations in support of Operation Joint Endeavour (December 1995) caused some unease among NATO partners. Some nations saw something of "The Manchurian Candidate" behind the PSYOP effort.<sup>76</sup> For example, SHAPE planners had to rename the psychological operations campaign "IFOR Information Campaign" because they feared the North Atlantic Council would not approve a plan containing the term "Psychological Operations." The SHAPE PSYOP staff officer stated that "I could not use the term 'psychological operations' when I first briefed at NATO HQ because that would have upset some nations."<sup>77</sup>

In addition, some of the major partners in the coalition (among them the French forces) showed reluctance at first toward the use of PSYOP forces. The French reluctance stemmed from political and historical reasons. After the defeat in Indochina (1954), the French army developed PSYOP forces and used them extensively during the Algerian conflict (1954-1962). When many of the PSYOP officers



supported the coup des g,n,raux in 1961 (a rebellion against the legitimate government), the Ministry of Defense disbanded all PSYOP units. This issue remains sensitive to many government officials and senior officers.<sup>78</sup> As a result, during Joint Endeavour, France only allowed a six-man U.S. PSYOP team under a bilateral liaison agreement. The U.S. team was allowed to man the IFOR radio station in Mostar. After the radio transmitter was struck down by lightning (on 14 September 1996), the U.S. liaison team was allowed to stay. It then concentrated on disseminating CJIICTF products. For most of IFOR operations, the U.S. PSYOP team was almost completely segregated from the division's staff. The U.S. forces were isolated in a remote corner of the division's HQ compound and had almost no interactions with the division's PIO, operations, or civil affairs staffs for the first six months of the operations. Although contacts improved in summer and fall 1996, the staffs were never integrated.<sup>79</sup>

IFOR operations did much to alleviate these fears. After a year of operations, a SHAPE PSYOP officer was allowed to talk about psychological operations without triggering a reaction. The French military decided to build a PSYOP capability. This effort coincided with the UK Ministry of Defence (MoD) authorizing the development of a British PSYOP capability (the UK development began prior to Joint Endeavour). However, both efforts resulted in the British and French deploying assets to conduct PSYOP during Operation Joint Guard.

### **The Command and Control Situation**

Political sensitivities not only made European nations reluctant to using PSYOP, but also complicated the command and control situation. From December 1995 to October 1997, U.S. PSYOP personnel (which formed the core of the CJIICTF) remained under national command and control. As a result of the 1984 National Security Decision Directive 130 (NSDD 130), the U.S. Department of Defense refused to place PSYOP forces under NATO command and control (C2). NSDD 130 reads:

While U.S. international information activities must be sensitive to the concerns of foreign governments, our information programs should be understood to be a strategic instrument of U.S. national policy, not a tactical instrument of U.S. diplomacy. We cannot accept foreign control over program content.

The American refusal caused problems in everyday operations. The C2 arrangements created coordination problems as the PSYOP task force did not always feel compelled to coordinate their dissemination activities with the MND HQs. The C2 arrangement also inhibited a flexible use of PSYOP elements at the tactical level, because it only allowed the ARRC and the divisions limited authority to instruct the PSYOP personnel to conduct specific activities. In addition, as the PSYOP task forces were all-U.S. units under national C2, their logistics were to be assumed by the United States. However, as the U.S. logistical support was mainly directed toward MND (N) where the core



of U.S. forces were, the PSYOP task force in Sarajevo constantly suffered from support pitfalls. It was always difficult for PSYOP elements not in MND (N) to obtain the logistical support in a timely manner. Finally, the U.S. refusal to place its PSYOP forces under NATO C2 caused tensions within the Alliance. European nations felt the PSYOP effort was not fully NATO and were therefore reluctant to become full participants. The Europeans thus pressed the U.S. to transfer authority to NATO as a prerequisite for more participation. Finally in October 1997, the U.S. DoD transferred U.S. PSYOP forces in theater to SACEUR's command and control.<sup>80</sup>

### **Approval Process**

The dual chain of command had practical effects, most notably in complicating the concepts and procedures for approving PSYOP products prior to dissemination. PSYOP products were developed and approved at theater level. In theory, the PSYOP task force headquarters developed the products in accordance with the NAC's approved themes and objectives and COMIFOR/COMSFOR approved the products before dissemination. In practice, the process was a little more complicated. Throughout the operations, various nations involved in the PSYOP effort retained review or approval authority. For example, German PSYOP forces, which developed the monthly youth magazine *Mircko*, had to send each issue back to Germany for a final review before dissemination. This review was established as Germany wanted to avoid any problem with its World War II legacy in the area of operations. To make sure that no material could be misinterpreted, all editions of *Mircko* went back to headquarters in Germany for final review (although not for approval). This process did not cause delays. As *Mircko* was a monthly publication, there was always time for the review process to take place without delaying publication or dissemination. In another example, all products developed by U.S. forces had to be approved both by IFOR/SFOR (NATO chain of command) and by U.S.EUCOM (U.S. chain of command). This dual procedure created conflicting requirements, as two staffs (at IFOR/SFOR and at U.S. EUCOM) had to see the final products before dissemination when the task force was under pressure to get products to target audiences as quickly as possible. In practice, this dual requirement did not seem to slow down the approval process significantly, mostly because the U.S. chain quickly agreed to a silent approval procedure whereby EUCOM would signal if products posed a problem.<sup>81</sup> The process was further eased as EUCOM and the CJIICTF shared a common understanding that the CJIICTF would signal in advance products that might be controversial. However good the stop-gap measures were did not fix the basic problem underlying this organization: this arrangement created a de facto dual chain of command, which contradicts the basic military principle of a unified chain of command.



Additional problems occurred when LANDCENT decided to reform dramatically the theater-level approval process. Until November 1996, COMIFOR or his Chief of Staff approved the products on a routine basis. In fact, after a few months of operations, and although there was no formal transfer of control downwards, COMARRC increasingly became the approval authority. He sped up the process so that routine approval would take under 24 hours. However, upon arrival in theater, LANDCENT established a lengthy and time-consuming approval process. From then on, six staffs reviewed all PSYOP products before final approval. The JOC director, legal advisor, chief information officer, CJ2, political advisor, and PIO all reviewed and commented on the products before CJ3 or COMSFOR final approval. This lengthy process created a new set of problems. First, more time was necessary to get products approved than under the AFSOUTH/ARRC arrangement. According to Col. Schoenhaus, COMCJICTF from December 1996 to August 1997, it took 48 to 72 hours to approve a product, less than that only in case of emergency. Second, the process was burdensome as the staffs which were given an opportunity to comment felt compelled to do so. That resulted in an increased workload for what some at the CJICTF viewed as little added value. Finally, this complex approval process complicated relations between the divisions and the CJICTF headquarters, because it made it more difficult for the Task Force headquarters to respond in a timely manner to divisions' requests. This was all the more unfortunate as, throughout the operations, relations between divisions and headquarters were marked with tensions.

### **Relations with the MNDs**

Throughout both IFOR and SFOR operations, tensions existed between the multinational divisions and the PSYOP task force headquarters. The difficulty to balance theater and divisions requirements generated these tensions. Both IFOR and SFOR insisted that the PSYOP campaign was theater-wide. This approach allowed IFOR to run a unified campaign across theater. According to LTC Furlong, DCOMCJICTF during IFOR operations, unity of effort was essential to maintain a coherent message throughout theater. This was especially important with Bosnian Serb audiences, who were most hostile to the international community's effort and more resistant to the PSYOP message than any other Bosnian group.<sup>82</sup> This requirement had several implications. First, all approved products were disseminated across all three multinational divisions. Second, all PSYOP activities conducted at division level and below had to be consistent with the theater campaign.

Consistency faced challenges, however, as divisions sought more freedom to conduct their own operations. From Joint Endeavour's opening days, various contingents attempted to run their own PSYOP activities. For example, the UK-led division acquired some printing equipment in spring 1996



to develop some products specific to its AOR. In MND (SE), Spanish and Italian contingents conducted PSYOP activities in support of their CIMIC operations.<sup>83</sup> This tendency only increased with SFOR as non-U.S. forces decided to create or strengthen their PSYOP capabilities in Bosnia. Under SFOR, the UK-led MND (SW) published a magazine (Mostovi). In MND (SE), the French, German, Italian, and Spanish contingents all conducted PSYOP activities. As far as the author is aware, there was little coordination or synergy between these efforts and the CJICTF campaign.<sup>84</sup> Occasionally, division commanders felt that CJICTF products were not suited for their AORs and would have preferred not to have them disseminated. Although it was established in mid-1996 that subordinate commanders could not veto an approved product,<sup>85</sup> SFOR CJICTF personnel thought that products were not consistently disseminated across all areas.<sup>86</sup>

Division staffs also believed that the task force headquarters was not responsive to their operational needs. Early in IFOR operations, division commanders complained that products were too general for local circumstances. Throughout 1996, the ARRC encouraged the CJICTF HQ to take greater account of local circumstances and to promote products specific to local situations. However, in the long run, these adjustments seemed unsatisfactory, especially to MND (N). First, the division's staff regularly complained that the task force headquarters did not develop products specific enough to its operational needs. According to Col. Schoenhaus, COMCJICTF from December 1996 to August 1997, some of the division's requests were not granted because the CJICTF was running a theater campaign and not a campaign on behalf of MND (N). With limited time and resources, the CJICTF focused first on COMSFOR's tasking.<sup>87</sup> Second, the division's staff complained that the CJICTF could not deliver products in a timely fashion. This stemmed in part from communications problems, as the CJICTF had little reliable electronic communications. For example, the CJICTF HQs could not send electronic versions of its products theaterwide. In addition, the CJICTF had difficulties communicating via e-mail with MND (N). As communications systems were streamlined through IFOR/SFOR operations to avoid redundancy, the communications capability was reduced, further complicating the CJICTF effort to support the divisions.

### **A Weak PSYOP Campaign**

In addition to organizational problems, a number of factors undermined the effectiveness of the campaign. The most serious was discussed above—the very nature of a peace support operation. This meant that in Bosnia-Herzegovina, the NATO PSYOP campaign could not take actions that might undermine the parties to the DPA even though these parties themselves were often the most significant obstacles to DPA implementation. For example, in early 1997, MND (N) asked the CJICTF to develop



a pamphlet discouraging reservists in the Serb army (the VRS) from reporting for duty. The CJICTF headquarters denied the request, arguing that in a peace operation they were not allowed to undermine legitimate institutions. The product was not developed. In a similar vein, the IC did not undertake efforts to directly refute the factions' regular disinformation efforts.

For the same reason, the PSYOP campaign rarely tackled difficult or controversial issues such as war criminals<sup>88</sup> or the fact that the parties were failing to live up to the agreement they had signed. The NATO leadership feared that addressing such controversial issues might lead to resentment against or hostility to the force. Thus, for example, the PSYOP campaign promoted the freedom of movement across the IEBL, but did not address the fact that the parties (the officials of the entities) were often a major part of the reason that such travel was not safe for non-international civilians. These restrictions were well recognized by many within the PSYOP community in Bosnia but they stated that their orders prevented them from executing a more aggressive campaign.<sup>89</sup> The conciliatory tone of the PSYOP campaign dismayed many in the international community working in Bosnia. For example, OHR officials commented that they had little use for a campaign that was too weak to have substantial impact. Duncan Sullivan, public affairs officer at the OHR, explained: "We are at a point where we point fingers at people who block the process, but SFOR is not involved in that."<sup>90</sup> This was perhaps the chief factor contributing to a feeling in the international organizations that the PSYOP campaign was ineffective. Even if it was the chief factor, however, it was not the only one. The following paragraphs discuss other factors limiting PSYOP effectiveness that were under the control of the PSYOP task force.

### **Difficult Adaptation to the Cultural Environment**

As in any other operation, the PSYOP community needed to adapt its message to its target audience. For its message to be effective, the PSYOP campaign needed to use arguments relevant to the local cultures and to present them in a way that would appeal to target audiences. This was difficult to achieve as the PSYOP campaign lacked regional experts and adequate resources to determine the populations' expectations. Beginning in 1996, a civilian regional expert (a contracted Ph.D. candidate at Columbia University) was assigned to the IFOR CJICTF. He remained with the SFOR CJICTF. However, this expert was seconded to various international organizations to work on projects such as the OHR independent TV network (1996) and the OSCE voter education program (1997) rather than being integrated into the PSYOP Task Force production staff. In addition, little reliable data (such as polling data or focus groups) existed on local population attitudes and expectations to help the PSYOP effort. During 1996, USIA conducted four polls in Bosnia-Herzegovina. However, as far as the author



has been able to determine, the results were not communicated in a timely fashion to the IFOR CJICTF. The situation improved slightly during the SFOR period, as the CJICTF was able to track down several studies (such as the result of focus groups conducted in late 1996) and polling data. From these data, the CJICTF decided that economic issues (such as reconstruction) and multi-ethnicity were two issues the Bosnians valued. It was especially important to determine such issues, as "persuasive communication usually has its greatest effect in reinforcement rather than conversion."<sup>91</sup> To alleviate these problems, the PSYOP task force tried to pre-test products before dissemination. The process consisted of asking locals working for the CJICTF for their reactions. It also consisted of asking TPTs to conduct some testing in their AORs. However, the scale and sophistication of the pre-testing was insufficient to compensate for the lack of regional expertise.

Lack of strong regional expertise and available cultural data generated some problems, such as products not adapted to the local environment. For example, during 1996, the CJICTF developed a "checklist" of what was done and what had to be achieved. After the product was disseminated, the CJICTF realized that Bosnians don't do checklists. In another example, they developed a poster with a chess game to encourage voting. Bosnians interpreted it as the international community playing with Bosnia's future. Other products did not take into account the local population's knowledge and were, perhaps, too Americanized. For example, SFOR developed several products on the role of the military, the police, and the media in a democracy. These products used quotes from Western historic figures (for example, Lincoln, Roosevelt, Clausewitz, or Clemenceau), which some did not believe appropriate for Bosnia-Herzegovina. These products did not appeal to the Bosnians' culture or history, nor did they dwell on recent examples of national reconciliation or mediation (such as Salvador or South Africa). This limited the PSYOP products' relevance to their target audiences.

### **Working With International Organizations**

Undertaking a successful campaign in support of the international organizations was another challenge. Supporting the international organizations was an unusual task. PSYOP forces rarely operate closely with international and non-governmental organizations. During Joint Endeavour and Joint Guard, however, supporting civilian organizations constituted a large part of the PSYOP work. But the CJICTF encountered many difficulties in establishing and maintaining fruitful relationships with international organizations.

A first challenge was to establish an effective PSYOP/civilian agencies interface for communicating requirements and capabilities between these organizations. Throughout the operations, the PSYOP task forces had limited access to the international organizations and little information about their



operations. In addition, the task forces did not successfully "market" themselves as a valuable ally to the IO/NGOs' staffs. For the most part, the task forces advertised their technical capability and free qualified labor force, but failed to market their expertise, e.g., the ability to conduct a step-by-step campaign designed to achieve attitudinal change. As a consequence of this weak liaison and coordination structure, and limited understanding on both sides, a number of problems existed throughout the operations.

- There were several breakdowns in support. Civilian organizations were not always able to formulate clear requirements.<sup>92</sup> Sometimes they formulated their requirements incorrectly, thus undermining their own objectives.<sup>93</sup>
- The PSYOP task force did not understand the requirements and constraints the international organizations were operating under. In particular, PSYOP personnel often failed to realize that civilian organizations often depended on the factions' willingness to establish policy before they could announce anything. Before they could prepare a product (for elections, returns, or demining), the civilian organizations first had to obtain from the factions a policy statement. Sometimes, civilian organizations could not provide the information the CJICTF needed in a timely fashion. This hindered effective PSYOP support.<sup>94</sup>
- International organizations used the PSYOP campaign as a one-shot tool to develop one or two products but not for long-term campaigns, those most likely to achieve attitudinal change.

A second challenge stemmed from different civilian and military planning and action cycles. The military is generally more planning oriented than civilian organizations, while the latter deal more in the immediacy. Although many in the military seem to believe this derived from civilian incompetence, it relates far more to differing resource availability and missions. For the military, a key responsibility is to plan for contingency. Thus the military allocates substantial resources to a formal planning process. Civilian organizations, however, develop their concept or goal and deal with events as they unfold. In addition, few civilian organizations have enough resources to dedicate significant numbers of people to planning and few organizations have planning cycles as well-defined and formalized as the U.S. and NATO military structures have developed.<sup>95</sup> These differences in cycle meant that civilian and military organizations had different expectations of what can and should be done and how it should be done. These different cycles also led to mutual bitter complaints and gave the misguided impression that support was not working.

A final challenge consisted of developing a message that fit both the IOs and IFOR/SFOR needs. Each organization had its own agenda and priorities and these were not always in full accord. Product



development and approval process allowed IFOR/SFOR to ensure that the PSYOP campaign would not support international organization requests in contradiction with the commander's goals and objectives.<sup>96</sup> However, the process did not ensure that civilian organizations approved, or even were kept informed of campaigns that affected their areas of responsibilities. Many IFOR/SFOR products had the potential to affect the civilian organizations' work. Indeed, both task forces developed numerous products supporting various aspects of civilian implementation as part of the commander's campaign. For example, COMSFOR tasked the SFOR CJICTF to develop campaigns supporting a secure environment (SFOR responsibility), displaced persons and refugees (UNHCR responsibility), common institutions (OHR responsibility), economic recovery (civilian organizations responsibility), and elections (OSCE responsibility). In addition, even products developed in support of SFOR responsibilities could affect the civilian organizations' posture. As these campaigns supported COMSFOR's plan, they were neither developed in concert with nor approved by the international organizations. The messages, tone, and timeliness were left at IFOR/SFOR's discretion.

The process for developing and approving products that potentially affected the IOs' responsibilities thus left room for error and misunderstanding. Indeed, such products could easily contradict the civilian organizations' messages. It seems, however, that the civilian organizations did not pay much attention to this problem. Interviews conducted in March/April 1997 revealed that civilian organizations were not aware of most CJICTF products. Their attitude seemed to have less to do with the process, rather than with their views of the CJICTF campaign's effectiveness. OHR, UNHCR, and UNMIBH personnel commented to the author that they had little use for a campaign that was too weak to have any substantial impact. They viewed it as something to cooperate with, but not worth expending significant efforts. The civilian organizations thus were not troubled that they did not have a say in the campaign because most of the material appeared to them as non-controversial. Indeed, the author is only aware of one instance where the High Representative asked COMSFOR not to disseminate a product.

### **The Difficulty of Assessing PSYOP Effectiveness**

Adaptation to the local environment was all the more difficult because PSYOP had difficulties assessing the campaign's impact. First, it is difficult to measure the real impact of any communication. Research shows that communication's impact is almost never direct. Establishing a direct link between a message and a specific attitude is therefore difficult. On top of these scientific limitations, the IFOR and SFOR PSYOP did not have adequate resources (in terms of manpower and qualifications) to conduct an effective assessment of their impact.



The PSYOP task forces conducted pre- and post-testing to assess the campaigns' impact on the local populations. Pre-testing measures included all steps taken to test the products before dissemination. As part of the pre-testing program, most products were checked by locals working within headquarters (most notably for adequacy and language) before production. When resources were available, tactical teams in the field randomly tested some products (such as posters) among the local population and provided feedback to headquarters. In some cases, pre-testing led to some products being modified before dissemination. These measures, however, remained mostly informal and limited, due to a lack of resources and time. In addition, both task forces conducted post-testing measures to assess the impact of each product after dissemination. Such measures consisted of standard impact indicators developed for each product and documented by the tactical teams during the dissemination missions. Table 3 provides a summary of the types of indicators, along with definitions and examples.

**Table 3: Psychological Operations Impact Indicators (post-testing measures)**

<b>Measure of Effectiveness</b>	<b>Definition</b>	<b>Example</b>
Production	Addresses individual actions taken by the force.	110,000 copies of The Herald of Peace distributed weekly; 25 TV spots produced.
Acceptance rate	Captures the people's reaction when presented with PSYOP products	TPT on a dissemination mission register people's reactions when handed the material (pleasure or displeasure; acceptance or refusal; friendly or aggressive behavior).  CJICTF pays attention to community leaders' reactions.  TPT conducts small-scale polls.
Behavioral change	Registers whether the local populations changed their behavior after a particular campaign	A campaign is launched to raise people's awareness on mines. The campaign leads to a behavioral change if the number of mine casualties decreases after the campaign is disseminated.

Such measures, however, only imperfectly measured the PSYOP campaign's effectiveness because they did not document the full impact of the mission.

- Level-of-effort measures provided insights into the magnitude of the PSYOP effort. Such measures were easy to document accurately. IFOR and SFOR therefore regularly provided updates on their efforts, listing how many products were developed and disseminated.<sup>97</sup>



- Acceptance rate was important to document. Product acceptance is a prerequisite to potential impact. If people refuse exposure to the material distributed, they cannot be influenced. To document the acceptance of its products, IFOR and SFOR PSYOP tactical forces used several indicators. They gathered anecdotal evidence from discussions with locals encountered during the dissemination missions; documented community leaders' reactions; and conducted small-scale polls. According to PSYOP personnel, the generally positive attitude of the locals during dissemination missions and a number of openly hostile officials' reactions to PSYOP material indicated that their campaign had a positive effect. In fact, the measures used do not fully support that conclusion because acceptance rate does not document the impact.
- Documenting behavioral changes was maybe the most significant measure, but also the most difficult. Indeed, data was not always available to compare behaviors before and after a specific campaign. In addition, these measures were only possible for a handful of campaigns, such as mine awareness, freedom of movement, or illegal police checkpoints. In each of these categories, NATO could establish statistics reflecting the locals' behavior before and after the campaign. Such measures were more difficult to undertake with most campaigns supporting democracy, reconstruction, or reconciliation.

Although none of these measures were illegitimate, they only portrayed a partial assessment of the campaign's impact. These measures did not indicate how people perceived issues and how the PSYOP campaign affected those perceptions. Interviews with IFOR CJIICTF personnel revealed that PSYOP personnel were aware of the measures' limitations. The Herald of Peace editor stated: "My feel is that we have a good impact, but it is very difficult to measure the effectiveness of some of our campaigns."<sup>98</sup> A PSYOP officer at MND (SW) concurred: "MOE is a very difficult issue. We try to conduct polls, but we rely on small samples. There are a lot of people we are not seeing. We don't have the resources to conduct large scale assessment."<sup>99</sup> In addition to the measures conducted, PSYOP needed to conduct mission-level measures designed to "address progress made toward the political objectives set forth for the mission."<sup>100</sup> As a result, it is very difficult to provide an accurate assessment of the PSYOP campaign.

## Conclusion

PSYOP was entrusted with a vital mission in a difficult environment: provide an honest alternate viewpoint in a sea of local propaganda and disinformation to facilitate DPA implementation. However, three sets of factors limited the effectiveness of the PSYOP campaign. First, political sensitivities surrounding the use of PSYOP forces made it more difficult to run an effective,



multinational PSYOP campaign. Second, the weak and conciliatory nature of the PSYOP message limited its potential impact on the local populations. The task forces' difficulties in adapting to the local culture and media habits further impaired the campaign. Finally, these shortcomings were all the more difficult to correct as PSYOP's assessment of its effort was at best limited.



## **Chapter 7: Identifying Lessons from the Bosnia Experience**

The NATO experience with public information and psychological operations in Operations Joint Endeavour and Joint Guard suggest several important lessons for future operations in Bosnia-Herzegovina and elsewhere. Before embarking on these lessons, we should recall the importance of information activities in peace operations. Their importance derives from several factors, which include the following:

- Media reporting plays a critical role in determining the success or failure of a peace operation, as it provides the basis for the public as well as the political elites' opinions. The PI provides the key interlocutor between the operations and these reporters. An effective PI team will diminish the likelihood of unjustified or inaccurate representations of the operation by misinformed or angered journalists.
- In many operations other than war (OOTW), including peace operations, the attitude of the local populace is a critical factor to support mission success. As with journalists, information activities (with PSYOP in the lead) are the commander's tool for communicating with this population and for encouraging a positive attitude toward the mission's objectives amongst the locals.
- When dealing with interpersonal or interorganizational relations, perception often is as important as (if not more important than) reality. In traditional combat operations, it is (relatively) straightforward to count tanks destroyed or determine the front lines. In OOTW (again, including peace operations), the situation is rarely ever so clear-perceptions are key. A commander's information activities (PI, PSYOP, and civil information) are perhaps the best tools to influence perceptions (internationally and locally) in support of mission objectives.

With these factors in mind, the following paragraphs highlight some of the key lessons identified in the experience of information activities during the first 20 months of NATO operations in Bosnia-Herzegovina.

### **Clearly Articulated PI Principles and Guidelines**

Clarity of guidance is a principle that all military commanders understand. General Joulwan and Admiral Smith provided clear and straightforward guidance for their PI officers to follow. These principles (complete, accurate, and timely reporting) lay at the core of PI activities throughout



Operations Joint Endeavour and Joint Guard. The success of these principles highlights two points. Just as elsewhere in the operational planning, a commander must pay attention to what he expects from his PI officers and must provide guidance so that they can achieve what he expects. In addition, these specific principles well served the military force and NATO overall through the period analyzed. Absent overriding imperatives to the contrary, these specific principles should lie at the core of all military PI activity.

### **Adapt PI to the Speed of Media Reporting**

Technological advances have combined with concepts of media professionalism to greatly diminish the time it takes for something to happen and for the world to have access to reporting (accurate or otherwise) about those events. While technology has similarly affected the military's ability to move information, the military's approach to processing information has not changed in a similar manner. For the PI (and rest of the force) to effectively deal with the reality of today's (and tomorrow's) journalism, several steps seem key:

**Establish a chain of information:** The military process of information is often too slow to keep up with the fast speed of media reporting. A functional chain of information helps speed up the information flow between subordinate and higher headquarters and allows PI to provide the media with timely information.

**Delegate release authority downward:** A military commander cannot have an effective public information campaign if he must seek national approval before opening his mouth. The best approach is to establish the parameters within which the commander is allowed to speak. The broader these parameters, the more effective the public information campaign will be in dealing with fast-breaking news.

### **Strengthen Psychological Operations**

Psychological operations contribute to OOTW in several ways. By communicating the appropriate message, a PSYOP campaign can enhance force protection and help convince the local population to support the operation's final objective. To effectively contribute to mission accomplishment requires that several conditions be met:

**Tackle difficult and controversial issues:** Avoiding the difficult issues in a PSYOP campaign seems to point to two routes: simply delaying facing the inevitable or hindering mission accomplishment by



avoiding doing what the mission requires. PSYOP campaigns should not shy away from tackling difficult issues, even if initial messages might have to obliquely or delicately handle such controversial issues.

**Undermine adverse propaganda:** The military force (and its civilian partners) will not be the only actors on the ground. If it is a conflict, near conflict, or post-conflict situation, it is likely that other parties will be using media and other propaganda tools to spread a message counter to the international community's interests. The PSYOP force should provide the key military element to deal with such elements: tracking, analyzing, and countering these propaganda efforts.

**Back messages with action:** Messages should be tied to concrete action. Constantly reemphasizing messages that do not comport with reality (such as talking of freedom of movement in Bosnia-Herzegovina when every local was nervous about traveling into another ethnic group's territory) will undercut credibility, which is what lies at the heart of a successful information campaign.

### **Adapt to Local Audiences**

In OOTW, winning the hearts and minds of the local population is important. As with any other type of operation, a commander's goal is to avoid local population interference with operations. But in a peace operation where the use of force is limited, persuading the locals to support the operation and potentially using it to apply pressure on uncooperative local authorities will enhance mission accomplishment. To improve the odds that the local population will accept the message, the campaign must be adapted to the local audiences. The following are three steps to achieve this.

**Tailor the message appropriately.** The PSYOP operation must tailor its message to local audiences' knowledge and culture. In addition, dissemination needs to fit the locals' media consumption habits.

**PI should not neglect local media.** PI officers typically focus on international and national publics (their primary and most important audiences). This focus, however, should not be at the expense of local journalists, especially when they are the primary source of information for the local population (as was the case in Bosnia). To reinforce the PSYOP campaign, the PI operation needs to take into account the requirements and needs of local journalists.

**Use the force to communicate with locals.** To a large extent, any soldier's interaction with the locals can be used to foster the commander's goals. Force posture sends a message. Daily interactions between the soldiers and the local population can be used to disseminate further the commander's message.



### **Associate PI, PSYOP, and Civil Information**

To increase their effectiveness, closely associate information activities. The close association between PI, PSYOP, and civil information should aim at coordinating and synchronizing the messages so they reinforce each other. If the PSYOP campaign is engaged in grey or black propaganda, however, this close association could become inappropriate.

### **Integrate PI/PSYOP with Command Group and Establish Close Relations with Commander**

The PIO and PSYOP commander cannot be fully effective without a close relationship with the commanding general. From the earliest stages, these officers must be strongly established as key actors in the command group. Commanders should assure strong ties with these key non-lethal weapons. This could involve, for example, holding daily (small) information meetings as well as direct access to the commander.

### **Coordinate Internally**

Fully effective information activities are tied into the operations. Close integration with other operational staffs (in particular the "3" shop) allows information activities to be used effectively to prepare for and better respond to contingencies and to refocus the effort when necessary. To achieve such level of integration requires internal coordination whereby PI, PSYOP, and civil information hold regular meetings with operational staffs to receive their inputs on the information campaign and channel feedback into the headquarters. The creation of PI and PSYOP liaisons to the JOC during IFOR operations is an example of a beneficial coordination mechanism.

### **Coordinate Externally**

The military is not the only actor in OOTW. In peace operations, the military will work alongside civilian international organizations such as the United Nations, the High Commissioner for Refugees, and the World Bank. Coordinating, cooperating, and working with these organizations will enhance overall mission effectiveness and speed mission achievement. Information activities is one of the areas which will gain with such cooperation.

Improve PSYOP-civilian cooperation: Mutual ignorance and reluctance make establishing coordination between PSYOP forces and civilian organizations a difficult process. Successful coordination requires that PSYOP familiarize itself with how international organizations operate,



determine how best it can support their missions, and establish a good liaison with international organizations.

Learn from IFOR PI-civilian organization successes: In the PI arena, IFOR/SFOR external coordination is a template for future operations. With two simple mechanisms (combined briefings with a pre-briefing meeting), the PIO established a successful relationship that benefited both the military and civilian organizations. Future commanders can capitalize on this success.

### **Clearly Articulate an End State**

Like every other element of an operation, information activities' effectiveness will be hampered (if not crippled) if the political leadership cannot (and does not) clearly articulate a concept for the mission's end state. The absence of a clear end state makes it more difficult to develop a successful information strategy. To develop a convincing and credible position, the PSYOP and PI need to have a clear objective in mind, so they can work backwards to develop the necessary steps leading to the final objective. A viable end state is fundamental both as the objective which helps to define a strategy and as a measure of success or failure for the mission. Without an idea of where they are supposed to be heading, no element of information activities will be fully effective in their endeavours.

These lessons do not necessarily constitute a blueprint for success. However, adopting the lessons identified from the Bosnia experience (both the positive and negative experiences) will make future U.S. and multinational peace operations more effective and more likely to achieve mission objectives.



## **Information Operations:**

### **The IFOR Experience**

**Larry K. Wentz**

**Advanced Communication Systems**

**Vice President of ACS Services, Washington**

#### **Information Campaign—Some Challenges**

Although PSYOP is an official NATO term, some North Atlantic Council members did not want to be associated with a PSYOP campaign. PSYOP has a public relations problem. There are misperceptions about the relationship between PSYOP and intelligence. An even larger misperception surrounds the relationship between PSYOP and Public Affairs. Public Affairs try to keep its distance from PSYOP. Many organizations and individuals—from the UN to non-governmental organizations (NGOs) to journalists unfamiliar with the military—hear the term and the image of "The Manchurian Candidate" comes to mind. In addition, some of the major partners in the coalition (among them the French forces) showed reluctance at first toward the use of U.S. PSYOP forces. The French reluctance was due to political and historical reasons associated with their experience in the Algerian conflict in 1961. The IFOR planners renamed the psychological operations campaign the "IFOR Information Campaign" and this seemed to ease most fears.

PSYOP is an operational tool (under the G/J-3) designed to shape target audiences' perceptions so that they create the least possible interference with friendly forces. The IIC was designed to influence attitudes and shape behavior of groups within the area of operation using multimedia communications and planned activities designed to facilitate the peace enforcement. More specifically, it was designed to "seize and maintain the initiative by imparting timely and effective information within the commander's intent."

The term "information campaign" referred to the coordinated and synchronized use of different information activities within the IFOR command. The campaign had three components:

- A PA campaign designed to establish NATO's credibility with the international media to gain support from the contributing nations for the mission. Public Information Officers executed this mission.



- A PSYOP campaign designed to influence the local population and its leaders in favor of IFOR troops and operations. PSYOP units (mainly U.S.) undertook this aspect of the campaign.
- A CA/CIMIC information campaign designed to inform audiences about civil-military cooperation and to release information to aid the local populations. CA/CIMIC elements (mainly U.S. Army) undertook this mission.

At the outset, the IIC was conceived as a force protection tool and was used to deter the FWF and local populations from engaging in hostile actions against IFOR troops and from interfering with IFOR operations. The campaign targeted the three sub-groups: Bosniacs, Bosnian Croats, and Bosnian Serbs. Products were designed according to each target and impact expectations differed. The products were intended to send clear signals to faction leaders on NATO's resolve, mandate, and capabilities. They were also used to convince the local population that a brighter future would await them if the Dayton agreement were fully complied with. As it became more apparent that the local population and factions were neither acting hostile nor interfering with IFOR operations and that the FWF were generally in compliance with the Dayton Accords, the focus of the campaign shifted to national elections, refugee returns, and reconstruction.

A Combined Joint IFOR Information Campaign Task Force (CJIICTF) was established to take over the PSYOP aspects, orchestrate the IIC, and coordinate the IIC-related activities of the Public Affairs, Civil Affairs, and PSYOP. It also attempted to coordinate IIC activities with the international organizations such as the UNHCR, OSCE, OHR, UN-IPTF, and others. The CJIICTF consisted mainly of U.S. PSYOP personnel and assets with supporting elements from the United Kingdom, Germany, and France. There were also some limited Spanish and Italian PSYOP activities in the MND (SE) area. U.S. tactical PSYOP teams were deployed and attached to the subordinate command elements. The mission was to disseminate pre-approved PSYOP products; broadcast loudspeaker messages, and disseminate command information. The teams also conducted assessments of the area of operation and made contact with the local media sources to gain information for the CJIICTF. Although the CJIICTF operated as a component command of IFOR with staff supervision from the IFOR CJ3, none of the national PSYOP units were placed under NATO C2. This situation created problems such as dual NATO and national chains for product approval and IIC execution direction. For the United States, Title X issues (no JTF commander equivalent for the U.S. forces) affected administrative and logistics support to deployed U.S. PSYOP personnel.

The CJIICTF headquarters developed products and COMIFOR (later the COMARRC) approved all products. It was felt that since all three FWFs were in each of the MND sectors that a top-down



approach facilitated product coherence (unity of effort) and ensured that a single authority would review products before release. The centralized PSYOP product approval, production, and distribution process was at times cumbersome and slow. Approval- and distribution-related delays sometimes resulted in time-sensitive information getting to the local population too late to have the desired effect, especially in MND (N) where, because of force protection rules, four-vehicle convoys were required to deliver the printed material to lower command levels.

Products did not always fully meet the needs of the tactical PSYOP mission. Those that had a high degree of receptivity at the strategic level and were targeted for the broader Bosnia-Herzegovina population were not always well received at the tactical level or by the local population. Furthermore, a number of the products were felt to be too "American" for the provincial regions of Bosnia and did not reflect the European advertising traditions prevalent in the Bosnia region of this part of the world. The MND commanders and the tactical PSYOP teams felt they needed more freedom and flexibility to tailor and produce products for use with their local population. In this regard, there was some freedom but it was limited to within the scope of the COMIFOR-approved activities.

In some cases, the CJIICTF mission statement and "commander's intent" did not get distributed to appropriate levels of the command structure. The command and control relationships also needed to be more clearly articulated, disseminated to the elements involved, and consistently implemented. Additionally, changes, caveats, or exceptions also needed to be made clear to all organizations affected. PSYOP teams were less effective in situations where they were subordinated to the G-5 at the tactical level and/or did not participate as part of the commander's battle staff. Working for the G-5 essentially turned PSYOP into a Civil Affairs support activity. A combination of these factors, compounded by the MND (N) mode of operation, hampered the ability of some tactical PSYOP teams to effectively accomplish their mission—particularly in the MND (N) area of operation.

Differences in PSYOP doctrine, particularly between the United States and the United Kingdom, were an issue. The top-down product development approach of the United States, who ran the CJIICTF, was in direct conflict with the UK approach that favored a decentralized, grassroots product development. The British also thought the approval process was too cumbersome. They favored delegating product approval authority to the lowest level practical. The French, who were reluctant to use PSYOP forces, only allowed a limited U.S. PSYOP presence in MND (SE)—a liaison officer and FM radio section. Occasionally, the French allowed the CJIICTF to pass out the COMIFOR *Herald of Peace* (a weekly newspaper published by the U.S. forces) and voter education products. Other contingents such as the Spanish and Italians did not cooperate closely with the CJIICTF but did use "information policies" in support of their G-5 activities.



The organic communications support at the tactical level was limited and in some cases inadequate to support the mission. The U.S. tactical PSYOP teams relied almost solely on the units they supported for their communications. Relying on "borrowing" phones and computers often proved problematic due to the heavy usage of this equipment by all elements. At times, it took several hours for the tactical PSYOP teams to reach headquarters elements and the deployed teams. The urban nature of the mission often required the tactical teams to split up and conduct operations indoors as well as outdoors and in areas such as crowded markets. The lack of adequate communications for the dismounted operations became a force protection issue.

In some areas of Bosnia, such as those occupied by the Serbs, an information campaign targeted against NATO was already in full operation when the IFOR troops arrived. Hence, the IIC was at a disadvantage at the outset because it had to compete immediately with an already-established and effective campaign that could get inside of the IFOR decision loop and outmaneuver some of the initial IIC efforts.

IFOR also had some problems adapting to the local population's media consumption habits. While IFOR relied primarily on printed material (*Herald of Peace* and *MICKO* (a monthly youth magazine produced by the German forces), posters, and handbills) and radio to start with, the Bosnia's preferred medium was television. Also, IFOR radio initially transmitted on AM and the Bosnia's listened mostly to FM radios.

The media used by IFOR at the outset was largely driven by capabilities available from the deployed PSYOP resources (mainly from the United States that relied heavily on radio, printed material, and loud speaker systems). There was also limited NATO funding for acquiring airtime on the local and national radio and television stations. NATO funding to acquire FM radio and television stations for sole use by the IIC was not available. Some local radio stations provided free airtime for IFOR use. In return, IFOR provided the radio stations with pop music tapes. Over time, adjustments were made to accommodate other media forms such as FM radio and buying airtime on local and national radio and television stations. Once IFOR money became available to pay for airtime, the free use of local stations was withdrawn.

The U.S. PSYOP platform, *Commando Solo*, was not deployed during the IFOR phase of the operation. This platform has a wide range of radio and television broadcast capabilities. It did see some limited test usage in support of the September 1997 election activities during the SFOR phase of the operation. Deployment of *Commando Solo* is expensive; hence, the reluctance to use it in a funding-constrained operation.



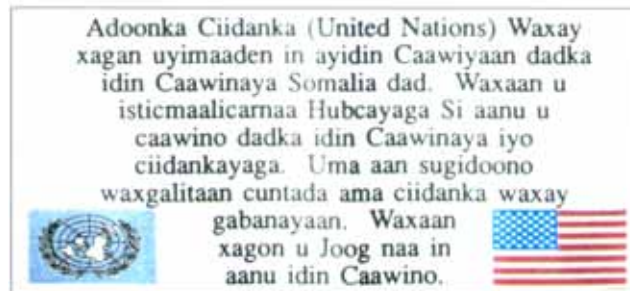
**Anexo I – EXEMPLOS ACCÃO PSICOLÓGICA EM OPERACÕES DE APOIO À PAZ**



Fonte: AAVV, “Operaciones Psicológicas”, Ejército, nº 678, pág. 55.

O texto refere inserido no Panfleto, no idioma da audiência alvo refere:

“Não mais mortes e feridos inúteis. Pais, digam aos vossos filhos que se mantenham afastados dos explosivos. Informem sobre as minas e explosivos as Forças de Segurança.”



Fonte: AAVV, “Operaciones Psicológicas”, Ejército, nº 678, pág. 66.

Panfleto Lançado, na Somália, alguns dias antes, da Chegada das Forças da ONU.

O texto refere:

“AS Forças das Nações Unidas estão aqui para apoiar o esforço Internacional de Ajuda Humanitária ao povo da Somália. Estamos preparados para usar a força em protecção das operações humanitárias e dos nossos soldados. Não permitiremos interferências na distribuição de géneros alimentícios nem nas nossas actividades. Estamos aqui para os ajudar.”



Fonte: AAVV, “Operaciones Psicológicas”, Ejército, nº 678, pág. 67.

Equipa de alto-falantes do exército alemão, efectuando uma emissão numa povoação da Somália.





Acção psicossocial no conflito ultramarino 1961/74. Lições e ensinamentos retirados, passíveis de utilização em operações de paz.

---

---

**Anexo J – EXTRACTO DAS CONCLUSÕES DO RELATÓRIO DA MISSÃO À**  
**ARGÉLIA**



Acção psicossocial no conflito ultramarino 1961/74. Lições e ensinamentos retirados, passíveis de utilização em operações de paz.

---

---

**Anexo L – DIRECTIVA N.º 38 DE ACCÃO PSICOLÓGICA PARA O MÊS DE DEZEMBRO**



Acção psicossocial no conflito ultramarino 1961/74. Lições e ensinamentos retirados, passíveis de utilização em operações de paz.

---

---

Anexo M – EXTRACTOS DO PLANO DE ACCÃO PSICOLÓGICA DA METRÓPOLE



Acção psicossocial no conflito ultramarino 1961/74. Lições e ensinamentos retirados, passíveis de utilização em operações de paz.

---

---

**Anexo N – EXTRACTOS DO PLANO DE ACCÃO PSICOLÓGICA DESTINADO À  
PREPARAÇÃO DAS PRAÇAS PARA A DESMOBILIZAÇÃO**



Acção psicossocial no conflito ultramarino 1961/74. Lições e ensinamentos retirados, passíveis de utilização em operações de paz.

---

---

**Anexo O – BOLETIM DE INFORMAÇÃO SEMANAL. DO COMANDANTE AO COMBATENTE**



Acção psicossocial no conflito ultramarino 1961/74. Lições e ensinamentos retirados, passíveis de utilização em operações de paz.

---

---

**Anexo P – BOLETIM DE INFORMAÇÃO**



Acção psicossocial no conflito ultramarino 1961/74. Lições e ensinamentos retirados, passíveis de utilização em operações de paz.

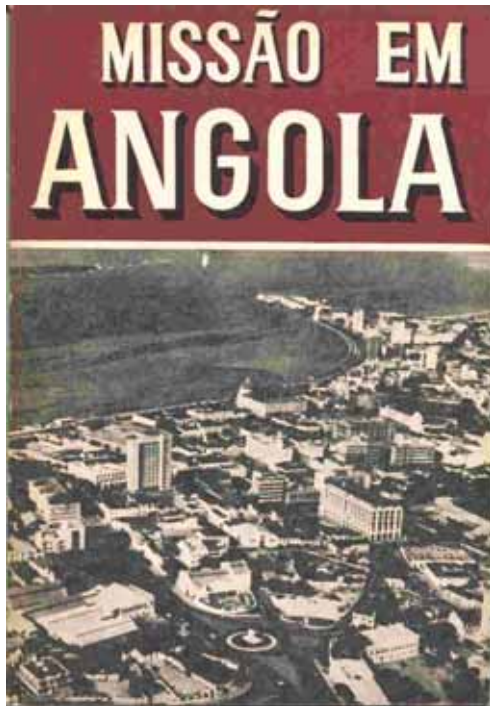
---

---

**Anexo Q – PLANEAMENTO DE ACCÃO PSICOLÓGICA.**



Anexo R – “MISSÃO EM ANGOLA”



O Exército colabora na construção do futuro de Angola

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

MISSÃO EM ANGOLA

1 9 7 1

ÍNDICE

	Pág.
Missão no Ultramar . . . . .	7
<b>MONOGRAFIA DE ANGOLA</b>	
— Aspecto físico . . . . .	17
— Aspecto humano . . . . .	27
— Aspecto económico . . . . .	57
<b>NOTAS</b>	
— Legislação militar . . . . .	77
— Correspondência postal . . . . .	83
— Diversos . . . . .	85



## MISSÃO NO ULTRAMAR

1. Neste folheto encontrarás as «ferramentas» necessárias para «construïres» uma primeira ideia da Província Ultramarina para onde te leva o cumprimento do teu DEVER de Soldado e de Português.

No estudo geográfico e histórico que se segue (chamam-se **monografias** a estes estudos), algumas das características mais evidentes da ANGOLA, as tais «ferramentas», foram arrumadas em três «secções» ou aspectos gerais — **aspecto físico, aspecto humano e aspecto económico.**

Assim:

— No **aspecto físico**, descreve-se a terra para onde vais viver, dando-te notícia da sua situação geográfica, do seu clima, do seu relevo, da vegetação que a cobre, dos rios que nela correm, etc.:

— No **aspecto humano**, estudam-se as populações que irás conhecer, tendo em atenção a sua

distribuição no território, a maneira que emo-  
elas escrevemos, a organização administrativa,  
sanitária e escolar em que vivem, etc.:

- Finalmente, no **aspecto económico**, referem-se **os recursos** agrícolas e industriais da terra angolana, o seu **comércio** e **as vias de comunicação** (estradas, caminhos de ferro, carreiras marítimas e aéreas, etc.) que, percorrendo a Província e tornando possível a sua ligação com o exterior, são, como bem calculas, indispensáveis ao seu desenvolvimento económico.

Se a tua natural e louvável curiosidade não ficar satisfeita com a **primeira ideia** que as «ferramentas» desta **Monografia de ANGOLA** te permitem alcançar, recomendamos-te, adiante, a leitura de algumas publicações que facilmente podes conseguir em qualquer biblioteca pública.

Na parte final deste folheto, encontrarás, ainda, um par de **Notas** sobre assuntos que podem ter interesse para ti durante a tua estada no Ultramar. Reservámos, inclusivamente, umas poucas páginas em branco para registo dos teus próprios apontamentos.

2. Já te foi dito mais do que uma vez, mas nunca será de mais repeti-lo: na guerra que ensanguenta o nosso Ultramar — «guerra subversiva» se chama ela —,

7

... tenham um papel fundamental. Houve mesmo alguém, entre aqueles que um dia puseram em prática este tipo de guerra, que afirmou serem as populações para os terroristas «como a água para os peixes». Isto é, sem a ajuda das populações os terroristas não têm qualquer possibilidade de levar a cabo os seus intentos de destruição e de assassinio, não podem sequer viver. Com vista a conseguir aquela ajuda, os terroristas lançam mão dos meios mais condenáveis e violentos, capazes de aterrorizar as populações indefesas. Na nossa acção de resposta, a luta que desenvolvemos tem de ser, pois, **uma luta pelas populações**, em defesa das populações, e nunca **uma luta contra as populações.**

Nesta **luta pelas populações**, contrariamente ao que possa parecer à primeira vista, o teu comportamento individual interessa sobremaneira. Com efeito, de uma tua atitude menos feliz podem resultar graves e desastrosas consequências, cuja reparação é sempre muito difícil, não só para o prestígio, eficácia e valor da Unidade a que pertences, como também para a Missão do Exército em terras de África.

Exige-se, assim, de ti, **Soldado**, que nas tuas relações com as populações procures ser sempre, e em todas as circunstâncias, um modelo de **dignidade**, um exemplo de **compostura**, de **cortesia** e de **humanidade.**

8

9



Em especial no respeitante às populações nativas, jamais te esqueças de que a «pele negra» esconde Almas tão Portuguesas como a tua própria! Para com elas deves sempre proceder — recordamos-te, uma vez mais — por forma a respeitar os seus usos e costumes e os direitos de família, tal como eles são regionalmente considerados.

Das dificuldades da tua missão ninguém dúvida, mas todos temos boas razões para confiar em ti!

Para além da instrução, intensa e prolongada, a que foste submetido desde o teu primeiro dia nas fileiras, existem no teu sangue jovem todas aquelas virtudes, tal como teus Pais as receberam de teus Avós.

Valentes e duros frente ao inimigo que os ataca traiçoeiramente, generosos e confiantes para com as populações, firmes e atentos em todas as circunstâncias, os teus Camaradas souberam bem merecer a confiança que a Nação neles sempre teve.

Basta seres como eles, basta, afinal, seres como tu próprio és, para, no regresso, poderes gritar bem alto a tua alegria pelo dever cumprido àqueles que no cais orgulhosamente te aguardam.

## MONOGRAFIA DE ANGOLA

10

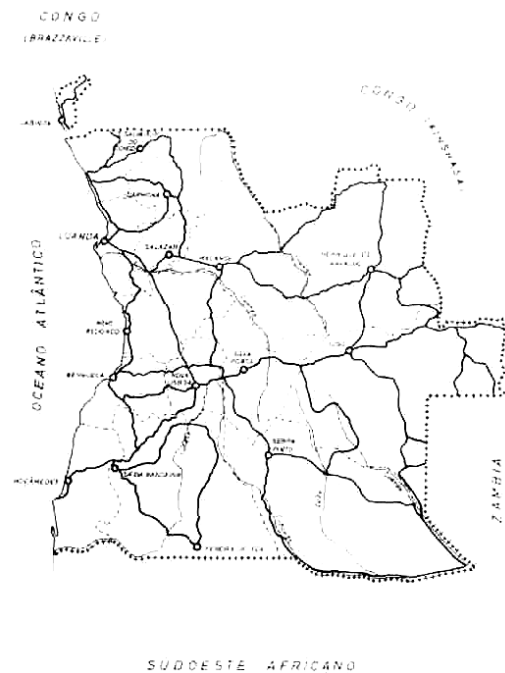
Publicações cuja leitura te pode esclarecer quaisquer dúvidas ou ampliar os conhecimentos que esta MONOGRAFIA te fornece:

- Angola (Monografia), Francisco Bahia dos Santos.
- Angola (Pequena Monografia), Norberto Gonzaga.
- Distribuição Étnica de Angola, José Redinha.
- Etnografia dos Povos de Angola, Ferreira Diniz.
- Geografia de Angola, José Ribeiro da Cruz.
- História de Angola, Ralph Delgado.
- História do Exército Português, Ferreira Martins.
- Os Movimentos Terroristas de Angola, Guiné e Moçambique, Hélio Felgas.
- Os Portugueses em Angola, Gastão de Sousa Dias.
- Províncias Ultramarinas Portuguesa — Dados Informativos, Agência-Geral do Ultramar.

13



- **Alguns Aspectos do Povoamento Recente em Angola**, Agência-Geral do Ultramar.
- **Angola, Chave de África**, Mugar Valahu, Ed. Parceria Pereira, A. M. Pereira.
- **Angola, Meio Século de Integração**, João Pereira Neto, Ed. I. S. C. S. P. U.
- **Um Mês de Terrorismo**, Pereira da Costa, Ed. Polis
- **A Informação em Angola. Alguns Subsídios para o Seu Estudo**, José Júlio Gonçalves, I. S. C. S. P. U.
- **Aquelas Longas Horas**, Manuel Barão da Cunha, Ed. Aster.
- **Bushimanes**, Viegas Guerreiro, J. I. U.
- **O Caso de Angola**, 2.ª Rep. do EME.
- **Contribuição para o Estudo do Meio Humano de Angola**, Manuel Barão da Cunha, Revista Militar, Dez. 69.
- **Angola**, Curso de Extensão Universitário do I. S. C. S. P. U.
- **Etnografia do Sudoeste de Angola**, Carlos Esterman, J. I. U.



Escala aproximada  
1 : 17.000.000

14

## ASPECTO FÍSICO

### Situação geográfica e superfície

ANGOLA, a mais extensa das províncias portuguesas, fica situada na costa ocidental do Continente Africano, com fronteiras terrestres com o Congo-Brazza (Congo ex-Francês cuja capital é Brazzaville) e o Congo-Kinshasa (Congo ex-Belga cuja capital é Kinshasa, antiga Léopoldville) ao norte, com o Congo-Kinshasa e a Zâmbia (antiga Rodésia do Norte da Federação das Rodésias e Niassalândia) a leste, e o Sudoeste Africano a sul.

O conjunto que politicamente constitui a Província é formado pelos territórios do antigo reino de ANGOLA, ao sul do rio Zaire, e pelo distrito de Cabinda, a norte do referido rio, com fronteiras com os dois Congos.

A superfície total de ANGOLA é de 1 246 700 km<sup>2</sup> (com uma extensão máxima de 1277 km no sentido N - S e de 1236 km no sentido E - O), dos quais 7680 km<sup>2</sup> são

17



ocupados pelo distrito de Cabinda. Esta superfície corresponde a cerca de 14,5 vezes a superfície do Portugal Continental (89 000 km<sup>2</sup>) e, praticamente, à superfície conjunta da Espanha, França e Itália.

#### Relevo e hidrografia

A forma predominante do relevo no vasto território angolano é o planalto, com uma altitude média superior a 1000 metros.

Esta extensa meseta, que ocupa quase todo o interior, desce mais ou menos bruscamente sobre a costa atlântica e mais suavemente sobre as fronteiras terrestres. Nela podem distinguir-se três patamares ou degraus, correspondentes às seguintes zonas:

- **Zona litoral**, abrangendo altitudes até aos 500 metros e que ocupa toda a faixa costeira, com uma largura máxima de 200 km (zona de Danda-Salazar) e uma largura mínima de 50 km (na direcção das cidades de Lobito e Benguela);
- **Zona subplanáltica ou de transição**, com altitudes compreendidas entre os 500 e os 1000 metros e que se estende também de norte a sul. Esta zona assume um aspecto bastante movimentado, cortada de ravinas e vales, excepto na região norte da Província (incluindo Cabinda) onde, apesar de acidentada, a sua aspereza montanhosa se encontra consideravelmente diminuída;

18

de povoação de Foz do Cunene. Nela se situam as cataratas de Ruacanã, cujas águas se despeham de 117 metros de altura.

O rio **Cubango** nasce na região de Vila Nova (distrito do Huambo) e vai desaguar no lago Ngami (Botsuana, antiga Bechuanalândia), servindo de fronteira sul numa extensão de 350 km, entre Menongue e Mucusso.

O rio **Zambeze**, o mais extenso rio africano da vertente do Oceano Índico (2200 km), percorre 275 km em território angolano e vai desaguar a norte da cidade de Beira (Moçambique).

O rio **Cassai** serve de fronteira com o Congo (Kinshasa) numa extensão de 400 km.

O rio **Cuango**, afluente do Cassai, serve de fronteira norte em 30 km do seu curso e nele se situam as cataratas de **Francisco José**.

Apesar da grande abundância de cursos de água, ANGOLA não dispõe de uma importante rede de comunicações fluvial, dado que o tipo de correntes e o regime de chuvas, além da irregularidade dos leitos, determinam grandes problemas. Apenas no Chiloango (Cabinda), Zaire, Danda, Cuanza, Cunene, Cubango, Cuando, Lungué e Cassai, se encontram algumas possibilidades de navegação.

Contudo, a rede hidrográfica angolana oferece excelentes condições para os aproveitamentos hidráulicos e hidroeléctricos. Neste último aspecto, os recursos de ANGOLA estão calculados em valores altíssimos e a sua exploração marcha em ritmo acelerado.

20

— **Primeira zona planáltica**, com altitudes compreendidas entre os 1000 e os 1500 metros e que cobre todo o interior da Província;

— **Segunda zona planáltica**, com altitudes acima dos 1500 metros, atingindo os 2610 metros no monte Lovili. Nesta zona sobressaem os planaltos de **Malanje, Benguela, Bié, e Huila**, onde se verificam as melhores condições para a vida do europeu, ainda que se encontrem climas favoráveis entre os 1000 e os 1500 metros.

A Província conta com numerosas rios, de grande caudal uns, de corrente impetuosa quase todos. Salientam-se, porém, as bacias do **Zaire, Cuanza, Cunene, Cubango, Zambeze, Cassai e Cuango**.

O rio **Zaire** (ou Congo) foi descoberto por Diogo Cão em 1482, que o percorreu até às cataratas de **Yelala** (a 185 km da foz). Serve de fronteira norte de ANGOLA nos seus últimos 150 km, a partir de Nôqui até à foz, em que é navegável para navios de grande calado.

O rio **Cuanza**, com um percurso inteiramente em território nacional (cerca de 960 km), vai desaguar a sul de Luanda, onde apresenta uma barra impraticável à navegação em virtude da forte rebentação. As imponentes quedas de água do **Duque de Bragança**, em que o rio se despeja de uma altura de 104 metros, situam-se no seu afluente **Lucala**.

O rio **Cunene** serve de fronteira sul nos últimos 330 km do seu curso, desaguardo no Oceano Atlântico junto

19



Quedas de água do Duque de Bragança, no rio Lucala



### Clima

De um modo geral, em toda a Província notam-se duas estações:

- A **estação seca** ou **do cacimbo**, estação fresca, vai de Junho a fins de Setembro;
- A **estação das chuvas**, estação quente, que dura de Outubro a fins de Maio.

Nas zonas litoral e de transição o clima é **tropical**, sendo a temperatura anual média de 20°C. Há aqui que distinguir o clima **tropical húmido**, com altas temperaturas, grande humidade e pluviosidade média, que se faz sentir desde Cabinda até Ambriz, do clima **tropical moderado**, com pluviosidade inferior à média, que abrange a região que começa um pouco ao norte de Lunda e vai até Moçâmedes.

Na zona planáltica, isto é, acima dos 1000 metros, o clima é **temperado seco**, com temperaturas médias, pouca humidade e grande pluviosidade. Na **estação seca** há, pelo menos, geada e na **estação das chuvas**, com temperaturas que não excedem os 26°, as chuvas são abundantes e, por vezes, torrenciais. É este o tipo de clima que proporciona as melhores condições para a grande maioria das culturas agrícolas e para a ocupação humana.

Nas regiões dos rios Cunene, Cubango e Cuando, nos seus troços médios, faz-se sentir um clima **desértico**, caracterizado por temperaturas muito elevadas, humidade média e fraca pluviosidade.

22

recem nas regiões dos baixos cursos dos rios Luiana, Cuito e Cubango e entre as cidades de Benguela e Sá da Bandeira.

No litoral do distrito de Cabinda e na parte noroeste de ANGOLA, são vulgares os **capinzais**, as **savanas** (com árvores ou arbustos mais ou menos dispersos), as **«chanas»** (planícies) e as **«anharas»** (zonas alagadiças).

Nos estuários dos rios, nos terrenos banhados pela água salgada e sujeitos à acção das marés, encontram-se os **mangais** (conjuntos cerrados de ervas e arbustos), dos quais os mais importantes são os dos rios Chiloango, Zaire e Cuanza.

24

Os meses mais quentes, variáveis de região para região no vasto território angolano, são Outubro, Fevereiro e Março; os meses mais frios são Junho e Julho.

### Vegetação

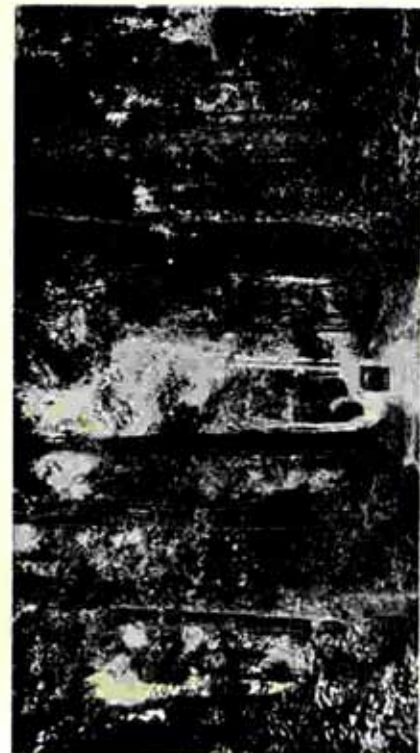
ANGOLA, dada a vasta extensão do seu território, condições de clima, diversidade da natureza do solo, etc., apresenta uma vegetação muito variada.

A **floresta densa** surge nas regiões do **Maiombe** (Cabinda), **Encoge**, **Dembos**, **Cazengo** e **Amboim**. No **Maiombe** a floresta é imponente, com árvores que atingem os 50 e 60 metros de altura e alguns metros de diâmetro, e por vezes apresenta-se mesmo impenetrável. Nas outras regiões referidas, a floresta foi em grande parte desbastada para permitir a plantação de cafezais. Sobressaem, ainda, com manchas importantes de floresta densa, os vales dos rios **Cassai** e **Cuango**. Estas manchas designam-se por «moxitos» e caracterizam-se pelo grande porte das árvores e a estreiteza das áreas cobertas.

Em redor das grandes florestas e nas margens dos rios, em especial no Norte, existem frequentemente **matas** ou **matagais** muito densos.

As **florestas claras** («matas de panda»), constituídas por árvores de copas achatadas que se tocam umas às outras ou deixam pequenos espaços livres entre si, apa-

23



Cabinda, floresta do Maiombe



Reparige: Mucubal

## ASPECTO HUMANO

### População

A população da ANGOLA era, segundo o censo de 1960, de 4 832 677 habitantes, o que representava um aumento de 687 411 habitantes em relação ao censo de 1950.

A população incluía: 169 672 brancos e 53 099 mestiços.

A restante população angolana que, com excepção dos **bosquimanos** e outras reduzidas minorias, pertence à grande família **banto**, distribui-se pelos seguintes grupos linguísticos:

**Grupo Quicongo**, com os povos Vili, Iombe, Caçongo, Oio, Sorongo, Muchicongo, Sosso, Congo (Bacongo), Zambo, Iaca, Suco, Pombo, Guenze, Paca e Goje que vivem nos distritos de Cabinda, Zaire, Uíge e Malange.

**Grupo Quimbundo**, com os povos Ambundo, Luanda, Hungo, Luango, Ntemo, Puna, Dembo (Angage), Jinga

27

(Ngola), Bondo, Bângala, Holo, Cari, Chinje, Minungo, Songo, Bambiê, Quiçama, Libolo, Quibala, Haco e Sendes que vivem nos distritos de Luanda, Cuanza Norte, Malanje, Cuanza Sul e Lunda;

**Grupo Lunda-Quicoço**, com os povos Lunda, Lunda-Lua-Chinde, Lua-Ndembo, Quiçoço, Mataba, Caçongo e Mai que vivem nos distritos da Lunda, Moxico e Cuando Cubango.

**Grupo Umbundo**, com os povos Bieno, Bailundo, Sale, Mbui, Quissanje, Lumbo, Dombê, Hanha, Ganda, Huambo, Sambo, Caconda e Chicuma que vivem nos distritos de Cuanza Sul, Benguela, Huambo e Bié;

**Grupo Ganguela**, com os povos Luimba, Luena, Lovale, Luchasses, Bunda, Ganguela, Ambuela, Ambuela-Mambumba, Engonjeiro, Ngoniolo (Gonzelo), Mbande, Cangala, Iahuma, Luio, Neoia, Camachi, Ndungo, Nhengo, Nhamba e Avico que vivem nos distritos do Bié, Moxico e Cuando Cubango;

**Grupo Nhaneca-Humbe**, com os povos Muila, Gambo, Humbe, Donguena, Hinga, Cuancua, Handa (Mupa), Handa (Quiçungo), Quiçungo, Vahono e Quilengue-Muso que vivem no distrito da Huíla;

**Grupo Ambó**, com os povos Vale, Cafina, Cuanhama, Cuamato, Dombondola e Cuangar que vivem nos distritos da Huíla e de Cuando Cubango;

**Grupo Herero**, com os povos Dimba, Chimba, Chavica, Cunhoca, Cuvale e Cuendelengo que vivem no distrito de Moçâmedes;

28

**Grupo Xindonga**, com os povos Dambondola e Cussu que vivem no distrito de Cuando Cubango.

Os **bosquimanos**, considerados os primitivos habitantes da África Equatorial e Austral, vagueiam em pequenos núcleos no planalto da Huíla, nas margens dos rios Cunene e Cubango. São de pequena estatura — pouco superior à dos pigmeus — e vivem em condições muito particulares. Esquívios, não há muito tempo, em relação a indivíduos que não pertencessem ao seu grupo étnico, têm vindo, ultimamente, a contactar com os restantes agrupamentos humanos.

As zonas mais fortemente povoadas correspondem ao chamado **planalto de Benguela** (distritos do Huambo e de Benguela) e às regiões que ladeiam o médio curso do rio Cuanza (distritos de Luanda, Cuanza Norte e Cuanza Sul), enquanto que as zonas mais fracamente povoadas coincidem com as faixas mais ou menos desérticas dos distritos de Moçâmedes e Cuando-Cubango.

A população branca distribuiu-se, na sua maioria, pelas principais cidades, onde se verificam, aliás, importantes concentrações de nativos. Assim, a maior concentração populacional observa-se em Luanda, onde o número de habitantes recenseados passou de 66 932, em 1940, a 164 340, em 1950, e atingiu 225 035, em 1960.

A sua distribuição verifica-se preferencialmente junto de portos e caminhos de ferro.

29



Molanga, dança da mucuba



Molanga, dança da mucuba



#### Principais centros populacionais

Os mais importantes centros populacionais da Província são os seguintes:

##### — Luanda

Fundada em 1575 por Paulo Dias de Novais, a cidade de S. Paulo de Luanda permanece, desde então, a capital de ANGOLA.

Debruçada sobre o Oceano Atlântico, Luanda dispõe de um porto de grande movimento equipado com o mais moderno apetrechamento. Nela se conjugam harmoniosamente os velhos edifícios, que lhe conferem um carácter único entre as cidades africanas, com os mais modernos bairros e amplas avenidas.

A sua população actualmente regula pelos 500 000 habitantes.

Entre os principais monumentos da capital angolana devem citar-se a Fortaleza de S. Miguel, que já existia em 1638, a Ermida de Nossa Senhora da Nazaré, iniciada em 1644, a Igreja do Carmo, a Fortaleza do Penedo, a Fortaleza de S. Pedro da Barra, a Igreja de Nossa Senhora do Cabo.

Luanda cresceu espectacularmente no decénio 1960/1970.

31

#### Principais centros populacionais

Os mais importantes centros populacionais da Província são os seguintes:

##### — Luanda

Fundada em 1575 por Paulo Dias de Novais, a cidade de S. Paulo de Luanda permanece, desde então, a capital de ANGOLA.

Debruçada sobre o Oceano Atlântico, Luanda dispõe de um porto de grande movimento equipado com o mais moderno apetrechamento. Nela se conjugam harmoniosamente os velhos edifícios, que lhe conferem um carácter único entre as cidades africanas, com os mais modernos bairros e amplas avenidas.

A sua população actualmente regula pelos 500 000 habitantes.

Entre os principais monumentos da capital angolana devem citar-se a Fortaleza de S. Miguel, que já existia em 1638, a Ermida de Nossa Senhora da Nazaré, iniciada em 1644, a Igreja do Carmo, a Fortaleza do Penedo, a Fortaleza de S. Pedro da Barra, a Igreja de Nossa Senhora do Cabo.

Luanda cresceu espectacularmente no decénio 1960/1970.

31



— Lobito

Da fundação relativamente recente, pois só em 1843, por portaria de D. Maria II, foi determinada a mudança da povoação de Benguela para onde hoje se encontra o Lobito, a cidade é uma das mais modernas e progressivas de ANGOLA, em cuja costa se situa, a cerca de 600 km para sul de Luanda.

O porto que a serve é o de maior movimento de toda a Província e um dos mais modernos e bem equipados do Continente Africano ao sul do Equador.

Com uma população que atinge os 50 000 habitantes, o Lobito, com as suas modernas avenidas, as suas praias, piscinas, hotéis e o intenso movimento comercial que ali se verifica, é uma das mais belas cidades angolanas.

— Nova Lisboa

Capital do distrito do Huambo, situada na região planáltica da Província, a cerca de 1700 metros de altitude, Nova Lisboa possui um clima verdadeiramente privilegiado.

De traçado moderno, a cidade ergue-se no centro de uma região de belas paisagens e dispõe de magníficos parques e jardins.

A sua população ultrapassa os 40 000 habitantes.

32

— Sá da Bandeira

Sede de uma das mais ricas regiões de ANGOLA, com uma agricultura muito desenvolvida e uma riqueza pecuária (gado vacum) assinalável, a cidade de Sá da Bandeira, capital do distrito de Huila, tem fáceis comunicações com a costa por intermédio do Caminho de Ferro de Moçâmedes. Este tem a sua origem no porto do mesmo nome, encontra Sá da Bandeira após 248 km e alcança Serpa Pinto depois de atravessar as deslumbrantes e quase assustadoras paisagens da serra da Chela.

Centro de fixação europeia dos mais importantes de ANGOLA, a cidade conta com uma população de 15 000 habitantes.

— Benguela

A capital do distrito de Benguela é dos mais antigos burgos de ANGOLA, tendo sido fundada em 1617 por Manuel Cerveira Pereira.

Centro industrial de relativa importância, a cidade de Benguela, com uma população de 25 000 habitantes, tem vindo a progredir de forma verdadeiramente notável.

— Moçâmedes

A beira do deserto de Moçâmedes, servida por um porto de esplêndidas condições naturais, a

33

cidade de Moçâmedes é um centro piscatório dos mais importantes da província de ANGOLA.

A sua população é de cerca de 8000 habitantes.

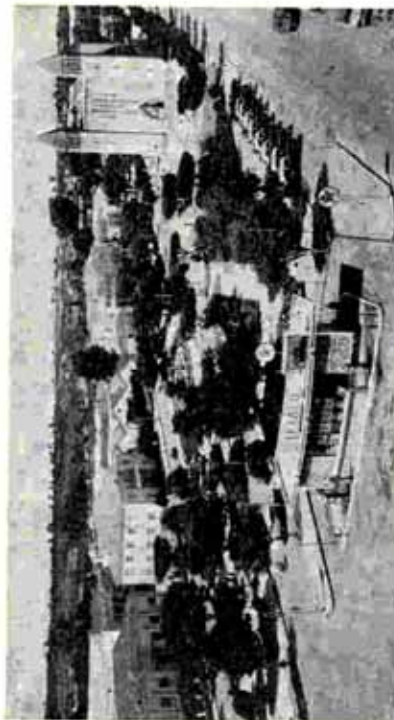
— Carmona

Na coroação do Congo Português, sede do distrito do Ulge, a cidade de Carmona deve grande parte do seu extraordinário desenvolvimento à cultura do café realizada nas matas vizinhas.

A sua população é de 12 000 habitantes.

Além das cidades referidas, são centros populacionais com interesse as cidades de Salazar, Novo Redondo, Malanje, Luso, Silva Porto, Henrique de Carvalho, Cabinda, S. Salvador, Serpa Pinto e Gabela.

34



Sá da Bandeira, aspecto parcial



**Governo e administração**

ANGOLA está representada na Assembleia Nacional e na Câmara Corporativa e tem como órgãos próprios do governo o **Governador-Geral**, o **Conselho Legislativo** e o **Conselho Económico e Social**.

O **Governador-Geral** é em toda a Província o mais alto representante da Nação Portuguesa, sendo assistido no desempenho das suas funções por vários **Secretários Provinciais**, sendo um deles o **Secretário-Geral**.

Ao **Conselho Legislativo** compete fazer as leis (função legislativa) e dar o seu parecer nos casos previstos na lei e sobre os assuntos respeitantes ao governo e administração da Província que para esse fim lhe forem apresentados pelo Ministro do Ultramar ou pelo Governador-Geral (função consultiva).

O **Conselho Económico e Social** tem atribuições consultivas permanentes, sendo obrigatoriamente ouvido sobre todos os casos previstos na lei.

Para fins da administração local, o território da Província divide-se em **concelhos** (ou transitòriamente, em **circunscrições**) que se formam de **freguesias** (ou de **postos administrativos**), e se agrupam em **distritos**. Os distritos têm por autoridade superior o **Governador de Distrito**.

Os 16 distritos da província de ANGOLA, com as respectivas sedes, e os concelhos e circunscrições que formam cada um deles, são actualmente os seguintes:

36

DISTRITO SEDE	CONCELHOS	CIRCUNSCRIÇÕES
CUANZA NORTE Salazar	Cazengo (Salazar) Cambambe (Dondo) Ambaca (Camabateia) Dembos (Quibaxe) Golungo Alto Quiculungo Locala Bula Atumba Bolongongo Banza Samba Cajá	
CUANZA SUL Novo Redondo	Novo Redondo Ambolm (Gabela) Libolo (Calulo) Porto Ambolm Quibala Seles (Vila Nova de Seles) Santa Comba Cassongoc Quilenda Canda Ebo Mutende	
MALANJE Malanje	Malanje Cacuso Daque de Brauanga Nova Gaia Mucari Cangandala Caombo Quela Luquembo	Forte República (Massango) Marimba Montalegre Quirima
LUNDA Henrique de Carvalho	Henrique de Carvalho (Seurimo) Portugália (Chitato) Cambulo Veríssimo Sarmento Dala	Minungo (Cacolo) Caungula (Camaxilo) Nova Chaves (Cassa Sul) Culo Lubalo Capenda Camulamba

37

DISTRITO SEDE	CONCELHOS	CIRCUNSCRIÇÕES
CABINDA Cabinda	Cabinda Cacongo	Buco Zau Belize
ZAIRE S. Salvador	Santo António do Zaire Ambrizete S. Salvador	Nóqui Cuimba Tomboco
UIGE Carmona	Uige (Carmona) Negage Songo Bembe Damba Zombo (Maquela do Zombo) Alto Cauale (Cangola) Dange (Quitexe) Bungo Pombo (Sanza Pombo) Quimbele Puri	Ambuila (Nova Caimpemba) Macocola (Santa Cruz)
LUANDA Luanda *	Icolo e Bengo (Catete) Dande (Caxito) Ambriz Quiçama (Muxima) Nambuanguongo (Vila General Freire) Viana Cacucuo Luanda (*)	

\* Compreende 4 bairros

39

DISTRITO SEDE	CONCELHOS	CIRCUNSCRIÇÕES
BENGUELA Benguela	Benguela Lobito Ganda (Vila Mariano Machado) Balombo (Vila Norton de Matos) Cubal Bocóio (Vila de Sousa Lara) Bala Farta	
HUAMBÓ Nova Lisboa	Huambo (Nova Lisboa) Bailundo (Vila Teixeira da Silva) Caála (Vila Robert Williams) Bela Vista Vila Nova Cuma Logonjo Luimbale Mungo Vila Flor	
BIE Silva Porto	Silva Porto Andulo General Machado (Camapupa) Chinguar Nova Siatra Chitembo Vousta N'Harea Cuemba	



DISTRITO SEDE	CONCELHOS	CIRCUNSCRIÇÕES
MOÇAMÉDES Moçamedes	Moçamedes Vila Arriaga Porto Alexandre	Virei
MOXICO Luso	Mexico Teixeira de Sousa Cameia (Lumege) Camatongue (Buçaco) Lunceno Lêua	Alto Zambeze (Cazombo) Bundas (Vila Gago Coutinho) Luchazes (Cangamba)
HUILA Sã da Bandeira	Lubango (Sã da Bandeira) Chibia (Vila João de Almeida) Quiengues Caconda Ganguelas (Vila Artur de Paiva) Quipungo (Vila Paiva Coutinho) Humpata Capelongo (Vila de Natal) Caluquembe Chipindo Jamba	Gambos (Chiange)
CUANGO CUBANGO Sarpa Pinto	Sarpa Pinto Cuchi	Cuito Canavale Rivungo Mavinga Dirico Cuangar
CUNENE Pereira de Eça	Cuamato (Vila Roçadas) Cuanhama (Pereira de Eça)	Curoca (Oncoéua) Covelai

Para efeito de administração de justiça a Província está dividida em 13 comarcas: Benguela, Bié, Cabinda, Uíge, Cuanza, Huíla, Lobito, Luanda, Malange, Moçamedes, Moxico, Nova Lisboa e Novo Redondo, as quais juntamente com a comarca de S. Tomé, constituem o distrito judicial de Luanda.

#### Resumo histórico

A chegada de **Diogo Cão** à foz do rio Zaire, em 1482, marca o início dos contactos dos Portugueses com Angola.

Gradualmente, os Portugueses foram captando as populações locais e efectuando a ocupação do território por meio de uma colonização a princípio representada, exclusivamente, por missionários católicos e comerciantes.

A primeira empresa de penetração pacífica foi a de **Rui de Sousa**, que partiu de Lisboa em 1490. Reinava no Congo, nessa época, D. João que os Portugueses haviam baptizado e que muito facilitou o início da nossa tarefa de cristianização e comércio.

**Paulo Dias de Novais**, primeiro Governador-Geral de ANGOLA (1574-1589), desenvolveu intensa actividade que se traduziu por uma ocupação de carácter acentuadamente militar.

41

De 1589 a 1639, ocupam os Portugueses, entre outras terras, Cambambe e Benguela, primeiro sob a direcção de **Corveira Pereira** e depois de **Lopo Soares Lopo**.

De 1641 a 1648, em consequência do nosso enfraquecimento devido à dominação filipina, estivemos a braços com a reocupação de ANGOLA, donde os Holandeses nos quiseram desalojar.

Libertada a Província, em 1648, por **Salvador Correia de Sá e Benevides** com uma armada preparada no Brazil, os acontecimentos de maior vulto resumiram-se às operações militares que tivemos que empreender para reafirmação do nosso prestígio junto das populações, prestígio seriamente abalado pela acção dos Holandeses. Nesse período, merece uma citação especial **Luís Lopes Sequeira**, mestiço angolano que o Governador **Francisco de Távora** nomeou para o alto cargo de Capitão-Mor de Campo do Reino de Angola.

Com **Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho**, no governo da Província entre 1764 e 1772, surgiu, finalmente, um propósito planificado de povoamento e consequente exploração agrícola. Promove a criação de algumas vilas, fomenta a agricultura e, sobretudo, pôs ordem em todos os aspectos da administração pública.

Muitos anos decorreram sem que se verificassem esforços susceptíveis de prosseguir a política de povoamento iniciada por Sousa Coutinho. Entretanto, o território metropolitano sofreu as invasões francesas e entrou-se no período agitado do liberalismo.

A independência do Brasil, em 1822, viria a ajudar o

42

efectivo povoamento do Sul da Província. Com efeito, alguns anos depois, um grupo de colonos, à frente dos quais se encontrava **Bernardino Freire**, resolveu trocar Pernambuco por Moçamedes, logo se entregando à exploração agrícola. Deste grupo viriam a sair os primeiros verdadeiros povoadores europeus do planalto da Huíla.

Em 1859, dez anos passados sobre aquela arrancada, existiam em Moçamedes cerca de uma centena de propriedades rústicas, alguns engenhos de açúcar, criações de gado, etc. Por essa altura, fixaram-se também no Sul os primeiros pescadores algarvios.

Um ano antes, chegara a Moçamedes um contingente de militares-colonos destinado ao povoamento da Huíla.

E ainda, nesta época e posteriormente que se realizam as grandes explorações de **Rodrigues Graça**, **Brochado**, **Silva Porto**, **Fernando Leal**, **Anchieta**, **Capelo** e **Ivens**, **Sarpa Pinto** e **Henrique do Carvalho**.

Resumindo, pode afirmar-se que até fins do século XIX apenas os Portugueses se vinham interessando pelas colónias africanas, ali vivendo e morrendo como em terra que os visse nascer, marcando uma presença que não se impunha pela força mas por sacrifícios de toda a ordem ao longo de centenas de anos.

Por essa altura, dá-se a chamada corrida à África. As potências europeias, com a força que o dinheiro e o potencial militar proporcionam, começam a olhar ambiciosamente para o Continente Africano...

Realiza-se a Conferência de Berlim de 1885 e logo

43



se «força» o princípio internacional que fixa a ocupação efectiva como condição indispensável para se poderem ter direitos de soberania sobre territórios então chamados colónias. Embora o Governo Português se apressasse a garantir uma ocupação que datava de séculos, certo é que o nosso património foi sendo desapossado de vastas regiões em relação às quais até aí nunca tinham sido postos em dúvida os seus direitos. Ao norte do rio Zaire a nossa influência efectiva fica reduzida ao distrito de Cabinda.

Não ficaria por aqui a cobiça estranha...

**Paiva Couceiro, João de Almeida** e outros gloriosos militares pacificam, a partir de 1906, regiões que se mostravam rebeldes e organizam uma administração civilizada e justa.

Com o governo de **Paiva Couceiro (1907-1909)** verifica-se um período de desenvolvimento nunca antes atingido e os problemas do povoamento são encarados como se impunha.

Após a guerra mundial de 1914-1918, na qual entramos para defender a nossa posição no Ultramar, surgem em ANGOLA os governos esclarecidos de **Norton de Matos** e de **Vicente Ferreira**, durante os quais a Província conhece um extraordinário desenvolvimento em todos os sectores.

A guerra mundial de 1939-1945 vem dificultar o progresso da Província que, porém, atinge um nível notável nos fins de 1960, quando novas e ameaçadoras núvens internacionais começaram a ensombrar o sossego do nosso labor em terra de Além-Mar.

44

(FNLA), resultante da fusão da «União das Populações de Angola» (UPA) com o «Partido Democrático Angolano» (PDA), e

— o «Movimento Popular de Libertação de Angola» (MPLA).

A FNLA, dirigida por Holden Roberto, um estrangeiro de formação protestante dos **bacongós** do Norte de ANGOLA, tem sido financiada por centrais protestantes e por algumas fundações estrangeiras ligadas a grandes interesses industriais.

O MPLA, chefiado por Agostinho Neto, um angolano formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, tem feição comunista e no comunismo internacional tem encontrado a maior parte das suas ajudas.

Na madrugada de 15 de Março de 1961, a maioria das fazendas e povoações isoladas da faixa NO do território angolano, a norte de Luanda, viram-se atacadas e saqueadas de surpresa, tendo os seus habitantes — brancos, pretos e mestiços — sido assassinados em manifestações da mais primitiva selvajaria. Os bandos terroristas, ao serviço da UPA, eram conduzidos por «especialistas» estrangeiros preparados em escolas de subversão comunistas.

Infelizmente, os efectivos militares então existentes na Província eram em número muito reduzido para permitir fazer face às acções daqueles bandos, de forma

46

A confusão e a violência alastraram por quase todo o Continente Africano logo após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Em busca de uma **independência**, que, na maioria dos casos, não podia servir os seus próprios interesses, os povos africanos tornaram-se presa demasiado fácil para a rede de subversão preparada, desde há muito tempo atrás. E, surpreendentemente, surgiram em apoio do plano comunista soviético-chinês nações cuja cobiça tudo mais fez esquecer...

As províncias ultramarinas portuguesas não podiam deixar de sentir as funestas influências do ambiente que as rodeava. Aliás, nesta tarefa se empenharam encarniçadamente os verdadeiros responsáveis pela subversão africana, fomentando a criação, nos novos Estados nossos vizinhos, de **movimentos** ou **partidos** chamados «municipalistas» ou «de independências».

No Congo (Kinshasa), Congo ex-Belga, à data da sua independência, havia uma grande colónia de nativos do Norte de ANGOLA e seus descendentes, gente que se deixou arrastar pela confusão política reinante naquele território, pretendendo infiltrá-la na nossa Província. Assim, a exemplo do que viam fazer os congolenses, passaram a organizar «partidos», cada um com a sua feição tribal. Em 1961, já ali existia uma vintena daqueles «partidos»...

Actualmente, os dois principais partidos clandestinos que actuam em ANGOLA são:

— a «Frente Nacional de Libertação de Angola»

45

a garantir a segurança das populações indefesas numa área aproximadamente igual a quatro vezes Portugal Continental. No entanto, foi principalmente graças ao seu espírito de sacrifício e, ainda das milícias civis então constituídas que os terroristas não obtiveram maiores êxitos iniciais e não conseguiram alargar a sublevação aos principais centros urbanos, em especial à capital.

Logo em Abril, começaram a desembarcar em Luanda, em ritmo acelerado, contingentes militares provenientes da Metrópole para reforço da guarnição normal da Província. Procuraram, então, os Comandos responsáveis mediante um planeamento criterioso, desenvolver determinadas acções militares com a finalidade de conter a sublevação e manter a lei e a ordem nos principais centros populacionais, limpar itinerários mais importantes e libertar as pequenas povoações e fazendas ainda cercadas pelos bandos da UPA. Assim se procedeu à reocupação e libertação de Zala, Nambuanguongo, Qui Pedro, Quixico, Quicabo, Balacende, Quissacala, Beira Baixa, Mucaba, Dange, Vista Alegre, Aldeia Viçosa, Quitexe e tantas outras povoações.

Entretanto, continuavam a desembarcar em Luanda mais reforços militares e, pouco a pouco, os principais itinerários foram limpos, desapareceram as ameaças de ataque às povoações e procedeu-se à reocupação de todos os postos administrativos, tendo as forças militares sido distribuídas segundo um dispositivo de ocupação efectiva que abrangia toda a zona afectada pela subversão.

47



Para a destruição dos núcleos terroristas — que com a organização do «Exército da Libertação Nacional de Angola» (ELNA) trocaram as catanas e os «canhangulos», o seu armamento primitivo, por armamento moderno proveniente, em especial, dos países comunistas — os nossos Soldados começaram a percorrer as matas, numa perseguição sem tréguas a um inimigo que «bate e foge», tirando toda a vantagem possível de um terreno que ele conhece como ninguém. Sobre o que tem sido, a este respeito a acção das nossas tropas, escreve um Comandante de Unidade que serviu no Norte de ANGOLA: «Até ontem, quando se falava de Portugal, narravam-se feitos dos tempos antigos. Hoje, para falar de Portugal, basta falar dos meus Soldados.»

Para além de uma actividade operacional permanente, os nossos Soldados têm vindo a continuar, em ANGOLA, toda aquela capacidade de adaptação às *novas gentes*, característica do nosso Povo. E sabemos bem como importante é esta capacidade na guerra que vivemos!

Assim, assumem excepcional relevo os resultados já alcançados na recuperação das populações nativas, que os atentados de Março de 1961 levaram a atravessar a fronteira ou a refugiar-se em matas de difícil acesso, através de uma acção psicológica e social que inclui, entre outros, os seguintes aspectos:

- **Educacional**, com a criação de escolas de ensino primário, que funcionam junto das Unidades ou que são itinerantes, deslocando-se o professor militar às sanzalas mais afastadas, e de escolas especiais

48



de artes e ofícios, onde os nativos, especialmente os mais novos, podem aprender diversas profissões;

- **Médico e sanitário**, com a colocação à disposição das populações dos médicos e enfermeiros militares, que despendem uma boa parte do seu tempo a atenderem os nativos e a difundirem entre eles procedimentos de higiene e de profilaxia;

No último trimestre de 1970 a Assistência Sanitária concretizou-se em 156 085 consultas e tratamentos, 63 953 pequenos curativos, 55 928 injeções e 561 evacuações.

Embora o MPLA por várias vezes tenha afirmado que os seus grupos armados (accionados pelo seu «Exército Popular de Libertação de Angola» — EPLA) actuam no Norte de ANGOLA, parece certo que essa acção só a partir de 1964 se verificou e apenas no distrito de Cabinda. Quanto a actividade diplomática internacional, o MPLA — apesar da formação de um «Governo da República de Angola no Exílio» (GRAE) pela FNLA, «governo» que chegou a ser reconhecido por numerosos países africanos — parece levar certa vantagem.

49

#### Saúde e instrução pública

Depois do Congresso de Medicina Tropical que em 1923 se realizou em Luanda e tamanha repercussão teve nos meios científicos internacionais, as campanhas posteriormente organizadas de Assistência Médica aos Indígenas e de Combate à Doença do Sono e a de Prevenção e de Luta contra a Peste Bubónica e Outras Epidemias ganharam, pela sua oportunidade, utilidade e alto espírito científico, justo renome naqueles meios e acham-se assinaladas nos anais da medicina tropical.

Recentemente o Dr. Krappmann, que em 1963 percorreu ANGOLA representando a Associação Académica de Bona, escreveu, referindo-se à assistência médica no território, «que na província há um médico para 13 000 habitantes, ao passo que no Tanganica há um para 19 000, nos Camarões para 25 000, na Serra Leoa para 66 000 e na Etiópia para 105 000».

Os êxitos verificados em ANGOLA na luta contra a varíola, a doença do sono, a lepra e a mortalidade infantil têm sido elogiados pela Organização Mundial de Saúde.

Além de 3 hospitais centrais, 13 hospitais regionais e 62 hospitais particulares, existiam em território angolano os seguintes estabelecimentos destinados a tratamento e internamento de doentes: 67 centros de saúde, 8 dispensários de puericultura, 6 dispensários antituberculosos, 1 manicómio, 35 maternidades, 7 gafarias, 169 estabelecimentos de saúde com internamento e 254 sem internamento.

Actualmente existem 162 hospitais, 802 postos sani-

53



tários, 271 dispensários, 106 delegações de saúde, 25 maternidades, 21 leprosanios, etc. — com a média de 1 cama para cada 843 habitantes.

A população escolar de ANGOLA vêm crescendo em ritmo notável. Assim, por exemplo, no ensino primário o número de alunos matriculados duplicou entre 1958 e 1962. Neste ensino, muito têm contribuído as escolas militares para uma melhor cobertura do extenso território. Existem 4800 estabelecimentos de ensino primário, 14 000 professores e 470 000 alunos.

No ciclo preparatório o número de estabelecimentos é de 98, sendo o de professores 1195 e o de alunos 24 002.

O ensino liceal é ministrado em cerca de 13 estabelecimentos e conta com 10 893 alunos e 338 professores. O ensino técnico é ministrado em 25 estabelecimentos.

O ensino médio inclui, além da Escola de Regantes Agrícolas do Tchivinguito, os Institutos Comerciais e Industriais de Luanda, Nova Lisboa e Sá da Bandeira, o Instituto de Educação e Serviço Social e as Escolas de Magistério Primário de Luanda, Sá da Bandeira e Silva Porto.

Quanto ao ensino superior, além dos Seminários Maiores, mais antigos, começaram a funcionar no ano lectivo de 1963-1964 os estabelecimentos de ensino integrados nos Estudos Gerais Universitários que compreendem os cursos de Engenharia, Medicina, Agronomia e Silvicultura, Veterinária, Ciências Pedagógicas, Biologia, Geologia.

54

## Religiões

Entre os brancos, mestiços e negros mais evoluídos, a religião predominante é a católica, seguida da protestante, com cerca de 1/3 do efectivo dos católicos.

Apesar do esforço missionário desenvolvido, a grande maioria da população negra é animista, assinalando-se o aparecimento de diversos movimentos associativos que, explorando a tendência dos negros para o misticismo, constituem de certo modo um perigo para a unidade nacional.

A organização católica da Província compreende a Arquidiocese de Luanda e as Dioceses de Malanje, Nova Lisboa, Silva Porto, Sá da Bandeira, Luso e Carmona.

## Imprensa e Rádio

A Imprensa representa-se por uma trintena de publicações, das quais duas são científicas e uma literária, uma recreativa, instrutiva e educativa, duas religiosas, três desportivas e treze informativas.

Publicam-se na capital quatro diários, dois matutinos e dois vespertinos, e três revistas semanais. Em ANGOLA existem 20 estações de radiodifusão e 36 postos.

55

## ASPECTO ECONÓMICO

### Agricultura e florestas

É ao arroteamento do seu solo que ANGOLA vai buscar a maior quantidade das riquezas que consome e exporta (mais de metade da sua exportação total é constituída por recursos de origem vegetal).

As companhias de exploração agrícola, utilizando processos mecanizados e industrializados, dedicam-se à cultura do café (ANGOLA é o 3.º produtor mundial, à frente de todos os produtores africanos), algodão, açúcar e sisal. As grandes regiões do café situam-se, em especial, no Maiombe, Uíge, Golungo-Alto, Gazengo, Amboim e Novo Redondo.

O agricultor europeu pratica uma agricultura semelhante à da Metrópole. Possui pequenas fazendas junto do litoral onde cultiva algodão e tabaco; na zona de transição dedica-se à cultura do café; na região planáltica cultiva, principalmente, o trigo, milho e café.

57



Os nativos cultivam, em geral, o **milho**, o **feijão** e a **mandioca**, que constituem a base da sua alimentação e, em menor quantidade, o **algodão**, o **tabaco** e a **batata-doce**.

A exploração florestal tem o seu principal centro no distrito de **Cabinda**, onde constitui a mais importante actividade económica, mas as florestas dos **Dembos**, **Golungo-Alto**, **Encoge**, **Nambuagongo**, **Zaire**, **Moxico**, etc., são também notáveis. Na realidade, a produção total de madeira em ANGOLA está ainda muito abaixo das suas possibilidades efectivas.

#### Pecuária e pesca

As possibilidades pecuárias de ANGOLA são vastas, dadas as condições favoráveis de algumas das suas regiões e o domínio das doenças e parasitas que afligem os gados, graças a uma conveniente cobertura técnico-sanitária do território.

Bovinos, caprinos, ovinos, suínos, equídeos, muares, asininos e camelídeos constituem as espécies de gado existentes na Província. Com vista a um desenvolvimento pecuário equilibrado, os animais vão sendo tratados e seleccionados convenientemente.

Em 1963, verificava-se a existência de cerca de 2 000 000 de cabeças, sendo mais de metade bovinos, 500 000 caprinos, 300 000 suínos, 100 000 ovinos, além de outras espécies.

58

dos **diamantes** (minas da região da Lunda), têm um lugar de relevo o **petróleo** (campos na região de Luanda), e o **ferro** (principais jazigos em M'Bassa, Saia, Quiála, Cuíma e Cassinga).

Devem ainda mencionar-se os **betuminosos** (Libongos, Undai, Husso e Husso Norte), o **cobre** (Mavoio), o **ouro** (Macende e Cuengué), o **caulino** e o **quartzito** (Miquelo) e o **feldspato** (Miquelo, Hussoca e Saca), cujas produções atingem, já hoje, valores apreciáveis.

A exploração da maioria destes recursos, perante os investimentos conseguidos e os estudos já realizados, atravessa uma fase de evidente progresso.

#### Energia eléctrica

Calcula-se que as disponibilidades dos rios angolanos, em energia hidroeléctrica, representa 1/20 dos recursos de todos os rios do Continente Africano — o rio **Cuanza**, só por si, proporciona 1/3 das disponibilidades de toda a rede hidrográfica da Província.

Os principais aproveitamentos hidroeléctricos correspondem, actualmente, às seguintes barragens:

— **Mabubas** (no rio Dande), que abastece de energia eléctrica a capital;

— **Matala** (no rio Cunene), que abastece Sá da Bandeira e Moçâmedes e permite a exploração agrícola do médio curso do Cunene e as regas dos terrenos de Matala-Capelongo;

60

Quase metade de todo o gado concentra-se no distrito de **Huíla** e cerca de um quarto no distrito de **Benguela**.

A produção pecuária ocupa um lugar importante no quadro da economia angolana, que provém dos valores correspondentes não só ao abastecimento local em carnes e produtos de origem animal (lacticínios e salsicharia), como também à exportação de carnes frescas, animais vivos, couros e lãs.

Na costa angolana a corrente fria de Benguela, encontrando as águas quentes das correntes equatoriais, cria uma zona marítima altamente rica em peixe, especialmente em espécies úteis, tais como o atum, o cachucho, o carapau, a cavala, a charro, a corvina, a sardinha, o peixe-espada, etc.

E, assim, é de admitir que a pesca tenha aí sido praticada desde sempre pela população do litoral, mas a indústria dos seus derivados é de criação relativamente recente.

São numerosos os portos e localidades de pesca distribuídos por cada uma das capitânias de Santo António do Zaire, Luanda, Lobito e Moçâmedes. De uma maneira geral, porém, podem considerar-se três núcleos de pesca, centrados, por ordem crescente de importância, em Luanda, Moçâmedes e Benguela.

#### Recursos de origem mineral

A riqueza do subsolo angolano constitui uma encorajadora promessa para a economia da Província. Além

59

— **Cambambe** (no médio curso do rio Cuanza) que entrou em funcionamento em 1962 e se destina a abastecer todo o Sul de ANGOLA. Para junto de Cambambe, que constitui um dos maiores aproveitamentos do Continente Africano ao sul do Saara, estão projectados, ou a instalar-se, os sectores industriais do alumínio, electrossiderurgia, vidro, adubos, etc. Além disso, Cambambe possibilitará a beneficiação de mais de 80 milhares de hectares de terra de cultura;

— **Biópio** (no rio Catumbela), que abastece a região de Lobito-Benguela.

— **Lomaum** (no curso médio do rio Catumbela), integrado na mesma rede que abastece a zona central da Província, do Lobito a Nova Lisboa.

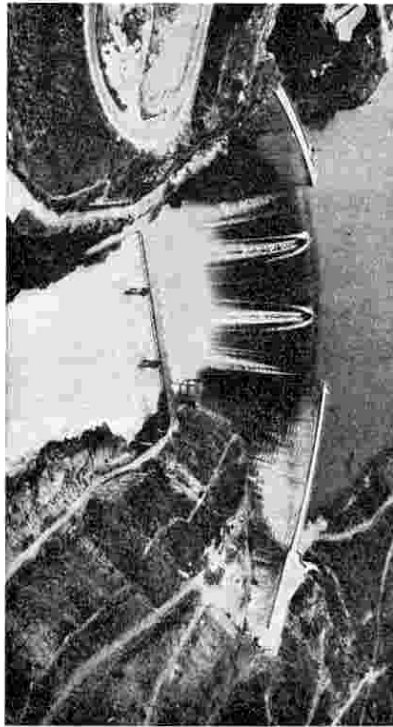
Além de 42 centrais hidráulicas, havia em ANGOLA, em 1963, 779 centrais térmicas.

Em 1969 foram dispendidos 68 664 milhares de escudos com a energia eléctrica.

61



Barragem de Cambanhe



de 1444 km, em relação a 1962), e terraplenados 1250 km. Actualmente Angola possui cerca de cinco mil quilómetros de estradas asfaltadas e modernas, das quais perto de 1800 construídos entre 1968 e 1970. Além destas estradas, a rede provincial inclui mais cerca de 15 000 km de estradas a cargo das autoridades administrativas. No entanto, nem todas se podem considerar boas estradas, sendo muitos intransitáveis em determinadas épocas de grandes chuvas.

As carreiras de camionagem cobriam, também em 1964, 18 750 km, movimentando elevado número de passageiros e grande tonalagem de toda a espécie de carga. Actualmente mais de 600 km de estradas são rasgadas, em média, por ano. No ano corrente as previsões subiram para os 800 km.

#### Caminhos de ferro

A rede ferroviária angolana (cerca de 3300 km) compreende três linhas principais, que atravessam a Província no sentido O - E, e duas linhas locais.

As três linhas principais correspondem aos:

- **Caminho de Ferro de Luanda**, ligando Luanda a Malanje (427 km) e abrangendo os ramais do Dondo (55 km) e do Golungo Alto (31 km). Estão já em curso os trabalhos para levar esta linha até Cas-sange, para além de Malanje, e para a construção do ramal do Congo, partindo de Luanda;

64

#### Vias de comunicação

##### Estradas

O traçado rodoviário da ANGOLA tem como base duas vias longitudinais, no sentido N - S, de longo trajecto:

— Santo António do Zaire - Ambriz - Luanda - Novo Redondo - Lobito - Benguela - Lobito - Sá da Bandeira - Pereira de Eça - Namacunde.

— Maquela do Zombo - Nagage - Malange - Mussen-de-Teixeira da Silva - Nova Lisboa - Artur de Paiva - Pereira de Eça - Namacunde.

e três vias transversais O - E:

— Luanda - Salazar - Malanje - Henrique de Carvalho - Cassai.

— Lobito - Nova Lisboa - Silva Porto - Luso - Teixeira de Sousa.

— Moçâmedes - Sá da Bandeira - Capelongo - Artur de Paiva - Cuchi - Serpa Pinto - Cuito Cuanavale - Mavinga - N'Riquinha - Santa Cruz - Luiana.

Dos 22 530 km de estradas a cargo da Junta Autónoma das Estradas, em 1964, estavam pavimentados 2028 km (um aumento de 585 km, em relação a 1963, e

63

— **Caminho de Ferro de Benguela**, partindo do Lobito para alcançar a fronteira leste (1348 km) e incluindo o ramal do Cuíma. Esta linha, independentemente da sua contribuição para o fomento das regiões angolanas que atravessa e de estabelecer a ligação por terra com Moçambique, foi projectada tendo em conta a grande produção mineira (cobre) do Catanga (uma das províncias do Congo ex-Belga). É propriedade da Companhia do Caminho de Ferro de Benguela.

— **Caminho de Ferro de Moçâmedes**, ligando Moçâmedes a Serpa Pinto (736 km) e incluindo o ramal para a Chibia e Chiange (124 km). Projecta-se levar esta linha até à fronteira leste.

As duas linhas locais, ambas propriedade de empresas particulares, correspondem ao **Caminho de Ferro do Amboim**, que liga Porto Amboim à Gabela (123 km), e à **linha do Cuio**, que vai do Cuio ao Dombe Grande e a Luacho (28 km).

#### Ligações marítimas e fluviais

O território da ANGOLA é servido por grande número de portos de mar. Os principais são os de Lobito, Luanda e Moçâmedes. Muito importantes são ainda os de Lândana e Cabinda, em Cabinda, e os de Santo António do Zaire, Ambrizate, Ambriz, Novo Redondo, Benguela, Porto Alexandra e Baía dos Tigres (conside-

65



rado, pelas suas excelentes condições naturais, como o porto de maiores possibilidades de toda a África Ocidental). Entre os portos de cabotagem, permitindo, aliás, a navegação de longo curso, destacam-se os de Nôqui, Cuio, Lucira, Baía Farta, Baía dos Elefantes, Esquimina, Luvo e Binga.

**Lobito** — É considerado o primeiro porto da costa ocidental africana. Os seus cais, com um comprimento que se avizinha já dos 1200 metros, permitem a atracação simultânea de oito navios de grande calado. O apetrechamento mecânico e as instalações de carregamento e de armazenagem são do tipo mais moderno.

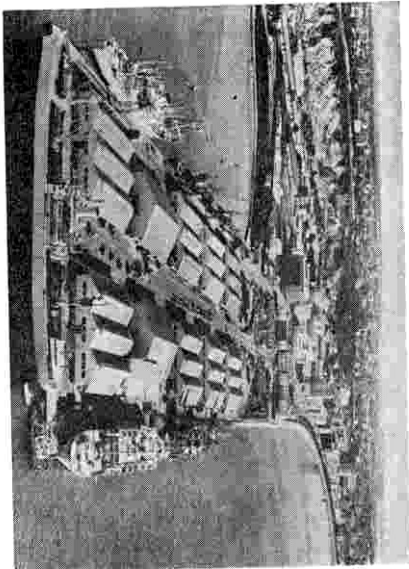
O porto de Lobito, testa do Caminho de Ferro de Benguela, assume hoje uma importância excepcional no desenvolvimento da zona central de ANGOLA, sobretudo justificada devido ao transporte de produtos agrícolas, industriais, pecuários e de minério de ferro das minas de Cuíma.

**Luanda** — É um porto de fácil acesso, com condições naturais excelentes, abrigado, de bons fundeadouros. Os seus cais, num total de cerca de 950 metros, permitem a atracação simultânea de cinco navios de grande calado e mais dois de pequeno calado. A aparelhagem mecânica, destinada a operações de carga e descarga, corresponde perfeitamente à função e extensão dos seus magníficos armazéns.

A importância do porto de Luanda é extraordinária, dado o grau de desenvolvimento para que o caminho de

66

Instalações portuárias de Luanda



ferro que dele parte concorreu, servindo as regiões de café, algodão, madeiras, oleaginosas e cereais por ela atravessadas.

**Moçâmedes** — As excelentes condições geográficas e naturais da baía de Moçâmedes estão já convenientemente aproveitadas com as actuais instalações portuárias. Do seu equipamento merecem especial referência o bloco de câmaras frigoríficas, exigido por uma activa exportação de carnes para os mercados vizinhos e para a Metrópole, e o moderno apetrechamento de carga de minério (minas de ferro de Cassinga), que eleva Moçâmedes à escala de um dos melhores portos mineiros do Mundo e o primeiro do Continente Africano.

Em qualquer dos três portos referidos, estão em curso ou projectadas obras de valorização.

A rede fluvial navegável completa a acção das vias rodoviária e ferroviária. Compreende 8 000 km, dos quais 6 000 são interiores e 2 000 com saída para o mar.

Muito embora se contem por duas ou três as carreiras já organizadas nos rios angolanos (Cubango, Cuanza e Chiloango), o problema do transporte fluvial merece referência pelas enormes possibilidades que encerra. Assinala-se o possível aproveitamento do Cunene (entre Mulondo e Naulilla), do Cuando, do sistema Lungué-Bungo-Zambaza, do Cuanza (em troços não aproveitados), do Dande e do Cuango.

67

#### Ligações aéreas

Além do aeroporto internacional de Luanda — Aeroporto Craveiro Lopes —, onde podem operar os mais potentes aviões a jacto, ANGOLA dispõe de grande número de aeródromos utilizados nas carreiras internas a cargo da D. T. A. (Divisão dos Transportes Aéreos de Angola): Ambriz, Ambrizete, Baía dos Tigres, Benguela, Carmona, Cela, Damba, Forte Roçadas, Gabela, Henrique de Carvalho, Lobito, Luso, Malanje, Maquela do Zombo, Moçâmedes, Nova Lisboa, Novo Redondo, Pereira de Eça, Porto Amboim, Portugália, Sá da Bandeira, Salazar, Santo António do Zaire, Serpa Pinto, Silva Porto, S. Salvador do Congo, Toto, etc. Destes aeródromos, o do Luso e o de Nova Lisboa são de categoria internacional.

Praticamente por todo o território existem pistas de recurso que permitem a aterragem e descolagem dos aviões ligeiros que fazem o serviço de táxis-aéreos.

Os T. A. P. (Transportes Aéreos Portugueses) garantem a ligação com a Metrópole e com Moçambique; a D. T. A., por seu turno, mantém a ligação com S. Tomé e a carreira internacional de Windhoek (Sudoeste Africano).

#### Indústria

A indústria mineira, fundamentalmente baseada na simples **extracção** dos minérios (**indústria extractiva**),

69



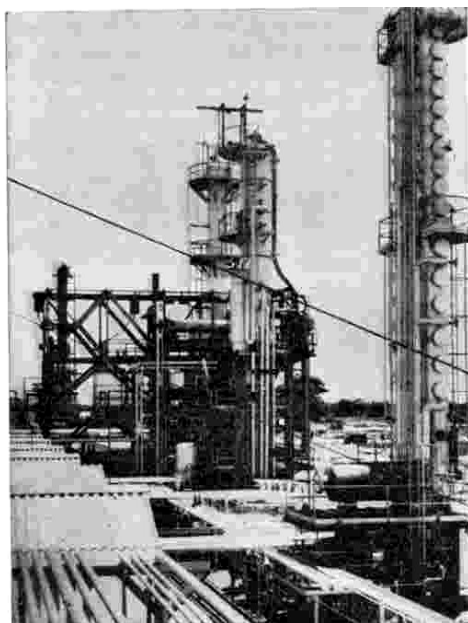
ocupa um lugar muito importante na economia angolana. Além dos **diamantes** (648 mil contos em 1963), há que referir o **petróleo** (321 mil contos), não apenas pela importância da sua actual produção mas ainda pelas possibilidades de aumento que são de prever, o **ferro** (23 mil contos) e, já com produções de valor bastante inferior às anteriormente apontadas, os **betuminosos**, o **cobre**, o **ouro**, o **manganés**, o **caulino**, o **quartzo** e o **feldspato**.

Ainda no âmbito das **indústrias extractivas**, assinala-se a produção de **sal**.

No que se refere às **indústrias transformadoras**, verifica-se que é já bastante extensa a lista das unidades industriais instaladas em território angolano. Entre outras, figuram aquelas que se destinam à produção de **conservas de carne**, **banha**, **lacticínios**, **peixe seco ou conservado**, **farinha de trigo**, **arroz descascado**, **massas alimentícias**, **bolachas e biscoitos**, **açúcar**, **óleos de amendoim e de gergelim**, **margarina**, **farinha de peixe**, **cerveja**, **refrigerantes**, **águas minerais**, **tabaco**, **algodão descaroçado**, **fiação e tecelagem**, **contraplacados**, **pasta de papel**, **artigos de borracha e de plástico**, **álcool industrial**, **pólvoras e explosivos**, **óleo de peixe e de coconote**, **tintas preparadas**, **sabão**, **vidro**, **cimento**, **pregos**, **artigos de alumínio** e **condutores eléctricos**.

Vencida uma ligeira retracção provocada pelos acontecimentos de 1961, o desenvolvimento industrial de ANGOLA, assente na extraordinária riqueza dos seus recursos naturais, tem vindo a realizar-se em ritmo impressionantemente acelerado. Segundo os Serviços de Economia de Angola, «a indústria parece querer tomar

70



Refinaria de petróleo, em Luanda

novos rumos em Angola, estando a sofrer um incremento que não se sabe para que optimistas realizações nos pode levar». É frequente a inauguração de novas instalações fabris e muitas outras estão previstas para breve, contando-se, a curto prazo, com realizações de grande vulto, que a Administração e o Governo procurarão incentivar.

71

#### Comércio

A balança comercial de ANGOLA tem acusado nos últimos anos saldos positivos elevados (da ordem dos 520 mil contos em 1963).

Nos valores da **importação** é de salientar o valor progressivo das aquisições de equipamento industrial, provenientes na sua maioria do estrangeiro, em especial do Reino Unido, Estados Unidos da América e Alemanha Ocidental. Os artigos de consumo (por exemplo, vinhos, azeite, bacalhão, leite, frutas, tecidos, calçado e vestuário) são importados, na sua quase totalidade, da Metrópole.

A **exportação** angolana tem consistido principalmente em carne de gado bovino (fresca, refrigerada ou congelada), peixe (fresco, refrigerado, congelado, salgado, em salmoura, seco ou fumado), feijão, café em grão, milho, arroz, farinhas de milho e mandioca, algodão, amendoim, coconote, gergelim, óleos e gorduras de peixe e de origem vegetal, conservas de peixe, açúcar, cacau, tabaco, sal, cimentos, minérios de ferro e de manganés, petróleo em bruto, peles, madeira, sisal, diamantes e cobre. Entre os produtos cuja exportação atinge maior valor, contam-se o **café em grão**, os **diamantes**, o **sisal**, o **minério de ferro**, o **petróleo**, o **milho**, a **madeira** e a **farinha de peixe**.

Os principais compradores dos produtos angolanos são, além da Metrópole, os Estados Unidos da América, Reino Unido, Holanda e Alemanha Ocidental.

73



## LEGISLAÇÃO MILITAR

### VENCIMENTOS NORMAIS DIÁRIOS E GRATIFICAÇÕES DAS PRAÇAS ORIUNDAS DA METRÓPOLE DESTACADAS OU EM MISSÃO NO ULTRAMAR

#### Vencimentos diários

São constituídos pelo vencimento-base, aumento de pré pela readmissão, vencimento complementar e alimentação em quantitativos fixados anualmente em portaria pelo Ministro da Defesa Nacional. O quantitativo do vencimento complementar depende da província ultramarina para onde a praça é destinada.

#### Gratificações de especialidades

Estas gratificações só podem ser abonadas, pelo desempenho efectivo da função, às praças que já tenham a especialidade averbada. Porém, quando as praças desempenhem especialidades para as quais possuam na

77

vida civil as habilitações necessárias, embora não estejam averbadas nos seus documentos militares, poderão ser abonadas da gratificação de especialidade correspondente.

#### Gratificação de isolamento

Poderá ser atribuída aos militares que prestam serviço permanente em determinadas regiões da Guiné, Angola, Moçambique, Timor e na ilha do Sal, em Cabo Verde.

#### Vencimento de campanha

Além dos vencimentos normais, é atribuída aos militares que nas províncias ultramarinas façam parte de forças com a missão de estabelecer a ordem nas zonas onde a acção terrorista ponha em perigo as condições normais de existência da população, um abono de subvenção de campanha.

#### Impossibilidade de acumulação das gratificações

As gratificações de especialidades não são acumuláveis entre si, prevalecendo a maior no caso de acumulação de funções.

#### Elemento de consulta

II Caderno do Soldado (Folheto da 1.ª Rep/EME).

78

#### PENSÃO DE FAMÍLIA

##### Quem pode estabelecer a pensão

Todo o militar nomeado para serviço no Ultramar e por conta do seu vencimento.

##### Quem pode receber a pensão

Pessoa ou pessoas de família, ou outra devidamente habilitada para o efeito.

##### Quantitativo

Até 2/3 do vencimento no Ultramar, incluindo abonos especiais que lhe possam vir a ser concedidos a título transitório.

##### Início

A partir do mês seguinte àquele em que o militar embarca para o Ultramar.

##### Entidade pagadora

Em Lisboa — Agência Militar.  
Fora de Lisboa — Unidade ou Estabelecimento Militar ou, no caso de não haver Unidade ou Estabelecimento

79



vida civil as habilitações necessárias, embora não estejam averbadas nos seus documentos militares, poderão ser abonadas da gratificação de especialidade correspondente.

#### Gratificação de isolamento

Poderá ser atribuída aos militares que prestem serviço permanente em determinadas regiões da Guiné, Angola, Moçambique, Timor e na ilha do Sal, em Cabo Verde.

#### Vencimento de campanha

Além dos vencimentos normais, é atribuída aos militares que nas províncias ultramarinas façam parte de forças com a missão de estabelecer a ordem nas zonas onde a acção terrorista ponha em perigo as condições normais de existência da população, um abono de subvenção de campanha.

#### Impossibilidade de acumulação das gratificações

As gratificações de especialidades não são acumuláveis entre si, prevalecendo a maior, no caso de acumulação de funções.

#### Elemento de consulta

II Caderno do Soldado (Folheto da 1.ª Rep/EME).

78

Militar, Unidades da G. N. R. e as Câmaras Municipais, por ordem de preferência.

#### Modo de estabelecimento

A pensão é estabelecida mediante simples declaração do interessado, feita em papel de 35 linhas e à máquina e apenas em original, segundo o modelo constante do elemento de consulta.

#### Possibilidade de alteração

O quantitativo e o beneficiário da pensão podem ser alterados por simples declaração, tudo se passando como se se tratasse de uma nova pensão.

#### Elemento de consulta

II Caderno do Soldado (Folheto da 1.ª Rep/EME).

### SUBVENÇÃO DE FAMÍLIA

#### Praças beneficiadas

As praças cujas famílias podem beneficiar da subvenção de família (desde que se encontrem nas condições adiante indicadas) são, no que se refere directamente a serviço no Ultramar:

80

### PENSÃO DE FAMÍLIA

#### Quem pode estabelecer a pensão

Todo o militar nomeado para serviço no Ultramar e por conta do seu vencimento.

#### Quem pode receber a pensão

Pessoa ou pessoas da família, ou outra devidamente habilitada para o efeito.

#### Quantitativo

Até 2/3 do vencimento no Ultramar, incluindo abonos especiais que lhe possam vir a ser concedidos a título transitório.

#### Início

A partir do mês seguinte àquele em que o militar embarca para o Ultramar.

#### Entidade pagadora

Em Lisboa — Agência Militar.  
Fora de Lisboa — Unidade ou Estabelecimento Militar ou, no caso de não haver Unidade ou Estabelecimento

79

— As praças nomeadas para serviço no Ultramar quando se destinam ou fazem parte de guarnições normais ou de reforço.

#### Pessoas a quem se destina

A subvenção de família só pode ser concedida a:

- Mulher (esposa legítima);
- Filhos com menos de 16 anos;
- Ascendentes (pai, avô) com mais de 60 anos;
- Irmãos ou irmãs com menos de 16 anos;
- Mulher com mais de 60 anos, que criou ou educou desde criança a praça, se esta for órfã, exposta ou abandonada.

#### Condições de atribuição

A subvenção de família só é concedida se se verificarem as seguintes condições:

- Se o soma de todos os rendimentos da praça (excepto os seus vencimentos e abonos militares) e da pessoa ou pessoas que pretendem a subvenção de família for inferior ao quantitativo da subvenção;
- Se, além da praça, não houver mais ninguém responsável pela manutenção da pessoa ou pessoas que pretendem a subvenção;

81



— Se as pessoas, a favor de quem é requerida a subvenção, conviviam com a praça antes da sua chamada para o serviço.

#### Início e fim da subvenção

A subvenção de família é devida por cada dia de permanência nas fileiras da praça beneficiada, a partir da data da partida para o Ultramar. Esta subvenção cessa no mês seguinte àquilo em que termina a missão no Ultramar.

#### Documentos a apresentar

Constantes do elemento de consulta.

#### Elemento de consulta

I Caderno do Soldado (Folheto da 1.ª Rep/EME).

82

quando expedidas da Metrópole a 3500 se o forem da Madeira ou Açores.

**Correspondência selada:** Além dos aerogramas e encomendas, os militares podem também utilizar a vulgar correspondência selada. São as seguintes as taxas postais em vigor:

	Parte	Sobretaxa aérea
— Cartas . . . . .	20 gr — 1\$00	5 gr — 1\$50
— Impressos . . . . .	50 gr — \$30	20 gr — 1\$50
— Amostras . . . . .	50 gr — \$30	20 gr — 1\$50
— Manuscritos . . . . .	50 gr — \$30	20 gr — 1\$50

**Remessas de dinheiro:** As remessas de dinheiro só podem ser feitas por vale de correio, cuja forma de expedição será aclarada em qualquer Estação Postal, militar ou civil.

#### Endereço de correspondência

Os militares, antes de embarcarem para o Ultramar, devem informar convenientemente os seus futuros correspondentes acerca da forma como a correspondência tem de ser endereçada.

Além do nome, posto e número do militar, sómente se pode indicar no endereço o número do indicativo postal militar (SPM. . . . .).

84

## CORRESPONDÊNCIA POSTAL

### MODALIDADES DE CORRESPONDÊNCIA

**Aerogramas:** São enviados pelo correio aéreo — militar ou civil — sem selos. Na Metrópole as famílias dos militares podem comprar os aerogramas no Movimento Nacional Feminino, no Secretariado Nacional da Informação e nas Juntas de Freguesia, ao preço de \$20 cada um.

Os aerogramas só podem ser endereçados a militares, quando expedidos da Metrópole para o Ultramar.

Não podem conter quaisquer objectos ou folhas de papel adicionais.

**Encomendas:** As encomendas destinadas exclusivamente aos militares no Ultramar, não excedendo o peso de 4 kg pagam apenas a taxa em selos postais de 1\$50

83

## DIVERSOS

### TRANSFERÊNCIA DE DINHEIRO DO ULTRAMAR PARA A METRÓPOLE

#### Elemento de consulta

II Caderno do Soldado (Folheto da 1.ª Rep/EME).

### DIFERENÇAS HORÁRIAS

Em relação ao tempo médio de Greenwich . . . . . mais 1 hora

Em relação à hora local da Metrópole não há diferença horária.

85



**EMISSÕES RADIOFÓNICAS DA METRÓPOLE (Emissora Nacional)**

Horário (tmG)	Comprimento de onda	
	Metros	kc/s
Das 04.45 às 07.00	19.83	15.125
	25.09	11.935
	31	9.680
Das 09.15 às 13.30	13.82	21.700
	16.92	17.740
	19.83	15.125
Das 17.15 às 21.15	13.82	21.700
	19.83	15.125
	25.09	11.935

86

**LIGAÇÕES AÉREAS COM A METRÓPOLE**

São frequentes as ligações aéreas entre Lisboa e Luanda, a cargo da TAP.

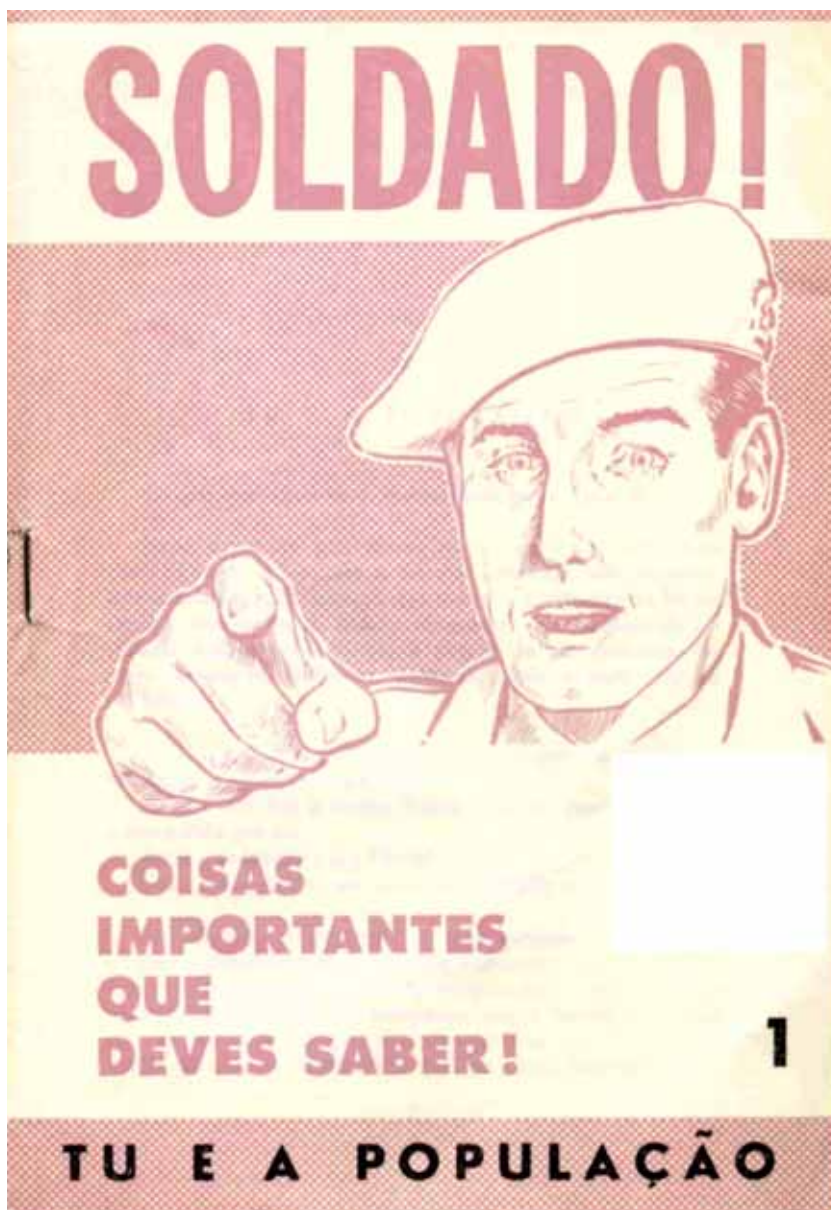
Esta companhia publica periodicamente os seus horários, dado que a frequência dos vãos varia com a época do ano — mais frequentes no Verão que no Inverno, mas sempre com o mínimo de uma ligação diária.

87



---

Anexo S – COLECCÃO “SOLDADO! COISAS IMPORTANTES QUE DEVES SABER!”





## TU E A POPULAÇÃO

O que vou dizer-te é muito importante para ti.

Estou certo de que serves no Ultramar absolutamente consciente da tua missão e de **que acreditas, sem reservas, que é nobre e justa a causa que nos leva a expulsar da Nossa Terra o inimigo feroz, cruel e sanguinário que, depois de ter violado mulheres e crianças e depois de ter praticado as mais horrorosas violências, pretende abrir a porta ao estrangeiro.**

Não deixes, soldado, que essa porta se abra, e não esqueças nunca o juramento que fizeste:

— **Juro ser fiel à minha Pátria e estar pronto a lutar e a dar a vida por ela.**

Estás a **defender a tua Pátria!**

Estás a cumprir o teu dever de **Soldado e de Português.**

Se um dia, por desânimo ou **mau conselho**, as tuas convicções enfraquecerem e puderes esquecer tudo quanto os teus chefes te disseram ao recordar-te (como se isso fosse necessário) que é **Terra Portuguesa**, que é **Portugal**, a terra que os teus pés estão calcando... então deixarás de ser digno de vestir a Farda Honrada do nosso **Exército.**

I



Outros pés pisaram já esta **Terra Portuguesa**, muito antes de tua mãe te dar ao mundo e Deus sabe se não foram eles os do teu **pai, avô** ou **bisavô**.

Não esqueças nunca, **Soldado**, que foram eles, com o suor do seu rosto, com as suas mãos calejadas e doridas, com o seu sacrifício, que ergueram a linda cidade que admiraste quando desembarcaste. **Serias amaldiçoado se permitisses que o estrangeiro ganancioso dela se apoderasse** e nela se instalasse desonrando a memória dos teus antepassados, aproveitando-se do fruto do seu trabalho, do seu suor, das suas lágrimas e do seu sangue.

Estou certo de que jamais cometerás o disparate de dizer ou pensar que vens para cá defender aqueles magníficos edifícios, fábricas, casas comerciais, etc., que te encantaram quando desembarcaste, mas que não te pertencem.

Realmente nenhuma destas coisas é tua, nem minha...

Não o é, do mesmo modo, a maravilhosa ponte da Arrábida que, junto ao Porto, **técnicos e operários portugueses** lançaram sobre o rio **Douro**.

Não o é também a residência do médico que curou o teu querido filho ou irmão dando-lhe a vida que lhe fugia.

Não o é ainda a moradia que o teu **irmão** ajudou a construir na tua terra.

Não o é também o monumental edifício onde um advogado defende os teus interesses e onde um juiz íntegro e honesto, fazendo justiça, te dá razão... ou te condena, se fores culpado.

Não o é ainda o luxuoso automóvel, a que tu chamas «espada» que, só por ter sido construído e por rolar depois na magnífica estrada (que também não é tua), movimentou muito dinheiro e cria a necessidade de muitas horas de **trabalho**, levando o **pão** a tantos **lares**.

E serão teus o barco que te transportou para aqui, os comboios que passam na tua terra, os jardins e parques que a alegram e onde todas as crianças podem brincar?!...

2

Um acordo?!... Que te parece **Soldado**?

Dir-te-ão também que «os bons portugueses do Ultramar seriam escrupulosamente respeitados e que ali poderiam continuar a trabalhar, bem remunerados, médicos, advogados, técnicos, operários e trabalhadores rurais e que nada seria perdido, nem riquezas materiais nem valores morais».

«Valores morais»?... Riquezas?

É simples concluir. Basta pensar o que tem acontecido a alguns dos nossos vizinhos...

Bem perto de nós temos o duro exemplo da diferença entre o que foi prometido e a cruel realidade.

**Não te iludas e confia APENAS nos teus chefes.**

Entremos agora no assunto que me leva a conversar contigo: a forma como devem decorrer as tuas relações com a população.

Mas antes quero ainda lembrar-te que o teu comportamento individual pode ser origem de graves e desastrosas consequências para o prestígio, a eficácia e o valor da Unidade a que pertences e do **Glorioso Exército** de que fazes parte.

Quero também lembrar-te que, se não atenderes aos conselhos que te dei, tu podes contribuir, mesmo sem o queres, para a **morte** de muitos camaradas e amigos teus.

Tens que ser sempre, e em todas as circunstâncias, um modelo de dignidade, um exemplo de compostura, de cortesia e de humanidade.

Só desta forma a população civil acreditará em ti e assim conquistarás o seu respeito.

**E é preciso que ACREDITEM EM TI, e TE RESPEITEM** para que seja perfeitamente cumprida a missão nobre e honrosa que te foi confiada.

4

— Não, soldado, nada disso é teu.

— Ou estarei enganado e **será teu um pouco de tudo isso?**

Responde tu a esta pergunta. Tu, que és suficientemente honesto e inteligente para não negares **os interesses que tudo isto te concede.**

\* \* \*

Não é necessário lembrar-te, porque sei que és honesto e inteligente. Sei que compreendes perfeitamente a necessidade imperiosa de defender o que é nosso.

\* \* \*

Vou prevenir-te de uma coisa. E para teu bem, pelo bem da **Nossa Terra**, atende-me:

É possível que, em certa ocasião, sejas, se é que o não foste já, abordado por cavalheiros bem falantes, «simpáticos», e «generosos» que te pagarão copos de bom vinho ou de fresca e espumante cerveja e te prometerão este mundo e o outro... no meio de «boas piadas» e alegres anedotas.

Desconfia **Soldado**. Eles podem ser inimigos e querem perder-te!...

Dir-te-ão, os tão «bem falantes cavalheiros» aproveitando-se da simplicidade e da pureza dos teus sentimentos, que estamos a proceder mal e que as Províncias Ultramarinas não seriam perdidas para Portugal se fosse feito um acordo com os terroristas; que estás a sacrificar-te sem qualquer lucro; que estás a querer defender aquilo que não é teu; que é tempo de abrires os olhos... etc., etc., etc.

— Sim, deves abrir bem os olhos do entendimento...

Vê tu bem, meu amigo, fazer um acordo com o repugnante criminoso que devorou inocentes crianças, que matou velhos a golpes de catana e violentou indefesas mulheres acabando por assassiná-las da maneira mais selvática!

3

## AS TUAS RELAÇÕES

### COM A POPULAÇÃO DE COR

Já travaste contacto com portugueses de cor e estou certo de que facilmente concluíste que, além da cor da pele, em nada eles diferem de ti. Sabes que muitos deles ocupam, tanto no Ultramar como na Metrópole, situações importantes nas funções públicas e que profissões liberais de responsabilidade são por eles desempenhadas com a mesma dignidade, carinho e competência.

Quem sabe se não foi um médico de cor que tratou a tua família...?

Haverá alguma coisa de estranho nisso?

O facto é perfeitamente compreensível.

Eles são **homens** como tu, filhos de Deus e com uma alma imortal.

Por outro lado os nossos princípios de **integração racial**, perfeitamente firmados e reconhecidos desde há muitos séculos, não admitem a possibilidade de as coisas se passarem de outra maneira.

Todos os **portugueses** que se elevam, quer pelo seu trabalho, quer pelo seu estudo ou esforço próprio, ocupam indistintamente as posições a que os seus conhecimentos,

5



a sua inteligência ou a capacidade de trabalho lhes dão direito, qualquer que seja a cor da sua pele.

**E assim nós temos dado ao mundo uma maravilhosa lição de amor e humanidade.**

Encontrarás no Ultramar muitos homens e mulheres de cor, que, como tu, SÃO PORTUGUESES!

Nunca esqueças esta sua condição, que é verdadeira: **SÃO PORTUGUESES!**

É certo que terás de enfrentar outros seres de cor que não merecem a a designação de homens e muito menos a de **Portugueses.**

Pretos... ou brancos... e não é só no Ultramar que os há...

Mas tu aprenderás a distingui-los dos que são **teus irmãos**, filhos da mesma **Pátria.**

É apenas destes últimos que quero falar-te.

Não te esqueças dos princípios de **compostura, humanidade, educação, dignidade, bondade e delicadeza** a que já me referi e pelos quais deves regular o teu comportamento.

— **Que sejas sempre um modelo de tais virtudes.**

Quero dizer-te uma coisa:

— Tu encontrarás muitos portugueses de cor, **inteligentes e até muito mais cultos e instruídos do que tu.**

Razões diversas justificam tal facto.

É preciso que tu o **reconheças e saibas enfrentar a realidade.**

Deves ser **cauteloso e sensato** para te não tornares **ridículo** e te não exposes a uma **crítica** que te inferiorize.

**Tem cuidado com a língua e não sejas «fala barato».**

Por exemplo:

— Porque **hás-de papaguear** o dialecto nativo ou deturpar a língua pátria junto de um soldado de cor, que pode saber mais gramática portuguesa do que tu?

6

Não te iludas **soldado!** Ela será, na grande maioria das vezes, uma mulher **digna, amando o seu marido e os filhos.**

Ela é uma mulher **respeitada** pelos seus familiares e amigos até à altura em que tu a enxovalhares.

Que pensarias tu e **como reagirias** perante alguém que seduzisse e abusasse de uma mulher que te fosse querida?

Lembra-te do preceito:

«**Não faças aos outros o que não queres que te façam a ti.**»

Que seja este o lema da tua vida!

Nesta conformidade deverás, como princípio, considerar **honestamente** a mulher que despertar a tua atenção e **olhá-la e respeitá-la** como tal.

Em pouco tempo saberás reconhecer aquelas que não fazem questão daquilo que pensas a seu respeito.

Não te esqueças porém que mesmo essas continuam **seres humanos.**

Como tal as tratarás.

Não posso deixar de chamar a tua atenção para o facto de poderem resultar da tua intimidade com a mulher nativa **consequências graves.**

Mencionarei apenas duas, de natureza bem diversa:

— **A primeira refere-se às tuas condições de saúde.**

O médico da tua Companhia já te falou disso sendo desnecessário dizer-te mais a tal respeito.

— **A segunda relaciona-se com a tua própria segurança e a segurança da tua Unidade.**

Já ouviste falar de **espionagem?**

Desde há muitos anos, ou talvez séculos, que as doces carícias da mulher foram viciosamente aproveitadas em benefício dessa actividade.

Assim, a mulher que te ofereceu o seu carinho pode aproveitar o estado emocional em que te encontras, a intimidade que foi estabelecida entre ti e ela, para **te levar a «dizer coisas».**

8

**Não armes em «tipo superior»** porque pode acontecer que estejas, sem disso dares conta, falando com alguém que seja verdadeiramente um **«tipo superior».**

Não corras o risco de te exposes à sua **troça** e aos seus **bem justificados comentários** e lembra-te de que deves ser ponderado e sóbrio, em **GESTOS e PALAVRAS.**

Este procedimento é mais digno e não te expõe a críticas desfavoráveis.

Para teu bem, e de todos nós, não te esqueças disto.

**Outra questão muito importante:**

O homem de cor tem um profundo sentido do nobre conceito de **justiça.**

Ele sabe como poucos, distinguir o que é **justo** do que o não é.

**Não penses que o iludes com o teu «palavreado».**

Portanto procede sempre com **justiça e dá sempre razão a quem, na tua consciência, a tiver.**

**Não empregues a força do teu corpo, são e robusto, e a do teu espírito, para exercer violência que nada justifica.**

**Ninguém te perdoaria.**

Vou falar-te agora de outra coisa que é também de **extrema importância:**

Tu sentirás, algumas vezes, o desejo ou a necessidade de procurar uma mulher.

Embora outros, não menos homens do que tu, tenham passado mais tempo sem se submeterem a essa «necessidade», não estranho o teu desejo.

**Não esqueças porém:**

— A mulher nativa, mesmo que se apresente de seios descobertos tem, como a mulher branca, o sentido da **dignidade e do pudor.**

Não conluas, pelo facto de ela assim se apresentar e do sorriso que te dirige, que é uma mulher fácil e que está verdadeiramente ansiosa por ser possuída por ti.

7

Não permitas que ela «te faça o ninho atrás da orelha», **não armes em «tipo importante» que sabe tudo.**

**Não fales em questões de serviço.**

**Nada digas que, MESMO DE LONGE, tenha que ver com a actividade operacional da tua Unidade... ou de qualquer outra.**

**Não sejas anjinho... cala-te!**

9



necessidade como tu, ou mais, de conhecer isto que tens estado aqui a ler.

Aproveita portanto todas as oportunidades para lho leres e comentares com ele tudo isto que aqui está escrito.

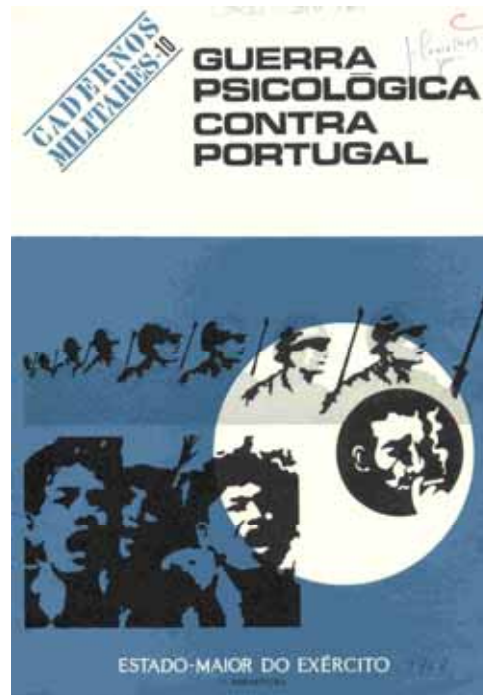
**Assim contribuirás para que ele cumpra melhor a sua missão que é também A TUA MISSÃO.**

**E estarás a trabalhar em benefício de todos os portugueses ou seja no teu próprio benefício.**

(Adaptado de uma publicação do Bat. Caç. 532/RMA.)



## Anexo T – COLECCÃO “CADERNOS MILITARES”



### NOÇÕES BASILARES DE GUERRA PSICOLÓGICA E SUA INCIDÊNCIA NA CONJUNTURA PORTUGUESA

#### O QUE É A GUERRA PSICOLÓGICA

Entende-se por GUERRA PSICOLÓGICA a luta levada a efeito por um conjunto de meios e processos que têm por fim influenciar as opiniões, os sentimentos e as crenças dos homens — População, Autoridades e Forças Armadas — e, portanto, as suas atitudes e o seu comportamento.

Interpretando esta definição, facilmente se conclui que ela contém conceitos ligados a meios e processos de luta utilizáveis tanto em guerra convencional, como nuclear ou subversiva.

A utilização de acções psicológicas com vista à sugestão, conversão, conquista ou exploração da credulidade humana, embora sempre se tivesse verificado, surge com maior relevância no século XIX, ligada não só à introdução de grandes ideologias, na História, como também às guerras que, até aos nossos dias, sucederam à Revolução Francesa.

Se já na guerra de 1914-1918 era uma preocupação criar internamente a coesão e o entusiasmo, ao mesmo tempo que se pretendia instaurar no campo do inimigo a desordem e o medo, a abolição, sucessivamente mais nítida, da rígida ideia de frente e retaguarda, conduzindo à noção de GUERRA TOTAL, abriu às acções psicológicas um campo de actuação imenso. Este, explorado por uma «guerra de nervos» em 1939 ou por uma «guerra fria» nos anos que se seguiram à 2.ª Guerra Mundial, resultou, pode afirmar-se, numa Guerra Psicológica permanente.

Demonstrada assim a amplitude da Guerra Psicológica, interessa agora analisá-la no âmbito em que nos propusemos tratá-la neste trabalho, ou seja, no quadro da subversão.

Aqui, onde é primordial o contínuo apoio da população, ela assume de facto a acuidade que se deduz da frase:

«As Palavras são os canhões do século XX».



## A GUERRA PSICOLÓGICA COMO FACTOR DE SUBVERSÃO

A subversão necessita de realizar acções psicológicas para, na fase prè-insurreccional, conquistar a população que visa; e considera aquelas acções PERMANENTE E PERSISTENTEMENTE indispensáveis para a manutenção dessa conquista e para o aumento, até ao limite máximo, dos apoios possíveis, durante a fase insurreccional.

Assim, se considerarmos a subversão como enquadrando acções clandestinas, psicológicas e violentas, teremos que reconhecer, não obstante esta sistematização, que a acção psicológica está sempre presente, directa ou indirectamente, em qualquer acção subversiva.

E porquê tamanha importância?

Como dissemos, a finalidade das acções psicológicas é agir sobre o moral e a mentalidade dos indivíduos, das colectividades e das massas, tanto no interior do território como no estrangeiro, no sentido de influenciar as suas opiniões, os seus sentimentos e as suas crenças e, conseqüentemente, de modificar adequadamente as suas atitudes e o seu comportamento.

Ora, muito mais que outrora, o progresso científico do século conduziu a que tal se consiga, não só imediata, mas permanentemente, em qualquer lugar do Globo.

O progresso tecnológico, possibilitando comunicações de relação imediatas, não só através da palavra, mas também da presença física, contribuiu para uma verdadeira contracção do Globo. Os povos tornaram-se como que vizinhos uns dos outros e cada vez mais abertos à influência exterior. É possível a um habitante do mais recôndito interior africano viver, dia a dia, a guerra no Vietnam ou as eleições nos EUA, da mesma forma que a sua mentalidade, as suas opiniões, as suas crenças podem ser, dia a dia, orientadas por acções psicológicas insidiosas e especificamente dirigidas, com PERSISTENCIA e PERMANENCIA, para a obtenção de determinados objectivos.

É oportuno referir-se que são, portanto, adequadas frases como as que vulgarmente se ouvem ou escrevem:

«A guerra é conduzida do exterior».

«A guerra que nos é movida do estrangeiro».

É uma condução cómoda e fácil da luta e traduz realidades actuais.

A Guerra Psicológica constitui a arma que mais facilita tal atitude, ou seja, o apoio moral «invisível» da subversão que, por ser insidiosa, se torna de difícil combate.

Necessário é, pois, estar permanentemente apto a detectar tal apoio para mais facilmente escolher as armas adequadas à neutralização da subversão neste campo.

## A GUERRA PSICOLÓGICA COMO PROCESSO UTILIZADO PELO COMUNISMO

Se considerarmos, como fez Marx, a insurreição de 1848 em França como «o primeiro combate do socialismo», poderemos dizer que a Comuna de Paris foi o «berço do comunismo internacional» pois nela se assiste à vitória das ideias daquele pensador sobre as de Proudhon, Blanqui e outros, o que significou o começo de definição duma doutrina que Lenine e Mao Tsé Tung adaptaram às circunstâncias.

Doutrina com fundamento ideológico, vê-se transformada, de fenómeno localizado (Comuna de Paris; Spartakistas na Alemanha) em teoria de «libertação de um povo» (Rússia) e, ainda por Lenine, em teoria de «libertação dos povos de todo o mundo».

Esta mudança da «geografia» da subversão, acompanhada sempre do desejo de conquista do poder, utilizando a população como meio e, depois, como meio e



como objectivo a conquistar para o ideal marxista e para a implantação duma nova sociedade (Rússia, China, Cuba), encontrou na Guerra Psicológica a arma fundamental da sua acção.

A **CONQUISTA DAS MASSAS** passa, a partir da Revolução Russa, a ser o objectivo fundamental. E, para as conquistar, a par da criação duma infra-estrutura que sirva de base a um futuro governo, o comunismo explora, através de «**exposições vivas**», de «**revelações**» e de «**denúncias**», todas as pretensas injustiças suscitadas pelos regimes que se lhe opõem.

Característico, é o princípio base da Escola do Estado Maior da China Continental, que traduz e resume a doutrina da conquista de populações, ou seja de «**mobilização de massas populares**»: «**ATACAR COM 70% DE PROPAGANDA E 30% DE ESFORÇO MILITAR**». Não fosse Mao Tsé Tung o verdadeiro estratega e teórico deste novo tipo de guerra. A manifestação psicológica através da propaganda e da agitação é, pois, importantíssima arma interna e externa do comunismo, para a consecução dos seus objectivos.

Tendo por base a **PERSISTÊNCIA** e a **PERMANÊNCIA**, características invariáveis da sua actuação, utiliza todas as circunstâncias e pretextos, por forma a que o indivíduo-alvo, na sua vida quotidiana, seja repetidamente atingido por ideias que se pretendem inculcar e impôr, qualquer que seja o ponto do Globo em que aquele se encontra.

Hoje em dia poderemos enquadrar todo este esforço de Guerra Psicológica numa luta de hegemonia do mundo por parte de blocos formados em torno de países tecnologicamente muito avançados e que se opõem nessa mesma luta.

Dados os efeitos inaceitáveis duma acção directa nessa luta, os processos normalmente utilizados ao serviço da hegemonia mundial são, além do auxílio económico, a **SUBVERSÃO** com base numa desenvolvida e objectiva Guerra Psicológica. Portugal, com territórios espalhados pelos cinco cantos do mundo, é um dos alvos dessa guerra.

## A GUERRA PSICOLÓGICA CONDUZIDA CONTRA PORTUGAL

Na Guerra Psicológica conduzida contra Portugal é de imediato reconhecimento a presença do comunismo. Dentro do quadro anteriormente traçado, Portugal, não foge à regra.

De facto, sempre pronto a explorar e ampliar **ANTAGONISMOS** ou **CONTRA-DIÇÕES** que surjam em qualquer parte do mundo, e dentro da fidelidade ao princípio de revolução una, total e universal, o comunismo aparece em todos os campos a auxiliar os que se arvoreem pertencentes a movimentos chamados de **LIBERTAÇÃO**, ou outros que facilitem a propagação do comunismo no mundo.

Dentro desta orientação, a Guerra Psicológica é conduzida contra Portugal:

### No exterior do país

**Sobre estrangeiros** no sentido de influenciar as populações e os governos de vários países contra Portugal.

Assim, pretende captar a opinião internacional para mais facilmente actuar contra o nosso país em organizações internacionais como a ONU, a OUA, e outras Assembleias, relevantes ou irrelevantes. Da mesma forma, influencia países limítrofes e outros que apresentem causas semelhantes, por forma a criar um ambiente internacional desfavorável a Portugal.

**Sobre os emigrados portugueses**, no sentido de estes, quer directamente quer através de suas famílias, revelarem uma tomada de posição que prejudique, por qualquer forma, os interesses nacionais. Salienta-se que o emigrante, já pelo seu estado psicológico, receptivo a propagandas, já pelo isolamento para que



muitas vezes se vê conduzido, constitui um campo de acção propício à actuação do inimigo.

Sobre elementos portugueses ou estrangeiros, previamente aliciados e conduzidos para escolas de subversão, para formação de futuros propagandistas e agitadores.

De referir cursos e estágios de guerra revolucionária na China, Rússia, Checoslováquia e Argélia, de que se salienta, pelo seu conteúdo, o curso de subversão ministrado na Academia Superior Político-Militar de Nanquim.

#### No interior do país

Contra a população portuguesa, metropolitana e ultramarina.

É deste aspecto da Guerra Psicológica, que iremos seguidamente fazer uma análise esquemática.

## A GUERRA PSICOLÓGICA CONDUZIDA CONTRA A POPULAÇÃO PORTUGUESA NA METRÓPOLE E NO ULTRAMAR

### CONCEITO ESTRATÉGICO

A Guerra Psicológica contra Portugal é conduzida principalmente pelo comunismo, através da Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN), na Metrópole, e dos movimentos político-subversivos, no Ultramar.

Através da FPLN, o comunismo pretende preparar a população da Metrópole para a «insurreição popular armada» que conduza ao poder.

Utilizando os movimentos político-subversivos no Ultramar, pretende garantir, com apoios directos e indirectos, a continuidade duma luta que enfraqueça material e psicologicamente a população e governantes e lhe facilite o futuro controle de todo o território.

### ALVOS DA ACÇÃO PSICOLÓGICA DO INIMIGO

Tais alvos são, como é lógico de concluir, determinados no estrangeiro.

A fim de poder pôr em prática o seu conceito de Guerra Psicológica, o inimigo, fazendo o estudo do meio humano português, individualizou os grupos humanos que considerou deverem ser os alvos da sua acção.

Assim, poderemos considerar que o adversário mostra especial interesse por influenciar na generalidade do Território Nacional, determinados grupos humanos e alguns especificamente no Ultramar, cujas motivações particulares explora para consecução dos seus objectivos.

Ao discriminarmos os grupos visados pelo inimigo verificamos, na sua enumeração, a fidelidade e subordinação à linha de rumo outrora traçada pelo comunismo.

### EM GERAL

#### Trabalhadores

Distinguindo operários e camponeses e reconhecendo-os como grupo normalmente menos favorecido materialmente e mais numeroso, o inimigo vê neles a possibilidade de «mobilização de massas populares» que, através duma organização cuidada, possibilite a insurreição armada e a consequente conquista do poder.



### **Intelectuais e estudantes**

Reconhecendo o potencial dirigente dos estudantes, o inimigo tem-lhes dado preferência na sua acção psicológica, uma vez que são mais fáceis de captar do que adultos já formados, ao mesmo tempo que apresentam, aliás como em todo o mundo, motivações específicas que facilitam o trabalho de aliciamento e de movimentação, como massa: a «massa estudantil».

Aproveita pois o teorismo dos intelectuais e o entusiasmo e idealismo da juventude.

### **Militares**

A acção sobre os militares é considerada pelo inimigo como de especial interesse. Encontrando na sua organização, hierarquia, disciplina e espírito de corpo, um terrível obstáculo a transpor, interpreta a acção psicológica a realizar sobre este grupo humano como indispensável para a conquista do objectivo final.

## **ESPECÍFICOS DO ULTRAMAR**

Procurando a «linha de fractura» mais fácil de explorar por possíveis antagonismos existentes, é nítida a distinção que estabelece na sua actuação sobre a população branca e população de cor. Assim, distingue os seguintes grupos humanos:

### **Branco**

Neste grupo visa a todo o momento criar dissidências entre civis e militares por forma a desacreditar as actuações destes e as suas intenções perante as populações nativas.

Por outro lado, o civil é apontado ao indivíduo de cor como explorador e o militar como continuador duma «guerra injusta» em que «está interessado».

### **Não branco**

Constituem a grande parte da população das nossas províncias ultramarinas e neles o adversário procura desenvolver o sentimento de independência e de ódio às populações brancas.

O inimigo orienta pois o seu esforço sobre os três grandes grupos que enunciamos:

#### **Agricultores**

Em grande maioria não evoluídos, constituem a massa que a subversão trabalha. Integrados numa sociedade primitiva, são sensíveis às mais diversas pressões desde que se convençam que elas contribuem para a satisfação das suas primárias aspirações.

Não estando, normalmente, esclarecidos dos benefícios da nacionalidade portuguesa, são um alvo fácil da propaganda subversiva que sobre eles actua e que beneficia, regra geral, de adesões inconscientes.

#### **Estudantes e pseudo-intelectuais**

Atento às suas possibilidades como futuros dirigentes, o adversário procura avivar neste grupo antagonismos resultantes de recalcamientos e sentimentos de frustração porventura surgidos duma comparação das condições de vida dos vários grupos humanos existentes.



## Mulheres

Conhecedor da influência da mulher na vida social do Ultramar, o adversário dedica-lhe especial atenção, não só porque é, muitas vezes, através da linha feminina que se processa a eleição dos chefes, como também por constituir a mulher o elemento capaz de enriquecer o marido e a família com o seu trabalho e os seus filhos.

Procura pois aglutinar a mulher nativa em organizações, de que é exemplo a «Organização das Mulheres Angolanas», na República Democrática do Congo, e o «Instituto de Moçambique», em Dar-Es-Salaam.

## MOTIVAÇÕES UTILIZADAS

Do conjunto de sentimentos e de factores, inatos ou adquiridos, conscientes ou inconscientes, susceptíveis de ser explorados por métodos de acção psicológica com o fim de produzir reacções favoráveis aos objectivos comunistas, salientamos os que seguidamente se enumeram como os mais utilizados pelo adversário:

### Sobre a população em geral

- Pacifismo *Paiz*
- Imobilismo
- Nível de vida *Pão*
- Intelectualismo
- Liberdade
- Ansia de Justiça

### Sobre as populações ultramarinas

- Apego à terra
- Nível de vida
- Ambição
- Africanismo
- Anti-colonialismo
- Racismo
- Abertura ao sobrenatural
- Espírito guerreiro

## IDEIAS-FORÇA UTILIZADAS

Após o estudo cuidadoso da situação no território nacional, as ideias-base, apresentadas pela propaganda como justificação dos seus objectivos e com os quais pretende conseguir uma espontânea adesão das massas populares e uma consequente actuação entusiástica destas, na direcção favorável aos seus próprios anseios, situam-se no âmbito da «LUTA PELA PAZ».

De facto, orquestrando o tema «FIM DA GUERRA COLONIAL», o inimigo admite a adesão a tal ideia, de populações do território nacional e a sua aceitação por determinada opinião pública mundial, da finalidade aparente do seu movimento.

Pretende mentalizar a população metropolitana de que as despesas militares impedem o desenvolvimento económico e que o progresso só pode surgir pondo fim a essas despesas.

Por outro lado, no Ultramar, conhecedor do extraordinário potencial emotivo da ideia «INDEPENDÊNCIA», tece à sua volta as mais agradáveis promessas de liberdade, felicidade e satisfação de ambições materiais, demonstrando a impossibilidade de os povos a conseguirem sem o «FIM DA GUERRA COLONIAL», mas nada cedendo em tal campo.



Poderemos pois afirmar que o inimigo recorre no momento às seguintes ideias-força:

#### Sobre a população portuguesa em geral

— «FIM À GUERRA COLONIAL» como factor de progresso das populações

#### Sobre as populações ultramarinas

— «FIM À GUERRA COLONIAL» como sinónimo de INDEPENDÊNCIA

### TEMAS UTILIZADOS

Os temas mais utilizados são os que se referem à «política colonialista portuguesa» e à «ilegalidade da guerra», este constantemente apresentado sob a forma do conhecido estribilho «África para os africanos».

O factor económico resultante das despesas da guerra é igualmente repetido.

A repetição invariável desses temas, desde há anos, na Metrópole e em ANGOLA, MOÇAMBIQUE e GUINÉ, demonstra a identidade dos objectivos a atingir nas três províncias e a origem comum desta guerra.

Pode dizer-se que as características fundamentais de tais temas são a UNIFORMIDADE, a PERSISTÊNCIA e o EXAGERO com que são explorados.

Surpreende a facilidade com que se difundem comunicados em que a fantasia dos números atinge o inconcebível ou onde se transformam em derrotas verdadeiras vitórias das nossas forças, ou se dá a aparência de êxito aos fracassos sofridos pelos terroristas.

Concretizemos com uma simples afirmação feita por um movimento político-subversivo em ANGOLA que considerou terem sido causados 3672 mortos às nossas tropas em 1968, quando na realidade o número total de mortos foi de 119, provocados por esse e por outros movimentos.

Contam os orientadores da propaganda, por certo, com a credulidade fácil das populações e com a boa vontade dos órgãos de informação de tendências comunistas ou interessadamente desfavoráveis a Portugal, para aceitarem o conteúdo de tais temas sem raciocínio, e divulgarem, sem escrúpulos, notícias que são tendenciosas e quase invariavelmente se opõem à verdade dos factos.

### PROCESSOS UTILIZADOS NA PROPAGANDA

#### Processos auditivos

Explorando a extrema sensibilidade do indivíduo à palavra falada, lança mão muito especialmente da RADIODIFUSÃO para a disseminação geral das ideias, completando este processo com edição de discos e transmissão de músicas e cantares de índole revolucionária e pacifista.

Para tal utiliza:

#### Em geral

Emissoras comunistas que servem a FPLN:

- Rádio Portugal Livre (Praga)
- Rádio Voz da Liberdade (Argel)



Emissoras de países comunistas:

- Rádio Moscovo
- Rádio Pequim
- Rádio Tirana

No Ultramar

Emissoras dos países vizinhos, com programas especialmente dedicados às populações das nossas províncias transmitidos em português e dialectos indígenas e onde, hábilmente misturada com programas «culturais» (higiene, puericultura, geografia, etc.), é exercida a acção psicológica conveniente.

Em face do fraco índice de alfabetização no Ultramar, este processo auditivo é o preferido e grandemente explorado, dada a disseminação do vulgar aparelho de rádio transistorizado.

Salientam-se:

- Na Guiné — «Rádio Libertação» (Konakry) apoiando o PAIGC
- Em Angola — «Rádio Voz da Revolução» (Brazzaville), ao serviço do MPLA, e «Rádio Difusão e Rádio Televisão da RDC» (Kinshasa) ao serviço da UPA
- Em Moçambique — Rádio Tanzânia em apoio da FRELIMO e também do MPLA

Contudo, apesar de todos os progressos dos meios de comunicação o grande processo de contaminação das massas nativas ainda é a CONVERSA, o contacto directo, pessoal, realizado por propagandistas especialmente treinados para o efeito, que percorrem na sua persistente acção demolidora, os territórios a subverter.

Processos visuais

Neste campo, a palavra escrita, divulgada através de publicações periódicas, livros, folhetos e tarjetas, e a imagem, através de alguns filmes realizados, enquadram os processos visuais mais empregados.

Chama-se especial atenção para os títulos que normalmente são dados às publicações do inimigo, pois que definem, por si só, ou o grupo humano a que se destinam ou representam como que um grito de incentivo à luta que consideram indispensável travar.

Em geral

Publicações periódicas da «Frente Patriótica de Libertação Nacional», «Partido Comunista Português» e do «Partido Comunista Marxista-Leninista Português» (organizações com as suas sedes no estrangeiro):

- FPLN — A Liberdade, Alerta, Passa-Palavra, Tribuna Militar, A Verdade, O Grito, Unidade e Acção
- PCP — O Avante, O Militante, O Camponês, A Terra, O Trabalho, O Corticeiro
- PCMLP — O Proletário, O Novo Militante, Revolução Popular, Unidade Popular, O Comunista



ANO 36 - MÊS VI - Nº. 374 JANÍRIO DE 1967 - PREÇO: 1800

Proletários de todas as pátrias: UNI-VOS!

# Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

## CONTRA O PODER DOS MONOPÓLIOS ADIANTE NA LUTA CONTRA A CARESTIA DA VIDA POR AUMENTO GERAL DE SALÁRIOS

Creando da luta nacional libertadora dos povos de Angola, Moçambique e Guiné, a tensão e mesmo conflitos de certa gravidade surgidos recentemente em Macau e Timor, vieram criar novas dificuldades políticas, diplomáticas e económicas à camarilha salazarista, e mostrar mais uma vez que a sua política colonialista não serve os interesses nacionais.

Não existisse espaço de tempo para lugar o corte de relações diplomáticas entre a República do Congo e Portugal; na UNESCO e na ONU o regime fascista e colonialista português foi fustigado e condenado, foram aprovadas moções condenando as acções provocatórias dos colonialistas portugueses contra países africanos vizinhos de Angola e Moçambique, foi exigido o corte de créditos do Banco Mundial a Salazar e pedido aos países de Portugal no Fato do Atlântico a termo da sua ajuda ao regime fascista português. A Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou mesmo uma moção pedindo aos seus membros o corte de relações com Portugal. E se houve duas dezenas de abstenções, poucos foram os que apoiaram abertamente a política fascista e colonialista do governo de Salazar.

Embora não confirmos as eficácias destas medidas, não deixamos, porém, de estimular a sua grande importância e alcance políticos. Demonstrando ao povo português como o odiado regime fascista de Salazar se deixa cada vez mais no caminho das nações, tais medidas favorecerem de certo modo o desenvolvimento da luta do povo português.

(continua na pág. 2)

## POR UMA VERDADEIRA UNIDADE COMBATIVA DAS FORÇAS DEMOCRÁTICAS

A luta pela Unidade é uma tarefa central do Partido Comunista Português. Unir as forças democráticas e revolucionárias contra a ditadura significa preparar o fim de um regime odioso. Significa mobilizar a classe operária e as massas populares para a acção, criar as condições de organização, definir as formas fáceis de luta para a conquista da liberdade política, objectivo comum do Partido Comunista Português e dos Partidos e agrupamentos democráticos na fase actual da luta.

A realização da Unidade implica confronto e debate de ideias, implica a procura e elaboração de uma plataforma comum, de um programa mínimo que deve servir de base à acção conjunta das forças democráticas e patrióticas.

Sem a participação da classe operária e das massas trabalhadoras não pode haver luta decisiva contra a ditadura, não se pode vencer o fascismo e instituir a Democracia.

### Posições que extraquecem a Luta Democrática

As posições assumidas pela Acção Democrático-Social, numa carta transmitida pública e enviada a Salazar a 9 de Setembro de 1966, não podem trazer qualquer contribuição válida para o sucesso da luta democrática. Nesse documento os signatários recusam qualquer proposta de «subversão insurreccional» e garantem ao ditador que «não existem quemers ser revolucionários».

O fascismo subia ao poder utilizando a violência da força armada contra as instituições republicanas e democráticas. Quarenta anos de domínio fascista demonstram que só a luta popular e a acção revolucionária das forças democráticas permitem a destituição do poder.

As posições do monopólio político da ditadura os signatários da carta contestam a Salazar a posse da verdade histórica e afirmam que embora simonias em ponto de vista diverso são possuidores da verdade que a regra é complementar e não concorrente de verdade alternativa, só se reservando do carácter de oposta quando duas partes se registam fomenta-

veis erros de observação e de raciocínio.

Pode porventura identificar-se a causa de democratas com a causa do fascismo?

Os conceitos políticos, liberais e religiosos de Salazar são conceitos fascistas que se opõem aos conceitos democráticos. Pelo que constituem a base de melhores combates da liberdade, pelos quais deram a vida muitos e valerosos filhos do povo.

Uma tal formulação de princípios conduz ao immobilismo político, e a formas de conciliação e de transigência com o inimigo. Desde quando se conquistam posições ao fascismo. Só a luta popular, só a acção combativa das forças democráticas permite arrancar-lhe as vitórias parciais e criar condições decisivas para a sua derrota por meios revolucionários.

Arvorando a bandeira do anti-fascismo (continua na pág. 4)

## A GUERRA COLONIAL no centro da política financeira DO GOVERNO FASCISTA

Lei de Meios e o Orçamento Geral do Estado para 1967 comprovam uma verdade várias vezes repetida pelo Partido Comunista Português: a guerra colonial e sua servidão de vida e de riqueza que pesa duramente sobre o povo.

Da enorme a maior verba das despesas públicas. Daqui decorrem impostos e maiores sacrifícios para a classe operária e para as mais simples camadas produtivas.

As fronteiras da Pátria não estão em Angola, Guiné e Moçambique. Al retirados de os braços dos monopólios capitalistas que lançam o povo português e os povos africanos na voragem da guerra.

### Novos impostos para a guerra

Segundo o sinal a Proposta da Lei de Meios para 1967, os gastos

com a política de guerra atingiram em 1965, 7 milhões 700 mil contos, verba superior à que estava orçamentada.

Isto significa que os governos salazaristas consumiram, para fins militares, cerca de 50% das receitas gerais do Estado. Estes números só por si dão bem a ideia da gravidade do problema tratado pela ditadura fascista sobre os baixos salários dos trabalhadores para financiar em África a sua criminoso política.

No ano de 1967 o governo dispôs-se a gastar com as despesas militares 8 milhões, 73 mil e 300 contos, saindo das despesas extraordinárias para este fim, 5 milhões 341 mil contos, ou seja 70% de todas as despesas extraordinárias e mais 1 milhão 326 mil contos do que em 1966.

São destinadas para o «base operacional» do serviço dos armamentos e da sua política de guerra, mais 400 mil contos, além de 1 milhão de contos anteriormente consumidos pelo governo fascista, para construir a maior base aérea do Alentejo Federal num país estrangeiro. Para o bairro residencial da mesma base estão orçamentados mais 200 mil contos, mas nem um centavo foi disponibilizado para a construção de moradias destinadas ao povo de Beja.

As despesas com o Povo do Atlântico elevam-se a 257 mil contos (continua na pág. 3)

## O PAO E O LEITE não podem ser aumentados

Portugal tornou-se a ser um país essencialmente agrícola. Na realidade, mais de 40% da população activa trabalha e vive da agricultura. Porém, importante é que não é que a terra pode produzir. Em 1964, importaram-se cerca de 500 mil toneladas de cereais e leguminas no valor de cerca de 850 mil contos, carne e outros produtos de origem animal, no valor de 750 mil contos, assim como grandes quantidades de açúcar, batatas, algodão, tabaco, arroz e óleos. Em 1965, as importações de produtos alimentares levaram para fora do país, mais de 4 milhões e 500 mil contos em divisas que foram contribuídas para o desenvolvimento de economias estrangeiras.

Se nos últimos 25 anos se tivesse seguido uma política agrícola orientada para a defesa dos interesses nacionais e elevação do nível de vida das massas camponesas, como o Partido Comunista Português tem defendido e pugnado, a grande parte, se não a

totalidade, dos produtos necessários à alimentação do nosso povo poderia muito bem ser hoje produzido na terra portuguesa e criar-se ao mesmo tempo um largo mercado interno, indispensável ao desenvolvimento da indústria nacional.

Servindo os interesses concentrados e incondicionados dos monopólios ligados ao grande capital estrangeiro e dos grandes agrários, a política agrícola dos sucessivos governos de Salazar provocou a ruína de milhões milhares de pequenos e médios camponeses e levou a agricultura portuguesa à grave crise que hoje atravessa. Sem apoio, sobrecarregados de impostos, taxas e aborçáveis de toda a espécie, valçidos a comprar caro os produtos industriais necessários ao cultivo das terras e obrigados a vender a preços de ruína os produtos agrícolas, que por sua vez o consumidor paga muito caro, os pequenos e médios agricultores, por falta de recursos próprios, foram

(continua na pág. 2)

Primeira página do jornal «Avante», órgão central do P.C.P.



Publicações da Imprensa estrangeira enviadas intencionalmente para Portugal.

Folhetos, tarjetas e outros escritos da FPLN, alguns deles orquestrando os temas trabalhados pelas suas emissoras, como acontece com os «Textos Voz da Liberdade».

Publicação de alguns livros de carácter subversivo.

#### No Ultramar

Embora em menor escala, dada a percentagem de africanos letrados, os agentes da subversão utilizam no Ultramar:

Publicações periódicas:

— Do PAIGC — O Bluto

— MPLA — Ao Assalto, Vitória ou Morte

— FRELIMO — Revolução Moçambicana, Voz da Revolução, Jornal «25 de Setembro»

Além destas, surgem nas Províncias publicações diversas. Foi já várias vezes referenciado o «Passa Palavra», órgão da FPLN, na Guiné, Angola e Moçambique.

— Folhetos, tarjetas e cartas.

— Realização de filmes, de que são exemplos os produzidos pelo PAIGC e de que destacamos: «Terra Queimada», «Madina do Boé» e «Marcha da Libertação»

— Livros para campanhas de alfabetização

Embora utilizando também os dialectos convenientes, é assinalável, no entanto, que é normalmente através da língua portuguesa que o inimigo procura actuar psicologicamente sobre as populações nativas.

A publicação de livros para o ensino do português, mas em que muitas das palavras se relacionam com a acção subversiva e os textos são de mentalização revolucionária, demonstra constituir a língua portuguesa o único traço de união possível que o inimigo encontrou para aglutinar as várias etnias, por vezes tão heterogéneas. Damos como exemplo «O nosso primeiro Livro de Leitura» do PAIGC.

Por outro lado, várias publicações, de que se destacam entre outras o «Curso de Subversão ministrado na Academia Superior Político-Militar de Nanquim» e o «Livro Vermelho» de Mao Tsé Tung, já redigido em dialecto autóctone, foram capturadas ao inimigo nas nossas Províncias Ultramarinas.

#### PROCESSOS MISTOS

Além dos processos indicados, que são vulgarmente utilizados neste tipo de luta, a persistência na acção manifesta-se também no aproveitamento de diversas crenças, ideias e oportunidades, que certas organizações exploram. Destes processos salientamos:

##### Em geral

Actividades pseudo-intelectuais de Centros de Cultura e outras organizações semelhantes.

Actividades de organizações «proféticas» e de pseudo-católicos que advogam objecções de consciência e outras formas de pacifismo de que são exemplo as «Testemunhas de Jeová».



Il n'y a qu'un seul moyen pour nous, MPLA, d'arriver à l'indépendance complète de notre pays: élargir et généraliser la lutte armée.

Pour cela, le premier principe à observer par les militants, est la politisation.

Il est en effet primordial de mener cette action de politisation et pour cela, il est nécessaire d'éclairer les consciences, ouvrir les perspectives et montrer les objectifs à atteindre.

Là où nous sommes, ne importe que bataille ou dans la prison, dans la cellule ou le détachement armé, dans la ville ou à la campagne, chaque cadre du MPLA doit donner la plus grande importance à la politisation des masses populaires.

Il est nécessaire d'expliquer les buts de notre lutte, de se rallier à cette lutte plusieurs fois et la faire.

C'est sur les actions politiques que les services de la lutte armée se basent pour leurs opérations, et c'est sur elles que la lutte armée peut progresser.

Tous les angolais conscients et humains doivent participer activement à la lutte armée menée par le MPLA. Chaque Angolais conscient et humain peut et doit porter sa contribution à la lutte pour l'indépendance nationale et à l'organisation démocratique de notre pays pendant les opérations de guérilla.

Tous les patriotes angolais ont le devoir de participer à la lutte, de manière organisée, disciplinée pour atténuer les souffrances du peuple angolais, pour précipiter la chute du colonialisme portugais et atteindre le plus tôt l'indépendance.

Après 1961, après le départ d'un grand nombre de la lutte armée conduite par le MPLA, chaque Angolais doit concentrer son attention sur deux points:

- politisation du peuple angolais
- participation effective dans la lutte ( clandestine ou armée ) de tous les angolais, conscients, conscients et patriotes.

La politisation et la participation aboutissent à la généralisation de la lutte, à la chute du régime colonialiste portugais et à l'indépendance de notre pays.

AGOSTINHO NETO

# VICTOIRE OU MORT

Orgão de Informação e Contacto do M. P. L. A. BIAZZAVILLE TEL. 38-09 AN VII - Abril et Mai 1967

## L'AFRIQUE AUSTRALE ET LES MOUVEMENTS DE LIBERATION

Entre les guerres de 1945 et 1960, l'Afrique a été le théâtre de nombreuses guerres de libération. Les mouvements de libération ont été nombreux et ont conduit à l'indépendance de nombreux pays.

Les mouvements de libération en Afrique ont été nombreux et ont conduit à l'indépendance de nombreux pays. Les mouvements de libération ont été nombreux et ont conduit à l'indépendance de nombreux pays.



Les mouvements de libération en Afrique ont été nombreux et ont conduit à l'indépendance de nombreux pays. Les mouvements de libération ont été nombreux et ont conduit à l'indépendance de nombreux pays.



## **FRELIMO**

25 de SETEMBRO de 1964: A luta armada de libertação nacional começou, dirigida pela FRELIMO.

Passaram 3 anos

25 de SETEMBRO de 1967: Os guerrilheiros da FRELIMO já:

- Mataram mais de 5.000 soldados portugueses
- Abateram 22 aviões
- Destruíram cerca de 300 carros militares
- Atacaram dezenas de postos
- Sabotaram pontes, estradas, linhas férreas

OS COLONIALISTAS PORTUGUESES  
RECUAM

OS NACIONALISTAS MOÇAMBICANOS  
AVANÇAM

- Mais de 1/5 de todo o Moçambique está nas mãos do povo
- Mais de 1 milhão de Moçambicanos estão livres

A LUTA ESTENDE-SE PARA O SUL

A FRELIMO está a libertar todo o território de Moçambique, todo o povo Moçambicano.

A FRELIMO LUTA PARA O BEM DO POVO  
TODO O POVO APOIA A FRELIMO  
A FRELIMO VENCERÁ

VIVA O DIA 25 DE SETEMBRO  
DIA DA  
REVOLUÇÃO MOÇAMBICANA

MORTE AOS COLONIALISTAS  
PORTUGUESES!

VIVA A FRELIMO!

VIVA MOÇAMBIQUE, TERRA  
DOS MOÇAMBICANOS!

*Panfleto da FRELIMO em que é notória a técnica de distorção e ampliação.*

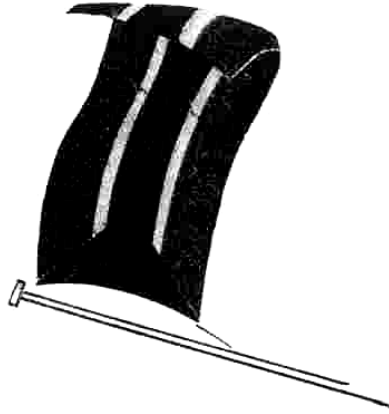


**FRELIMO**



Camaradas, vamos lutar! Vamos dizer BASTA! ao colonialismo Português, vamos dizer RUA! aos colonos estrangeiros vindos de Portugal! Vamos lutar, lutar até a nossa terra, Moçambique, ser livre, ser independente. Ninguém pode ficar parado, quando a revolução bate à nossa porta.

**VAMOS LUTAR, VAMOS LUTAR!**



A bandeira da FRELIMO flutua já sobre uma grande parte de Moçambique. Nessas áreas, os Moçambicanos estão já livres da dominação Portuguesa. A FRELIMO luta, para trazer a liberdade a todo o povo Moçambicano.

**VIVA A LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL!**

**VIVA A FRELIMO!**

**VIVA MOCAMBIQUE LIVRE!**

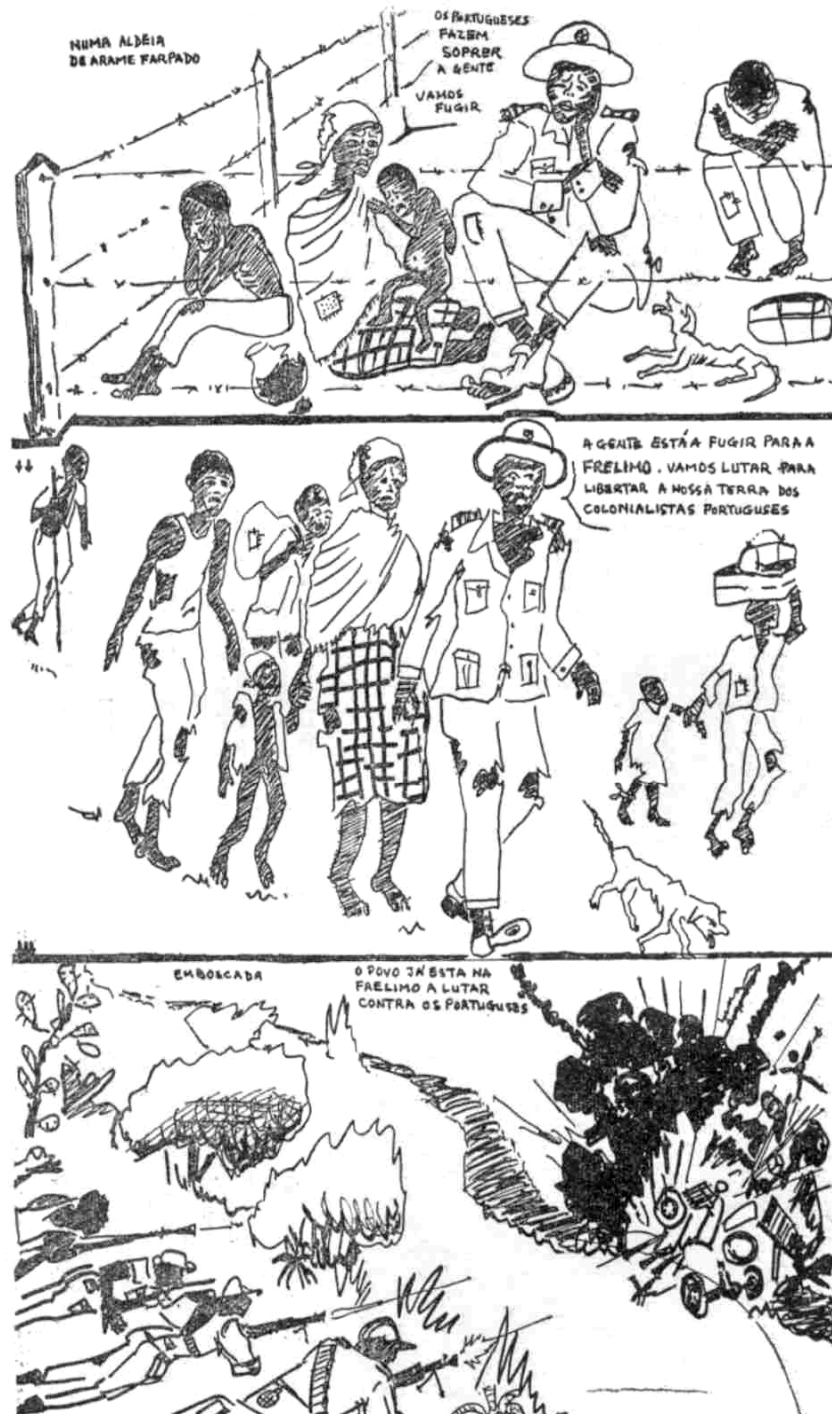


Uma escola da FRELIMO

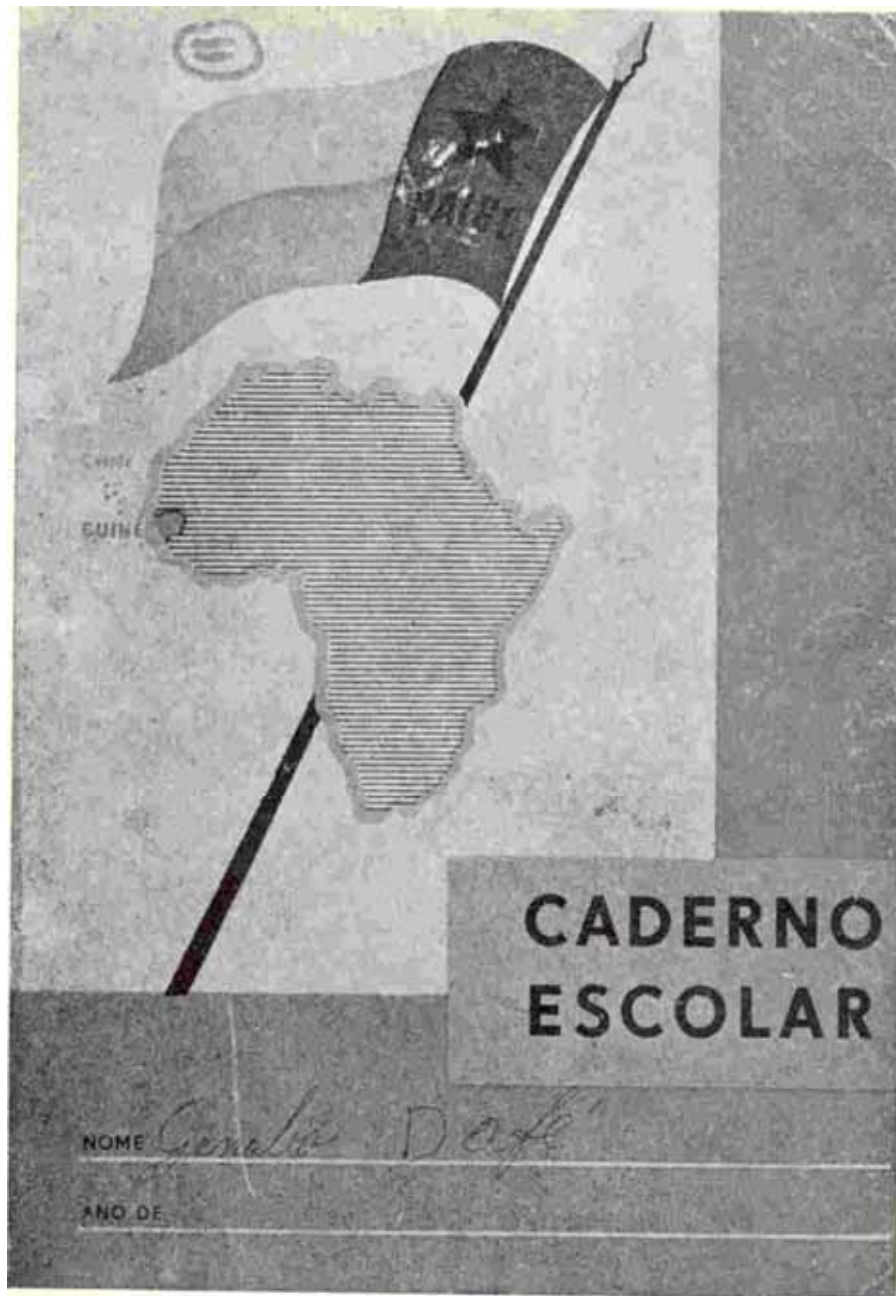
Ao lado da luta armada, a FRELIMO está a organizar a reconstrução nacional: a construir escolas, centros médicos, a organizar o cultivo dos campos, a criar cooperativas. Tudo isto é para o povo. No tempo dos colonialistas as escolas e hospitais, ou não existiam, ou então se existiam eram só para servir os colonialistas.

Hoje, nas áreas libertadas pela FRELIMO, o povo Moçambicano produz e constrói para ele próprio.

*Uma das fases de um panfleto desdobrável, da FRELIMO, aonde se revelam três objectivos psicológicos: — Dar ideia da intenção da promoção social. — Fazer crer no poder e vitórias alcançadas pela subversão. — Incitar à luta.*



*Panfleto divulgado pela FRELIMO com o qual se pretende evitar que a população seja reagrupada pelas nossas autoridades.*



*Capa de um livro escolar usado pelo PAIGC e intitulado «O nosso primeiro livro de leitura».*



Fac-símile da capa e primeiras páginas de um livro vermelho de Mao-Tse-Tung escrito numa língua nativa de Moçambique e apreendido na região de Tete



Recitais, exposições, colóquios, seminários e outros espectáculos derrotistas ou pacifistas.

#### No Ultramar

Actividades de órgãos assistenciais a pretensas populações refugiadas.  
Actividades de seitas profético-messiânicas como o Lassismo, o Tocoismo, Quibangismo, etc.

### A TÉCNICA DO TERROR

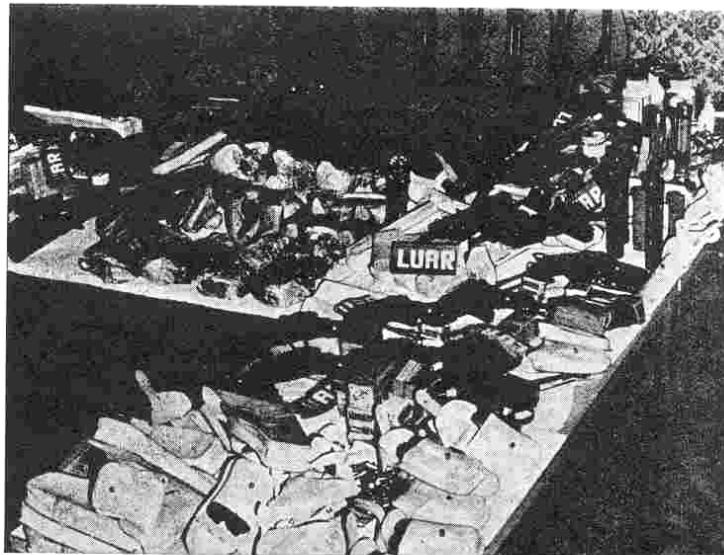
Lançando mão dos efeitos psicológicos do medo, onde se situa a inibição das faculdades de raciocínio, o inimigo tem utilizado também a técnica do terror, desde a simples ameaça de represálias pelas atitudes de apoio às autoridades, até à mutilação e à execução sumária.

#### Na Metrópole

Não se verificaram ainda acções de terrorismo, conquanto constitua uma ameaça permanente, como o demonstra a recente captura de material feita a um grupo da chamada Liga da União e Acção Revolucionária (LUAR) que, infiltrando-se no país, vindo de França, pretendia levar a cabo várias acções de terrorismo na Metrópole.

O inimigo tem procurado actuar fazendo ameaças pela rádio e enviando cartas directas a dirigentes e responsáveis.

*Material apreendido a um grupo de terroristas da LUAR, detectado em Agosto de 1968 na região de Moncorvo.*





## CONCLUSÕES

Existe uma Guerra Psicológica levada a efeito contra o Mundo Português.

Essa guerra exerce-se no domínio nacional mas integra-se num quadro supra-nacional.

Este quadro tem por base a luta pela hegemonia mundial: Daí o facto de, por vezes, a par da acção psicológica de características comunistas, surgirem outras nitidamente diferenciáveis e mais facilmente controláveis.

Tal guerra procura influenciar nacionais e estrangeiros.

Relativamente aos estrangeiros procura criar, directa ou indirectamente, um ambiente de descrédito relativamente a Portugal, levando as populações estrangeiras a influenciarem os seus governos para actuarem política ou militarmente contra o nosso País.

Relativamente a portugueses, a Guerra Psicológica diferencia os nacionais em três grandes grupos:

- Portugueses vivendo na Metrópole
- Portugueses no Ultramar
- Emigrados portugueses no estrangeiro

O objectivo final da Guerra Psicológica contra Portugal, quando conduzida por comunistas, visa a implantação dum governo comunista em todas as parcelas do território nacional ou de um governo qualquer que possa facilitar a sua futura ascensão. O comunismo procura alcançar esse objectivo final através da obtenção dum objectivo intermédio que é a FRAGMENTAÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS.

A Guerra Psicológica contra Portugal é orientada fundamentalmente pelo estribilho: LUTA PELA PAZ.

Esta ideia é apresentada:

- A população metropolitana como correspondendo a um período de bem estar económico devido à cessação das despesas militares.
- A população das diversas Províncias Ultramarinas como significando a Independência e, portanto, o fim do colonialismo e a ascensão aos benefícios da auto-determinação



Entre os diversos grupos-humanos considerados, diferenciam-se os militares, uma vez que estes, além de representarem a força, encarnam os valores mais tradicionais do nosso País.

A propaganda sobre os militares inicia-se antes da sua entrada nas fileiras, através da exploração de temas ajustados às massas jovens dos diversos grupos humanos onde se recrutam esses militares. De sublinhar a intensa propaganda desenvolvida sobre os estudantes que virão a desempenhar funções de comando nas Forças Armadas.

A propaganda iniciada na Metrópole sobre os militares é completada no Ultramar, através de insistentes apelos à recusa ao combate.

O desânimo dos militares no Ultramar é procurado também através de acções psicológicas sobre as populações por forma a criar uma situação de divórcio entre estas e as Forças Armadas.

É difícil fazer acreditar aos diversos grupos humanos portugueses que existe uma Guerra Psicológica e que esta é particularmente perigosa.

A este respeito convém notar que, não obstante o esforço de instrução que tem vindo a ser desenvolvido nesse sentido, muitos militares, imbuídos exclusivamente das ideias clássicas relativas à condução da guerra, têm dificuldade em acreditar que o panfleto, a calúnia ou o aliciamento são tão perigosos, ou mais, do que a bala, a granada, a mina ou a armadilha.

De tudo quanto ficou exposto, poderemos tirar a ilacção de que é necessário combater o inimigo com armas idênticas, neste campo de luta.

Para isso, devemos começar por conhecê-lo, definindo os seus objectivos, estudando as suas técnicas, estando ao corrente de todas as suas actividades.

Se as acções de Guerra Psicológica são permanentes e muitas vezes camufladas, utilizando todos os veículos, incluindo aqueles que parecem mais inofensivos, há que estar alerta para evitar a surpresa.

A melhor defesa contra este tipo de agressão é o esclarecimento, pois só a consciência das realidades torna o espírito impenetrável à sedução de uma propaganda demagógica.



Acção psicossocial no conflito ultramarino 1961/74. Lições e ensinamentos retirados, passíveis de utilização em operações de paz.

---

---

Anexo U – DIRECTIVA GERAL DE ACCÃO PSICOLÓGICA N.º 1/71

**SECRETO**

**ESTE ANEXO ENCONTRA-SE NO ORIGINAL DESTE TRABALHO**

**SECRETO**



Acção psicossocial no conflito ultramarino 1961/74. Lições e ensinamentos retirados, passíveis de utilização em operações de paz.

---

---

Anexo V – **DIRECTIVA PARTICULAR PARA A DEFESA PSICOLÓGICA DE TETE**

**SECRETO**

**ESTE ANEXO ENCONTRA-SE NO ORIGINAL DESTA TRABALHO**

**SECRETO**



Acção psicossocial no conflito ultramarino 1961/74. Lições e ensinamentos retirados, passíveis de utilização em operações de paz.

---

---

## **Anexo W – ATLAS DA LUSOFONIA**